

VIA DIRECTA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

**RELATÓRIO
E CONTAS
2017**

ÍNDICE

Órgãos Sociais	03
Relatório do Conselho de Administração	04-30
Demonstrações Financeiras	31-39
Anexo às Demonstrações Financeiras	40-132
Inventário Individual de Títulos e Participações Financeiras	133-135
Relatório de Governo Societário	136-161
Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	162-168

ÓRGÃOS SOCIAIS

VIA DIRECTA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Maria Isabel Toucedo Lage
Secretário	Carla Cristina Curto Coelho

Conselho de Administração

Presidente	Francisco Xavier da Conceição Cordeiro
Vogais	Miguel António Vilarinho (Administrador-Delegado)
	Paulo Francisco Baião Figueiredo

Conselho Fiscal

Presidente	Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias
Vogais	João Filipe Gonçalves Pinto
	José Cardoso Lameiras
Suplente	Isabel Gomes de Novais Paiva

Sociedade de Revisores**Oficiais de Contas**

	Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., representada por Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC
--	---

01

RELATÓRIO
DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Via Directa - Companhia de Seguros, S.A., em cumprimento dos preceitos legais e estatutários aplicáveis, apresenta o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2017.

1. Enquadramento da Atividade

1.1. Enquadramento Macroeconómico

A economia portuguesa evidenciou em 2017 um ritmo de crescimento da atividade superior ao observado nos últimos anos, mantendo, desta forma, a dinâmica de recuperação iniciada em 2013. Com efeito, a atividade económica em Portugal beneficiou de um enquadramento externo favorável, caracterizado pela aceleração da procura externa e pela melhoria generalizada nas condições monetárias e financeiras.

Estima-se assim um crescimento do PIB de 2,5% em 2017, valor superior ao registado em 2016 (1,5%) e muito próximo do projetado para a média da área do euro. A evolução evidenciada pela economia portuguesa encontra-se assente num maior dinamismo das exportações e do investimento.

As exportações de bens e serviços deverão apresentar um crescimento anual bruto de 7,7% (4,4% em 2016), destacando-se o crescimento das exportações de serviços. Em particular, as exportações de turismo evidenciaram um forte desempenho, sobretudo no primeiro semestre, onde registaram a mais elevada taxa de crescimento das duas últimas décadas.

Por seu lado, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) apresentou-se como a componente mais dinâmica da procura interna. Com efeito, depois de um ligeiro aumento de 1,6% em 2016, a FBCF deverá crescer 8,3% em 2017, impulsionada essencialmente pelo setor habitacional que tem beneficiado de um aumento da procura por parte de residentes e de não residentes, mas também pela manutenção do forte crescimento da FCBF empresarial (cerca de 7%).

O consumo privado deverá crescer 2,2% em 2017, um valor idêntico ao observado em 2016, refletindo a aceleração do consumo de bens correntes e de serviços, conjugada com alguma desaceleração do consumo de bens duradouros, nomeadamente de veículos automóveis.

De referir ainda que a evolução projetada para o consumo privado e para o rendimento disponível, traduz-se num decréscimo da taxa de poupança em 2017.

Relativamente ao mercado de trabalho, as projeções apontam para uma aceleração do emprego (+3,1%), e uma redução da taxa de desemprego, atingindo os 8,9% no final de 2017 (11,1% em 2016).

Neste contexto, a economia portuguesa irá manter, em 2017, uma capacidade de financiamento positiva, pese embora o saldo da balança corrente e de capital evidencie uma ligeira redução face ao ano anterior (1,5% do PIB em 2017 face a 1,7% em 2016).

Relativamente à inflação, estima-se, para 2017, um valor de 1,6% refletindo a evolução da componente energética (aumento de 4%) e da componente não energética (aumento de 1,4%) devido ao crescimento significativo dos preços dos serviços em especial relacionados com a atividade do turismo.

Para 2018, as projeções disponíveis apontam para a manutenção das tendências acima indicadas, embora com um crescimento mais moderado do PIB (2,3%), refletindo um menor dinamismo das exportações e do investimento (crescimento esperado de 6,5% e 6%, respetivamente), e uma estabilização do consumo privado (crescimento de 2,1%).

1.2. Enquadramento do Mercado Segurador

O mercado segurador português, após dois anos consecutivos em queda, registou um crescimento de prémios de 6% face a 2016, impulsionado pela evolução positiva dos seus dois grandes segmentos de negócio: os ramos Vida (+6%), fortemente influenciados pelo comportamento dos produtos financeiros, e os ramos Não Vida (+7%), cuja evolução encontra-se intimamente ligada à atividade económica.

Relativamente ao segmento Vida, a vertente associada aos produtos financeiros evidenciou um crescimento próximo de 7%, contrariando a tendência de queda acentuada do volume de produção registada nos dois anos anteriores. Para tal, contribuiu fortemente a evolução dos Planos de Poupança Reforma (PPR), que registaram um crescimento próximo de 30%.

Por outro lado, o segmento Não Vida intensificou o seu crescimento, registando inclusivamente a maior taxa de crescimento anual desde 2004, sendo de destacar o contributo dos ramos Acidentes de Trabalho (+13%) e Doença (+8%).

O ramo Acidentes de Trabalho voltou a evidenciar, em 2017, um forte crescimento, traduzindo a evolução positiva do volume de emprego e ainda o efeito das necessárias correções tarifárias tendentes ao equilíbrio técnico do ramo. No caso do ramo Doença, continuou a beneficiar do maior rendimento disponível e da crescente consciencialização para a importância de complementar a oferta de cuidados de saúde por parte do Sistema Nacional de Saúde.

Em 2018, é expectável a manutenção da trajetória de crescimento da produção associada a produtos financeiros, beneficiando da maior apetência do mercado português por produtos complementares do rendimento na reforma (em face da menor taxa de substituição por parte do sistema público).

Relativamente ao segmento Não Vida, a tendência mantém-se igualmente de crescimento, em linha com a evolução expectável da economia portuguesa, beneficiando ainda do contributo esperado de alguns ramos de maior dinamismo, nomeadamente Saúde e Acidentes Pessoais.

Este segmento de negócio deverá também beneficiar do dinamismo de ramos mais ligados à atividade empresarial (Acidentes de Trabalho, Multirriscos e Responsabilidade Civil), refletindo a evolução esperada para o investimento (crescimento de 6%) e para a taxa de desemprego (redução de 1pp).

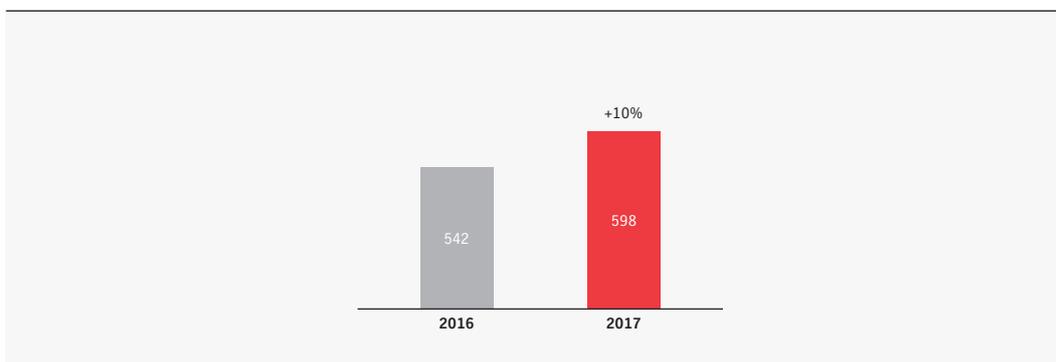
2. Atividade da Companhia

2.1. Aspetos Gerais

A Via Directa – Companhia de Seguros S.A., é a seguradora do grupo Fidelidade vocacionada para a comercialização de seguros através da internet, tendo como visão a prestação de um serviço de excelência aos seus clientes, tornando o seguro um produto simples, acessível e inovador, suportado nas novas tecnologias.

2.1.1. Organização Interna

Em 2017 a Via Directa prosseguiu o seu objetivo de otimização organizacional e melhoria dos processos internos, como comprova o rácio de prémios brutos emitidos por colaborador:



A simplificação e automação de processos esteve presente em todas as iniciativas e projetos desenvolvidos ao longo do ano e visaram:

- Aumentar a eficiência interna e assim contribuir para o rigoroso controlo de custos;
- Melhorar o serviço ao cliente, indo ao encontro das suas necessidades e expectativas em todas as interações com a Companhia.

A vocação digital foi reforçada, através do aumento crescente do peso de clientes com fatura eletrónica e do número de downloads da APP de clientes. A este nível merece destaque o aumento do número de funcionalidades disponíveis, que visam melhorar a experiência do cliente em todas as suas componentes.

Terminou em 2017 o programa de inovação “Good Idea”, lançado em 2015 e que envolveu todos os colaboradores da Companhia.

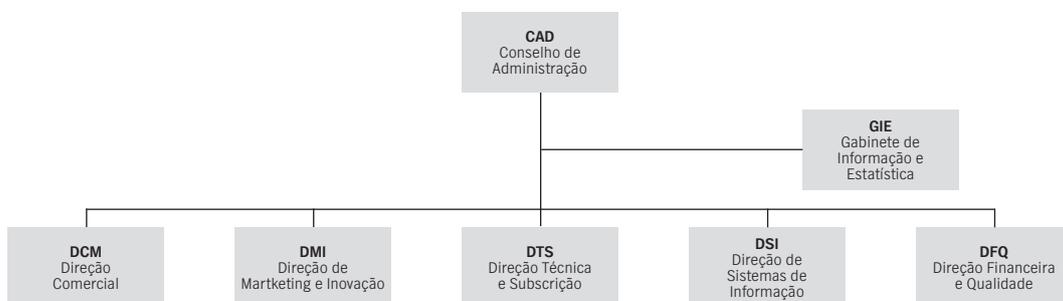
O sucesso alcançado veio reforçar a necessidade de lançar as bases de um novo programa, o que foi feito ainda em 2017. Para além das inúmeras melhorias operacionais alcançadas, o programa de inovação traduziu-se numa motivação adicional para todos os colaboradores, que se sentem cada vez mais envolvidos com a Companhia.

Em 2017 voltámos a avaliar o clima organizacional, tendo para o efeito lançado a todos os colaboradores o questionário de 2015, que obteve uma avaliação média de 3,8 numa escala de 1 a 5.

O resultado de 2017 foi de 4,3, o que corresponde a um aumento de 0,5, com variações positivas em todas as dimensões avaliadas: comunicação, liderança e clima na equipa.

Estes resultados traduzem a forte motivação e envolvimento de todos os colaboradores.

Em 2017 a estrutura orgânica da Via Directa era a seguinte:



2.1.2. Mercado e Clientes

Na qualidade de gestora da marca OK! Teleseguros, o ano de 2017 ficou marcado pelos seguintes aspetos:

- Lançamento do OK! Gestual, um serviço pioneiro que alia a tecnologia à inovação e garante o atendimento personalizado em Língua Gestual Portuguesa à comunidade surda;
- Lançamento do OK! Saúde GO, o primeiro programa do género em Portugal, baseado no conceito 'Pay As You Live' (PAYL), que tem como principal objetivo incentivar a adoção de um estilo de vida mais saudável, através da atribuição de um desconto no prémio do seguro de saúde consoante o n.º de kms percorridos;
- Lançamento do OK! Auto elétricos, com um desconto exclusivo na subscrição de seguros para este tipo de veículos;
- Disponibilização do simulador e contratador online do seguro OK! Viagem;
- Disponibilização da assistência georreferenciada no ramo Acidentes Pessoais, nas modalidades que incluem a proteção na prática de atividades desportivas, nomeadamente BTT e Escalada, permitindo aos clientes a rápida localização e prestação de auxílio também neste contexto;
- Renovação da Certificação do Bureau Veritas Certification no âmbito dos produtos Automóvel, Multiriscos Habitação, Acidentes Pessoais e Saúde, segundo a norma NP EN ISO 9001:2008.

2.1.3. Inovação no ADN da OK!

A primeira edição do Programa de Inovação "Good Idea" - que se iniciou em 2015, com o objetivo de envolver todos os colaboradores numa cultura organizacional assente na criação de soluções inovadoras de valor acrescentado quer para a empresa, quer para os seus clientes -, terminou em novembro de 2017.

Foram apresentadas ao conselho de administração 15 ideias inovadoras, que obtiveram uma classificação média de 4, numa escala de 1 a 5. Todas as ideias foram aprovadas e transformadas em projetos a desenvolver, sendo que três foram implementados ainda no decorrer do ano de 2017.

No âmbito da política de melhoria contínua, foi formada uma equipa multidisciplinar - a qual se designa por Improvement Team - com o objetivo de analisar as insatisfações e sugestões dos clientes, promover uma diversidade de ideias e abordagens, sempre com o objetivo de ir ao encontro das suas necessidades e expectativas e identificar oportunidades de melhoria.

Dando seguimento à sua estratégia de inovação e política de responsabilidade social, a OK! teleseguros lançou, no início de 2017, o OK! Gestual, um serviço pioneiro que garante o atendimento personalizado, em língua gestual portuguesa, aos clientes surdos, aliando assim a tecnologia a um serviço inovador e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida desta comunidade, que passou a poder contactar diretamente a sua seguradora sem o apoio de intermediários.

Seguindo a mesma lógica de reforçar a sua estratégia de colocar a tecnologia ao serviço dos clientes, a seguradora disponibilizou o programa OK! Saúde GO. Baseado no conceito 'Pay As You Live' (PAYL), este é o primeiro programa do género a ser lançado por uma seguradora em Portugal, tendo como principal objetivo incentivar a adoção de um estilo de vida mais saudável, através da atribuição de um desconto no prémio do seguro de saúde consoante o número de quilómetros percorridos.

Como resultado da sua aposta na área da mobilidade sustentável aliada às novas tecnologias e a pensar nos clientes que já adotaram a tecnologia dos veículos 100% elétricos, a OK! teleseguros lançou, em meados de 2017, o OK! Auto elétricos, criando condições especiais para este tipo de veículos.

Este foi ainda o ano em que apostou na comercialização do produto OK! Viagem, disponibilizando no site OK.pt, um simulador e um contratador online do seguro.

A partir deste ano, passou ainda a disponibilizar a assistência georreferenciada no ramo de Acidentes Pessoais, nas modalidades que incluem a proteção na prática de atividades desportivas, nomeadamente BTT e atividades radicais, permitindo aos clientes a rápida localização e prestação de auxílio também neste contexto.

2.1.4. OK! teleseguros mais digital

Em 2017, a OK! teleseguros manteve a diretriz estratégica de se tornar cada vez mais "mais digital", o que se constituiu como uma das linhas orientadoras para os projetos desenvolvidos e implementados ao longo do ano.

Como resultado da estratégia de marketing digital adotada, registámos:

- um crescimento de 8,1% nas visitas qualificadas ao site, que incidem sobretudo nas campanhas de search (google e sapo), superando largamente o objetivo inicialmente proposto de aumentarmos estas visitas em 5%;
- Mais de 38 000 downloads da app OK! teleseguros (desde o lançamento da aplicação), com destaque para o Android ;
- um crescimento de 16% da comunidade de fãs que segue a nossa página de facebook;

- uma adesão de cerca de 117.000 clientes à fatura eletrónica, o que corresponde a quase 2/3 da carteira de clientes da OK! teleseguros e, portanto, a uma importante redução dos custos relacionados com a emissão de documentação em papel e da pegada ambiental.

2.1.5. Prémios e Distinções

Em 2017, a OK! teleseguros ganhou o 1º lugar na categoria de seguradoras diretas, no MRI – Marktest Reputation Index 2017, um estudo da Marktest que tem como objetivo medir a reputação das marcas junto da sociedade em geral.

Ainda em 2017, a Via Directa venceu a 10ª edição dos European Business Awards a nível nacional, na categoria de inovação, com a App de Clientes OK! Teleseguros.

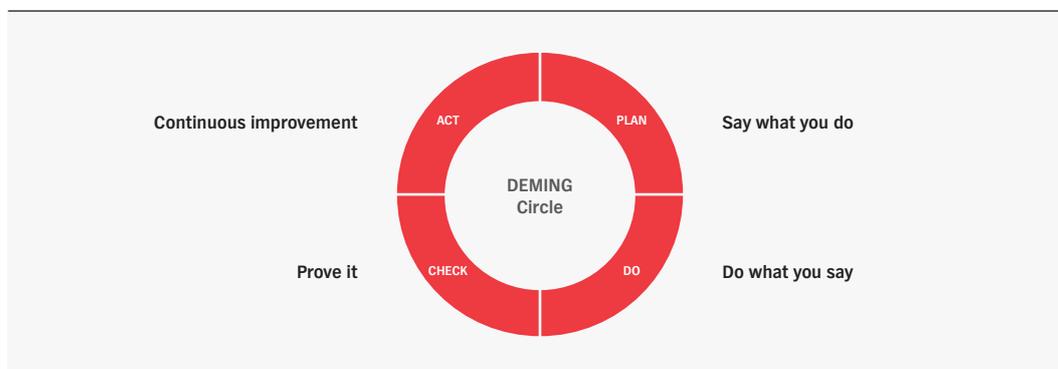
2.1.6. Gestão da Qualidade

O ano de 2017 marca a transição do referencial usado na certificação do sistema de Gestão da Qualidade da Via Directa, que passou a ser a Norma ISO 9001:2015.

A todos os níveis da estrutura é visível a adoção das boas práticas inerentes à Certificação, não só porque a mesma o exige, mas também porque todos os colaboradores passaram a adotá-las espontaneamente nas suas atividades e processos.

O culminar desse processo aconteceu em 2017, ano em que a certificação foi reforçada com zero não conformidades e zero oportunidades de melhoria.

A transição para a Norma ISO 9001:2015 foi efetuada de forma natural e simples por todos os colaboradores, o que só foi possível pela maturidade e robustez do nosso Sistema de Gestão da Qualidade.



Todos os processos e procedimentos foram mais uma vez revistos, reanalisados e melhorados, não só por exigência normativa, mas porque a melhoria contínua é um objetivo de todos os colaboradores.

2.1.7. Responsabilidade Social

Em 2017, a Via Directa aderiu ao Grace - Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial, associação que tem por missão a reflexão, promoção e desenvolvimento de iniciativas sobre responsabilidade social corporativa. A sua atividade é variada, destacando-se a realização de encontros temáticos, grupos de trabalho e ações de voluntariado. Entre outros projetos de cidadania empresarial, destacamos a nossa participação na 12ª Edição do GIRO (GRACE, Intervir, Recuperar e Organizar – iniciativa de voluntariado corporativo de dimensão nacional). Esta iniciativa visou a reflorestação e gestão territorial em áreas aridas e degradadas, limpeza e requalificação de áreas habitacionais e espaços públicos e sensibilização para a cidadania ambiental.

Ainda neste contexto, a Via Directa assinou a Carta Portuguesa para a Diversidade - documento promovido pela União Europeia e cujo objetivo é promover a diversidade e a igualdade de oportunidades no trabalho independentemente da raça, origem étnica e social, orientação sexual, género, idade, características físicas, estilo pessoal e religião.

Enquadrada numa política socialmente responsável e sustentável, a Via Directa manteve a sua participação em projetos com impacto no desenvolvimento sustentável e na responsabilidade social.

Em articulação com o Fidelidade Comunidade - Programa de Responsabilidade Social transversal a todas as empresas do universo Fidelidade, a Via Directa participou em ações de cariz solidário e social:

- recolha solidária de radiografias para reciclagem, a favor do Instituto do Coração (IC);
- venda do CD "Ai Senhores Doutores - Já cá cantam" cujas receitas reverteram a favor da Operação Nariz Vermelho;
- venda de livros da DéjàLu - Livraria Solidária que reverte as receitas a favor da Associação Portuguesa de Portadores de Trissomia 21;
- entrega de cabazes de Natal solidários a famílias carenciadas através da iniciativa «Só falta pôr a mesa».

Internamente foram também várias as ações que a Via Directa desenvolveu ao longo do ano no âmbito da responsabilidade social e que contribuíram para o reforço da sua reputação junto dos clientes e da comunidade em geral. Em 2017 a Via Directa:

- apoiou a Associação Passo Positivo através do pagamento do seguro automóvel;
- ofereceu 5 computadores à Academia do Johnson;
- desenvolveu o projeto OK! Gestual, que coloca as novas tecnologias ao serviço da comunidade surda, para lhe prestar um serviço personalizado em Língua Gestual Portuguesa e que foi distinguido com a atribuição de uma menção honrosa na categoria Direitos Humanos, pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial;
- patrocinou o musical infantil inclusivo “Fada Juju e a Festa dos Sentidos”, criando ainda o Passatempo “Vai à Disneyland Paris com a OK! teleseguros e a Fada Juju”, onde todas as crianças entre os 3 e 12 anos que assistam à peça podem participar neste passatempo e ganhar uma viagem de 4 dias à Eurodisney Paris, para 4 pessoas;
- ofereceu duas sessões do musical exclusiva para clientes, onde efetuou a recolha de donativos para a ACREDITAR - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE CRIANÇAS COM CANCRO;
- lançou uma parceria com a EcoKart Portugal - um projeto pioneiro português, que aposta na área dos desportos motorizados sem emissões poluentes e que está a desenvolver uma frota de karts ecológicos. Estes Karts serão utilizados na realização de ações que pretendem, sobretudo, promover uma mobilidade mais verde e sensibilizar os cidadãos em geral para as questões ambientais. As Ecovoltas Solidárias representam a componente de responsabilidade social, já que as receitas revertem a favor de instituições de solidariedade social;

Consubstanciando os seus pilares de inovação, sustentabilidade e de responsabilidade social aliada às novas tecnologias, a Via Directa tem vindo a dar continuidade ao desenvolvimento de produtos e serviços baseados no conceito “Pay Per Use”, contribuindo para a poupança dos seus clientes e para uma nova forma de estar, mais sustentável, saudável e socialmente responsável, recompensando-os em função do seu comportamento. Exemplos disso são os casos:

- OK! GPS - seguro automóvel que assenta no conceito “Pay as You Drive” (PAYD), no qual se devolve parte do valor do prémio do seguro aos bons condutores na renovação das suas apólices;
- App OK! drive you, que para além de permitir testar e melhorar o comportamento de condução, oferece descontos adequados ao perfil de condução dos utilizadores na subscrição de um seguro automóvel;

- OK! Saúde GO - programa baseado no conceito “Pay As You Live”, que pretende promover e recompensar comportamentos que contribuam para um estilo de vida mais saudável, pois quanto mais andar, maior será o desconto que o cliente alcançará na renovação do seu seguro de saúde.

Ainda em 2017, a Via Directa deu continuidade ao objetivo estratégico de adesão à fatura eletrónica que, em conjunto com a APP de cliente, permitem à Companhia ter um processo integralmente digital sendo um contributo essencial para a redução do número de impressões em papel e assim garantir uma maior sustentabilidade do meio ambiente.

Já no final do ano de 2017 deu-se início a uma nova Campanha - “Este ano o Natal 2017 vai até ao Natal de 2018”, que visa promover simultaneamente a responsabilidade social e o espírito de equipa e consiste na oferta mensal de um cabaz de géneros à Comunidade Vida e Paz (que neste momento apoia residentes em regime de internamento nos Centros e às cerca de 500 pessoas em situação de sem-abrigo abrangidas pelas Equipas de Rua).

2.2. Análise Económica

O ano de 2017 ficou tragicamente marcado pelos incêndios ocorridos em Portugal, com reflexos muito significativos na atividade seguradora, sendo de destacar a forma exemplar como o mercado segurador respondeu à catástrofe.

Mas o ano de 2017 também ficou marcado pelo crescimento sustentado da produção, nomeadamente nos ramos não vida.

De forma mais ou menos generalizada as companhias adotaram boas práticas com vista ao reforço da sua sustentabilidade no médio e longo prazo.

Apesar da pressão sobre os preços que ainda se verificou, a Via Directa registou um crescimento dos prémios brutos emitidos de 5,1%, ou seja 1,8 p.p. acima do que se verificou em 2016.

Para a evolução referida, contribuíram de forma decisiva as medidas tomadas no sentido de aumentar o prémio médio dos novos e da carteira, para além de um controlo efetivo da taxa de anulações.

O grupo incêndio e outros danos (11,3%) e acidentes e doença (13,8%) registaram crescimentos acima da média do mercado (3,0% e 10,3% respetivamente).

O ramo automóvel registou um crescimento de 4,2%, superior ao verificado em 2016 (3,0%) mas abaixo da média do mercado (5,8%). Contudo merece destaque o aumento conseguido ao nível do prémio médio, quer dos seguros novos quer da carteira, o que permite encarar o futuro de uma forma ainda mais sustentável.

Com efeito, a necessidade de equilíbrio das contas técnicas em ambiente de solvência II, obriga as seguradoras a ajustarem com rigor o prémio ao risco, deixando de ser necessária a constituição de provisão para riscos em curso, como acontece atualmente para a esmagadora maioria do mercado.

Na Via Directa, o crescimento de 3,7% do prémio médio da carteira, é o resultado da tomada de diversas medidas, com destaque para um novo sistema de adequação dos prémios ao risco e para a manutenção de uma nova política de tarificação dos veículos importados.

Apesar do maior rigor na subscrição, o aumento da exposição ao risco foi uma constante no mercado, induzido pela boa performance da economia, com reflexo direto no rendimento disponível das famílias e das empresas.

De acordo com informação da ANSR (Autoridade Nacional para a Segurança Rodoviária), em 2017 voltámos a assistir ao aumento do número de sinistros e da sua severidade, o que se traduziu de forma transversal no aumento da taxa de sinistralidade do mercado de uma forma geral.

Na Via Directa a taxa de sinistralidade do seguro direto registou um agravamento de 2 p.p., o que acabou por ter um efeito negativo no rácio combinado.

Do lado das despesas de funcionamento há a registar diminuições significativas em praticamente todas as naturezas de despesas, com destaque para as despesas de correio (fatura eletrónica), telefone (área privada e APP) e rendas de edifícios (encerramento de uma das duas lojas em Lisboa e mudança de instalações da loja do Porto para um espaço com uma renda inferior).

A reversão de parte do efeito extraordinário dos custos de aquisição diferidos registado em 2016 acabou por se traduzir positivamente no rácio combinado na componente das despesas, já que do lado da taxa de sinistralidade líquida de resseguro cedido houve um agravamento como vimos atrás.

Entre 2015 e 2017 verificou-se a redução da Provisão para Riscos em Curso em 0,6 milhões de euros, devido a uma melhoria dos resultados de exploração, antes da atividade financeira.

A atividade financeira contribuiu com 1,4 milhões de euros para o resultado, ao contrário do que tinha acontecido em 2016, em que se saldou por 0,4 milhões de euros negativos.

O corolário de todos estes efeitos é um resultado líquido de 631 mil euros, que compara com – 3,8 milhões de euros no ano anterior, o que representa o 2º melhor resultado dos últimos 10 anos.

O quadro seguinte apresenta os principais indicadores relativos à atividade da Via Directa:

(Milhares de Euros)

Principais Indicadores	2017	2016	2015
Prémios de Seguro Direto	47.847	45.535	44.083
Resultado Líquido Exercício	631	-3.793	228
Custos Técnicos Líquidos Resseguro			
Claims Ratio	82,8%	81,0%	79,4%
Expense Ratio	22,3%	28,7%	25,1%
Combined ratio	105,0%	109,7%	104,5%

2.2.1. Seguro Direto

A produção de seguro direto da Via Directa foi de 47,8 milhões de euros o que representa um aumento de 2,3 milhões de euros e uma variação de 5,1% face ao ano anterior.

Os grupos Acidentes e Doença (13,0%) e Incêndio e Outros Danos (11,3%), continuam a evidenciar grande dinamismo, tendo mais uma vez registado crescimentos superiores à média do mercado.

O Ramo automóvel (incluindo as coberturas de assistência e viagem e proteção jurídica), que representa 96% da carteira, registou um crescimento de 4,2%, superior aos 3,0% registados no ano anterior.

Em 2017 a Via Directa manteve a sua quota de mercado dos ramos não vida (1,1%) no conjunto dos ramos não vida. No que respeita ao mercado automóvel a Via Directa manteve o 10º lugar com uma quota de mercado de 2,5%.

A evolução dos prémios do seguro direto encontra-se refletida no quadro seguinte:

(Milhares de Euros)

Prémios Seguro Direto	2017	2016	2015
Total	47.847	45.535	44.083
Taxa Crescimento	5,1%	3,3%	3,3%
Quota Mercado (Vida e Não Vida)	0,4%	0,4%	0,3%
Quota de Mercado (Não Vida)	1,1%	1,1%	1,1%
Ramo Acidentes e Doença	548	485	435
Taxa Crescimento	13,0%	11,5%	33,9%
Quota de Mercado (Ramo AD)	0,0%	0,0%	0,0%
Ramo Incêndio e Outros Danos	1.411	1.268	1.086
Taxa Crescimento	11,3%	16,7%	32,6%
Quota de Mercado (Ramo IOD)	0,2%	0,2%	0,1%
Ramo Automóvel	39.511	37.911	36.800
Taxa Crescimento	4,2%	3,0%	2,8%
Quota de Mercado (Ramo Automóvel)	2,5%	2,5%	2,5%
Ramo Diversos	6.376	5.872	5.762
Taxa Crescimento	8,6%	1,9%	0,8%
Quota de Mercado (Ramo Diversos)	2,4%	2,4%	2,4%

Fonte: ASF

Ao contrário do que tinha acontecido nos últimos anos, o mercado segurador registou um crescimento de 6,5% no total da atividade, impulsionado pelo crescimento do ramo vida com 6,2%, que compara com um decréscimo médio de 20% nos 2 anos anteriores.

A Via Directa e o mercado

Taxas de Variações Anuais

Ramos	Via Directa			Total Mercado		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Vida	-	-	-	6,2%	-23,0%	-16,9%
Não Vida	5,1%	3,3%	3,3%	7,1%	5,0%	3,8%
Acidentes e Doença	13,8%	11,5%	33,9%	10,3%	9,5%	7,5%
Incêndio e Outros Danos	11,3%	16,7%	32,6%	3,0%	1,6%	1,7%
Automóvel	4,2%	3,0%	2,8%	5,8%	3,5%	1,5%
Diversos	8,5%	1,9%	0,8%	8,5%	2,1%	4,6%
TOTAL	5,1%	3,3%	3,3%	6,5%	-14,2%	-11,4%

Fonte: ASF

O aumento verificado na produção do ramo automóvel resultou em grande parte de medidas que visaram o aumento do prémio médio (dos novos e da carteira) e o aumento da carteira de clientes.

Em 2017 foi implementada uma nova tarifa, para além de alterações introduzidas na cobertura de QIV com vista ao maior equilíbrio da sua exploração.

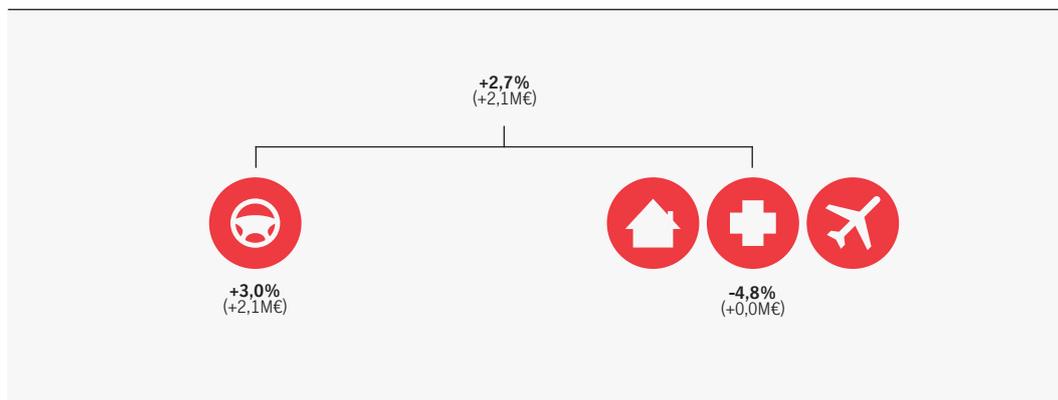
Na componente de Acidentes Pessoais há a registar a reformulação do produto, tendo sido criada uma oferta direcionada para os ciclistas.

No que respeita ao ramo saúde, foi lançada uma nova oferta, com melhores coberturas e capitais, para ir ao encontro das expectativas dos clientes.

O mercado das seguradoras diretas embora não tenha sofrido alteração na sua composição, deixou de ter informação detalhada por companhia. A produção da marca Direct faz agora parte da Ageas enquanto a Logo integra as Seguradoras Unidas.

2.2.2. Sinistralidade e Resseguro

A taxa de sinistralidade (seguro direto) registou um aumento de 2,7% face ao ano anterior, muito por influência do ramo automóvel (+ 3,0%), já que nos outros ramos verificou-se uma melhoria de 4,8%.



No ramo automóvel registou-se um aumento da frequência de sinistros, transversal a todo o mercado e influenciada pelo aumento da exposição ao risco, fruto da boa performance da economia.

Segundo dados da ANSR, o número de acidentes registou um crescimento de 2,3%, mas a sua severidade foi claramente superior à do ano anterior: +6,3% feridos ligeiros, + 3,8% feridos graves e mais 14,4% mortos. Também do lado do custo médio se registou um aumento, que foi mais significativo nos danos corporais.

Muitas das medidas tomadas em 2016 produziram os seus efeitos em 2017, sendo de destacar a descida acentuada da taxa de sinistralidade dos veículos importados.

Custos com sinistros de seguro direto

(Milhares de Euros)

Ramos	2017		2016		2015	
	Valor	Var %	Valor	Var %	Valor	Var %
Acidentes e Doença	327	26,4%	259	-15,9%	308	29,6%
Automóvel	32.837	6,9%	30.722	7,8%	28.508	3,9%
Incêndio e Outros Danos	865	0,7%	859	-10,3%	958	37,0%
Diversos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Não Vida	34.029	6,9%	31.840	6,9%	29.773	5,0%
Total	34.029	6,9%	31.840	6,9%	29.773	5,0%

O custo do resseguro cedido baixou ligeiramente face ao ano anterior, passando a representar 11,6% dos prémios de seguro direto.

A alteração de alguns tratados permitiu obter uma melhor proteção aos riscos assumidos pela companhia, a um preço mais vantajoso, também reflexo da melhoria dos resultados técnicos de exploração.

Resultado do Resseguro Cedido

(Milhares de Euros)

	2017	2016	2015
Resultado RC	-5.563	-5.697	-5.278
Resultado RC/Prémios SD	-11,6%	-12,5%	-12,0%

2.2.3. Comissões e despesas de aquisição de seguro direto

O rácio de comissões e custos de aquisição sobre prémios do seguro direto diminuiu ligeiramente após um pequeno aumento em 2016.

Apesar da diminuição do rácio verificou-se um ligeiro aumento dos custos de aquisição (1,3%) que foi inferior ao crescimento dos prémios.

O aumento dos custos de aquisição foi devido ao aumento dos custos imputados, fruto do aumento da atividade da Companhia, já que ao nível das comissões verificou-se uma redução de 8,6% face a 2016.

Comissões e Despesas de Aquisição de Seguro Direto

(Milhares de Euros)

Ramos	2017		2016		2015	
	Valor	% s/PBE	Valor	% s/PBE	Valor	% s/PBE
Acidentes e Doença	323	59,0%	250	51,6%	119	27,4%
Incêndio e Outros Danos	311	22,1%	291	22,9%	215	19,8%
Automóvel	7.167	18,1%	7.177	18,9%	6.192	16,8%
Diversos	1.088	17,1%	1.056	18,0%	928	16,1%
Não Vida	8.890	18,6%	8.774	19,3%	7.454	16,9%
Total	8.890	18,6%	8.774	19,3%	7.454	16,9%

2.2.4. Custos por natureza a imputar

O total de custos imputados foi de 9,1 milhões de euros, o que traduz um aumento de 1,9% face ao ano anterior.

Os custos com pessoal ficaram 0,2% abaixo do ano anterior e são o resultado da otimização e simplificação de processos conseguida em grande medida pelo programa de inovação.

Ao nível dos FSE's registou-se um aumento de 4,4%, inferior ao crescimento da produção, mas resultante em grande parte do aumento da atividade da Companhia.

A aposta no digital continua a traduzir-se em aumento de eficiência e redução de custos de correio, custos de impressão, custos com comunicações e outros.

Custos por natureza a imputar

(Milhares de Euros)

Natureza dos custos	2017		2016		2015	
	Valor	Var %	Valor	Var %	Valor	Var %
Custos c/ Pessoal	2.931	-0,2%	2.935	-4,4%	3.069	-2,7%
Forn. Serv. Externos	5.541	4,4%	5.307	-8,4%	5.792	-14,7%
Impostos e Taxas	432	2,9%	420	0,9%	416	2,0%
Amortizações	254	-13,2%	293	-6,3%	313	-5,0%
Juros Suportados	-	-	-	-	-	-
Comissões Serv. Fin.	36	19,1%	30	-12,8%	34	-16,1%
Total s/ Outras Provisões	9.193	2,3%	8.985	-6,6%	9.624	-10,2%
Outras Provisões	-47	294,4%	-12	-128,3%	42	36,8%
Total	9.146	1,9%	8.973	-7,2%	9.666	-10,1%

2.2.5. Rácio Combinado Não Vida

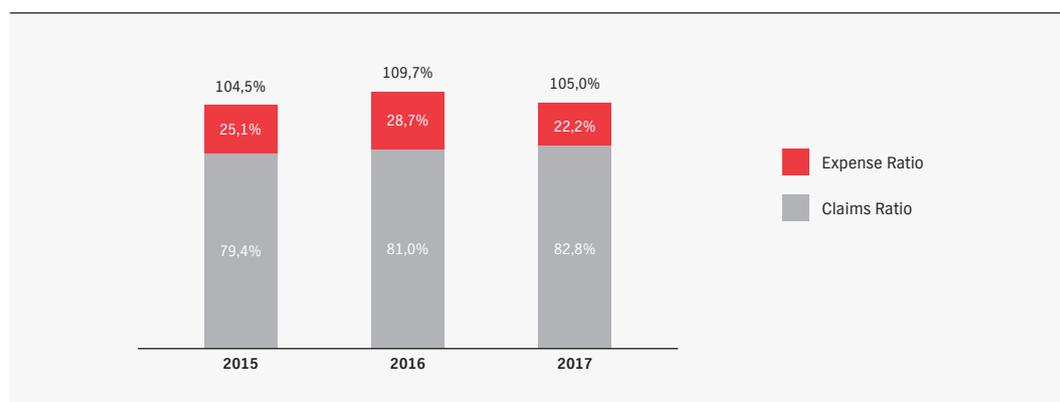
O rácio combinado Não Vida registou uma diminuição de 4,7 p.p., tendo-se situado nos 105,0%.

Por um lado há a registar a melhoria do expense que baixou de 28,7% para 22,2%.

O rácio de 2016 foi negativamente influenciado por diversos efeitos extraordinários, com destaque para o novo plano de contas que alterou de forma decisiva a forma de cálculo dos custos de aquisição diferidos.

O rácio de 2017 está influenciado pela reversão de uma pequena parte dos efeitos extraordinários verificados em 2016.

Ao contrário, o claims ratio situou-se nos 82,8%, o que reflete um agravamento de 1,8 p.p. face ao ano anterior, devido ao aumento da sinistralidade anteriormente referida.



2.2.6. Atividade Financeira

a) Cobranças

Em 2017 a Via Directa alterou a forma de contabilizar os Prémios Brutos Emitidos: passou a ter origem no recibo e não na apólice.

Esta alteração não teve qualquer impacto em resultados, mas alterou significativamente a conta de recibos por cobrar, que deixou de considerar, como até então, os recibos fracionados ainda não emitidos.

Com esta alteração o rácio de recibos por cobrar sobre prémios brutos emitidos passou de 15,1% para 1,5%.

Indicador de Cobranças

Rácio	2017	2016	2015
Recibos por Cobrar			
Prémios Seguro Direto	1,5%	15,1%	15,7%

b) Resultado da Atividade Financeira

A atividade financeira registou um resultado de 1,4 milhões de euros, após um ano com uma performance muito negativa em 2016, fruto essencialmente das imparidades registadas.

A rentabilidade média da carteira situou-se nos 2,4%.

Ainda assim foram registadas imparidades no valor de 0,4 milhões de euros.

	(Milhares de Euros)		
	2017	2016	2015
Resultado Atividade Financeira			
Carteira Média de Investimentos	60.299	58.074	59.822
Var. %	3,8%	-2,9%	-2,1%
Resultado dos Investimentos	1.437	-432	2.250
Var. %	-432,8%	-119,2%	-37,8%
Rentabilidade da Carteira	2,4%	-0,7%	3,8%

2.2.7. Resultado Líquido e Capital Próprio

O resultado líquido foi de 631 mil euros, e traduz uma melhoria muito significativa face ao do ano anterior, ano em que se registaram vários efeitos extraordinários com impacto muito negativo nos resultados.

Este resultado é o segundo melhor dos últimos dez anos e é o corolário de medidas que têm vindo a ser tomadas ao longo dos últimos anos, visando aumentar a sustentabilidade da Companhia e aumentar a sua eficiência interna.

O capital próprio da Via Directa era de 25,2 milhões de euros no final de 2017, o que representa um crescimento de 17,8 % face ao ano anterior.

3. Recursos Humanos

a) Evolução

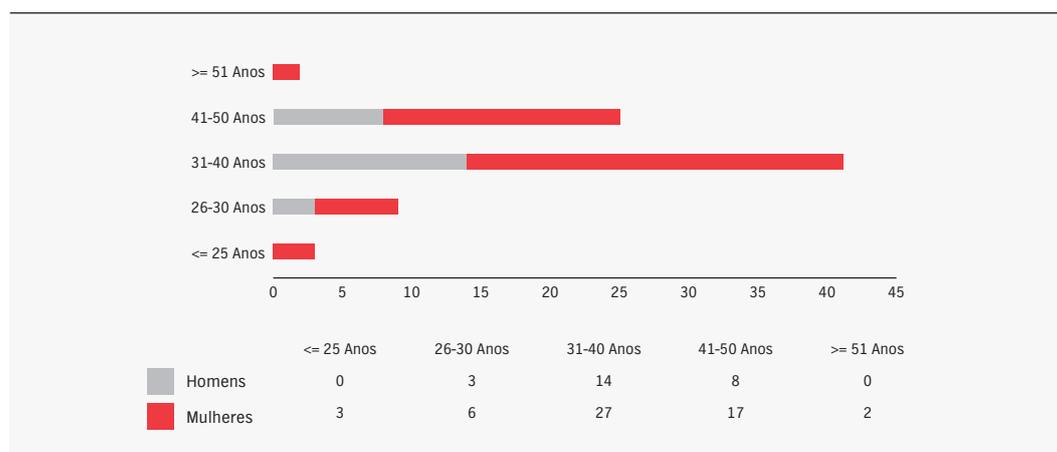
O enfoque dado ao aumento da eficiência interna tornou mais uma vez possível reduzir o quadro de pessoal e ao mesmo tempo desenvolver o volume de negócios.

A motivação das equipas e o grande alinhamento face aos objetivos estratégicos da Companhia são essenciais na gestão das pessoas. A comunicação interna, a liderança e o clima na equipa foram mais uma vez avaliados por todos os colaboradores, tendo-se registado um resultado de 4,3 numa escala de 1 a 5.

Em 2017 a redução do número de colaboradores a trabalhar efetivamente na empresa atingiu os 5%.

Recursos Humanos em 31/12	2017	2016	2015
Nº Colaboradores Total	82	86	90
Var %	-5%	-4%	-13%
Nº Colaboradores Ativos	80	84	88
Var %	-5%	-5%	-12%
Nº Colaboradores Cedidos	2	2	2
Var %	0%	0%	-33%

b) Estrutura Etária por Género



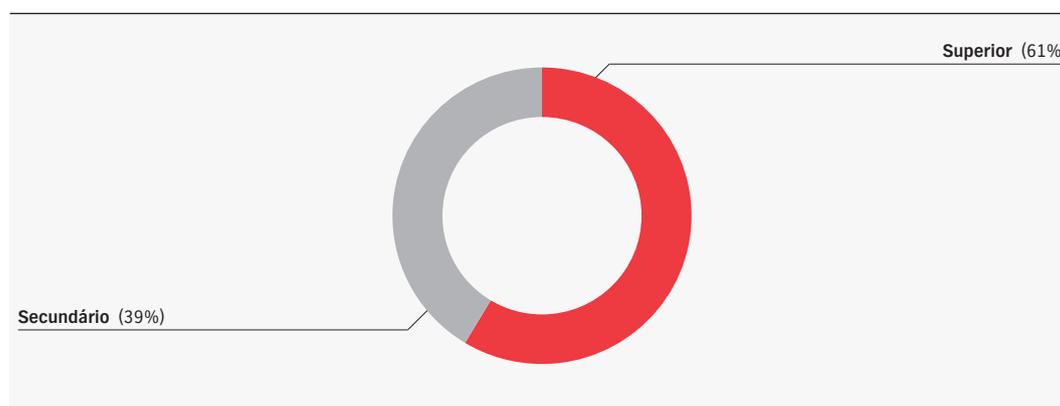
A idade e antiguidade média dos Colaboradores da Companhia é de 38 e 9 anos, respetivamente.

Dos 80 efetivos que trabalhavam em 31.12.2017 na Via Directa, 25 eram homens (31,3%) e 55 (68,8%) eram mulheres.

c) Habilitações Académicas

A qualificação e desenvolvimento dos recursos humanos têm sido uma prioridade para a Via Directa.

Em 2017 o peso dos colaboradores com formação académica de nível superior era de 61%.



d) Formação

A formação dos seus colaboradores continua a ser uma prioridade da Via Directa.

A criação de uma bolsa de formadores internos com competências a este nível, tem sido um instrumento decisivo na qualificação dos colaboradores, através de ações de formação adaptadas às necessidades específicas de cada equipa.

Em 2017 foram ministradas 2.613 horas de formação, onde se destacam as formações de índole comportamental e línguas. Para além do desenvolvimento de talentos, a Via Directa, pela sua integração no Grupo Fosun, necessita cada vez mais de colaboradores que dominem várias línguas, dada a sua presença em inúmeras geografias.



4. Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, que foi transposta para a ordem jurídica interna pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

Neste contexto, a Companhia implementou um sistema global de gestão de riscos, de forma a responder aos requisitos aí previstos.

Contudo, a implementação deste sistema, para além do cumprimento dos normativos aplicáveis à atividade seguradora, é entendida como uma oportunidade de melhoria dos processos de avaliação e gestão de risco, contribuindo, assim, para a manutenção da solidez e estabilidade do grupo segurador, onde a Via Directa se insere.

Assim, o sistema de gestão de risco é parte integrante das atividades diárias da Companhia, permitindo assegurar que os seus objetivos estratégicos (interesses dos clientes, rentabilidade, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos.

Por outro lado, o exercício de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA), que permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida, tem um papel fundamental na monitorização, quer do perfil de risco da Companhia, quer da adequação do capital aos requisitos regulamentares e às necessidades internas de capital.

Relativamente ao sistema de governação a Companhia possui políticas, processos e procedimentos adequados à sua estratégia de negócio e às suas operações, garantindo uma gestão sã e prudente da sua atividade.

Para dar resposta ao cumprimento daquelas políticas, processos e procedimentos, a Companhia estabeleceu um conjunto de funções-chave atribuídas aos seguintes órgãos: Direção de Gestão de Risco (função atuarial e função de gestão de risco), Direção de Auditoria e Gabinete de Compliance.

A par das áreas com funções-chave, a gestão dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno é também assegurada pelos seguintes Comités: Comité de Risco; Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição; Comités de Produtos Não Vida.

Aos restantes Órgãos de Estrutura compete o papel de dinamizador no processo de gestão de risco e controlo interno, no sentido de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efetuados de uma forma sã e prudente, cabendo-lhes também assegurar a existência e atualização da documentação relativa aos seus processos de negócio, respetivos riscos e atividades de controlo.

No que respeita às exigências de reporte, a Companhia preparou e divulgou, no seu sítio na internet, o “Relatório sobre a solvência e a situação financeira”, com referência a 31/12/2016, contendo informação detalhada relacionada com as suas atividades e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital.

O rácio de cobertura do requisito de capital de solvência (SCR) e do requisito de capital mínimo (MCR) aí apresentado era de 137,72% e 343,53%, respetivamente, o que representava um aumento considerável face aos valores em 1/1/2016.

Dado o desfasamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial a ser incluída no “Relatório sobre a solvência e situação financeira” relativo ao exercício de 2017, importa referir que a Companhia, considerando os dados preliminares reportados trimestralmente à ASF e a informação disponível nesta data, continua a cumprir com os requisitos de capital de forma muito confortável, prevendo-se que os mesmos venham a ser reforçados face ao exercício de 2016.

5. Perspetivas de Evolução

As linhas de orientação para 2018 são:

- Crescer com mais rentabilidade;
- Aumentar o grau de fidelização dos Clientes;
- Aumentar a eficiência interna;
- Desenvolver e reconhecer as pessoas.

O grande objetivo é a redução do rácio combinado para os 100%, indispensável à rentabilidade da Companhia, que deverá assentar, entre outras, nas seguintes iniciativas:

- Reforçar a adequação do prémio ao risco em todas as coberturas e ramos;
- Melhorar os mecanismos de retenção de clientes;
- Otimizar a gestão de cobranças;
- Simplificar o processo de pagamento no site e no canal telefónico.

Em 2018, a Via Directa irá prosseguir a sua estratégia atual de colocar as novas tecnologias ao serviço dos seus clientes e da comunidade onde se insere, dando especial atenção aos temas relacionados com um estilo de vida e uma mobilidade mais sustentáveis. A prioridade não será lançar novos produtos, mas sim potenciar o que já temos, apostando na eficiência de funcionalidades existentes. Uma das áreas mais importantes a desenvolver no próximo ano é a área de Fidelização, para a qual estamos já a desenvolver um programa inovador.

6. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da alínea b) do Art.º 376º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração vem propor a seguinte aplicação para o resultado líquido apurado no exercício, no valor de 630.609,41 Euros:

(Valores em Euros)

Resultado Líquido	630.609,41
Reserva legal	63.060,94
Remanescente à disposição da Assembleia Geral	567.548,47

7. Considerações Finais

Ao concluir o presente Relatório, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos quantos contribuíram para o desenvolvimento e continuada afirmação da Companhia, salientando particularmente:

- Os Clientes, que nos distinguem com a sua preferência e confiança;
- Os parceiros, que nos distinguem com a sua preferência e a excelência da relação comercial;
- As autoridades de supervisão, em particular a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pelo especial acompanhamento do setor e intervenção oportuna;
- A Associação Portuguesa de Seguradores, pelo esforço de representação das seguradoras em áreas de interesse comum;
- O Acionista, por todo o apoio recebido;
- Os elementos da Mesa da Assembleia-Geral e Conselho Fiscal, pelo interesse, disponibilidade e empenho demonstrados no acompanhamento e controlo da atividade da Companhia;
- Os Colaboradores que, com motivação, profissionalismo, dedicação e competência, tornaram possível a contínua valorização da Companhia.

Lisboa, 15 de fevereiro de 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco Xavier da Conceição Cordeiro - Presidente

Miguel António Vilarinho - Administrador-Delegado

Paulo Francisco Baião Figueiredo - Vogal

Anexo ao Relatório de Gestão

Informação a que se refere o Artigo 448º, nº 4, do Código das Sociedades Comerciais

À data do encerramento do exercício de 2017, encontrava-se na situação prevista no artigo 448º, nº 4, do Código das Sociedades Comerciais a FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A., titular de 4.600.000 ações representativas de 100% do capital social e dos direitos de voto da Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.

O Conselho de Administração

Francisco Xavier da Conceição Cordeiro - Presidente

Miguel António Vilarinho - Administrador-Delegado

Paulo Francisco Baião Figueiredo - Vogal

02

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

Balanços em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Nº de Identificação Fiscal: 504 011 944

(Valores em Euros)

Notas do Anexo	Balanço	31/12/2017			31/12/2016
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
	ATIVO				
5, 7	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.224.515	0	2.224.515	5.473.192
6	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	1.118	0	1.118	1.118
	Ativos financeiros detidos para negociação	0	0	0	-
5	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial				
	ao justo valor através de ganhos e perdas	760.311	0	760.311	161.134
	Derivados de cobertura	0	0	0	-
5	Ativos financeiros disponíveis para venda	60.741.372	1.998.513	58.742.859	52.467.558
	Empréstimos e contas a receber				
	Depósitos junto de empresas cedentes	0	0	0	-
5	Outros depósitos	2.800.000	0	2.800.000	
	Empréstimos concedidos	0	0	0	-
	Contas a receber	0	0	0	-
	Outros	0	0	0	-
	Ativos financeiros a deter até à maturidade	0	0	0	-
	Terrenos e edifícios				
	Terrenos e edifícios de uso próprio	0	0	0	-
	Terrenos e edifícios de rendimento	0	0	0	-
8	Outros ativos tangíveis	2.949.003	2.716.782	232.221	293.720
	Inventários	2.896	0	2.896	4.517
	Goodwill	0	0	0	-
10	Outros ativos intangíveis	2.703.346	2.622.469	80.877	255.140
	Provisões técnicas de resseguro cedido				
4	Provisão para prémios não adquiridos	43.042	0	43.042	2.226.780
	Provisão matemática do ramo vida	0	0	0	-
4	Provisão para sinistros	698.717	0	698.717	515.781
	Provisão para participação nos resultados	0	0	0	-
	Provisão para compromissos de taxa	0	0	0	-
	Provisão para estabilização de carteira	0	0	0	-
	Outras provisões técnicas	0	0	0	-
18	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	0	0	0	-
	Outros devedores por operações de seguros e outras operações				
5, 11	Contas a receber por operações de seguro direto	1.990.087	45.084	1.945.003	9.420.029
5	Contas a receber por outras operações de resseguro	1.348.490	0	1.348.490	18.090
5	Contas a receber por outras operações	104.154	4.490	99.664	921.937
	Ativos por impostos				
20	Ativos por impostos correntes	226.919	0	226.919	214.903
20	Ativos por impostos diferidos	467.587	0	467.587	820.705
26	Acréscimos e diferimentos	209.067	0	209.067	77.435
	TOTAL ATIVO	77.270.625	7.387.338	69.883.287	72.872.039

Balanços em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Nº de Identificação Fiscal: 504 011 944

(Valores em Euros)

Notas do Anexo	Balanco	31/12/2017	31/12/2016
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
	Provisões técnicas		
4	Provisão para prémios não adquiridos	13.918.103	19.985.851
	Provisão matemática do ramo vida	-	-
	Provisão para sinistros		
	De vida	-	-
	De acidentes de trabalho	-	-
4	De outros ramos	25.127.344	23.303.080
	Provisão para participação nos resultados	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-
	Provisão para desvios de sinistralidade	58.151	45.698
4	Provisão para riscos em curso	1.341.560	2.599.576
	Outras provisões técnicas	-	-
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-
	Outros passivos financeiros	-	-
	Derivados de cobertura	-	-
	Passivos subordinados	-	-
	Depósitos recebidos de resseguradores	130.265	94.963
	Outros		
18	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	2.249	1.345
	Outros credores por operações de seguros e outras operações		
5	Contas a pagar por operações de seguro direto	1.225.010	1.009.779
5	Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	1.165.615
5	Contas a pagar por outras operações	456.232	656.905
	Passivos por impostos		
20	Passivos por impostos correntes	673.006	1.489.949
20	Passivos por impostos diferidos	768.708	229.256
26	Acréscimos e diferimentos	889.617	754.661
11	Outras provisões	108.883	156.215
	TOTAL PASSIVO	44.699.127	51.492.895
	CAPITAL PRÓPRIO		
21	Capital	23.000.000	23.000.000
	(Ações Próprias)	-	-
	Outros instrumentos de capital	-	-
	Reservas de reavaliação		
23	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	3.292.031	(816.869)
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de ativos intangíveis	-	-
	Por revalorização de outros ativos tangíveis	-	-
23	Reserva por impostos diferidos	(761.162)	173.331
23	Outras reservas	2.706.772	2.706.772
	Resultados transitados	(3.684.090)	108.860
	Resultado Líquido do Exercício	630.609	(3.792.950)
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	25.184.160	21.379.144
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	69.883.287	72.872.039

Contas de Ganhos e Perdas para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Nº de Identificação Fiscal: 504 011 944

(Valores em Euros)

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	2017				2016
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro					
12	Prémios brutos emitidos	-	47.846.529	-	47.846.529	45.535.210
12	Prémios de resseguro cedido	-	(4.656.095)	-	(4.656.095)	(6.586.617)
12	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	(939.371)	-	(939.371)	(475.716)
12	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	(2.183.738)	-	(2.183.738)	(50.891)
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	-	-
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro					
	Montantes pagos					
4, 12	Montantes brutos	-	(32.107.936)	-	(32.107.936)	(32.285.333)
4, 12	Parte dos resseguradores	-	664.783	-	664.783	823.171
	Provisão para sinistros (variação)	-	-	-	-	-
4, 12	Montante bruto	-	(1.920.810)	-	(1.920.810)	444.880
4, 12	Parte dos resseguradores	-	201.460	-	201.460	(106.458)
4	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	1.245.563	-	1.245.563	(715.895)
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro					
	Montante bruto	-	-	-	-	-
	Parte dos resseguradores	-	-	-	-	-
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	-	-	-	-	-
	Custos e gastos de exploração líquidos					
12,17	Custos de aquisição	-	(8.889.560)	-	(8.889.560)	(8.774.176)
12,17	Custos de aquisição diferidos (variação)	-	349.671	-	349.671	(1.634.918)
12,17	Gastos administrativos	-	(798.210)	-	(798.210)	(835.621)
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	-	410.118	-	410.118	223.860
	Rendimentos					
13	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	1.258.853	-	1.258.853	922.879
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
13	Outros	-	11.462	-	11.462	10.024
	Gastos financeiros	-	-	-	-	-
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
13	Outros	-	(69.504)	-	(69.504)	(65.101)
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas					
14	De ativos disponíveis para venda	-	727.538	-	727.538	78.180
	De empréstimos e contas a receber	-	(37.086)	-	(37.086)	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	-	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-

(Continuação)

(Valores em Euros)

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	2017				2016
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
15	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	17.015	37	17.052	9.133
16	Diferenças de câmbio	-	(145.484)	(6)	(145.490)	(10.375)
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-	-
	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-	-
5	De ativos disponíveis para venda	-	(395.455)	-	(395.455)	(1.441.533)
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
11	De outros	-	-	(11.699)	(11.699)	23.844
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-
	Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-
10	Outros rendimentos/gastos	-	-	82.358	82.358	15.416
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-	589.743	70.691	660.433	(4.896.037)
20	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	(71.747)	(71.747)	(11.537)
20	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	41.923	41.923	1.114.624
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	589.743	40.867	630.609	(3.792.950)

Demonstrações de Variações do Capital Próprio para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Nº de Identificação Fiscal: 504 011 944

(Valores em Euros)

Notas do Anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital Social	Reservas de reavaliação		Reservas por impostos diferidos	Outras Reservas	
			Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Outras reservas
	Saldos em 31 de dezembro de 2015	23.000.000	-	(624.641)	139.986	1.204.520	1.273.027
23	Aplicação do Resultado do ano anterior	-	-	-	-	22.922	206.303
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor						
23	de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(192.228)	-	-	-
23	Ajustamentos por reconhecimento						
	de impostos diferidos	-	-	-	33.344	-	-
	Total das variações do capital próprio	-	-	(192.228)	33.344	22.922	206.303
	Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
	Saldos em 31 de dezembro de 2016	23.000.000	-	(816.869)	173.331	1.227.442	1.479.330
23	Aplicação do Resultado do ano anterior	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor						
23	de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	4.108.900	-	-	-
23	Ajustamentos por reconhecimento						
	de impostos diferidos	-	-	-	(934.493)	-	-
	Total das variações do capital próprio	-	-	4.108.900	(934.493)	-	-
	Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
	Saldos em 31 de dezembro de 2017	23.000.000	-	3.292.031	(761.162)	1.227.442	1.479.330

(Continuação)

(Valores em Euros)

Demonstração de variações do capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Distribuição dividendos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	109.860	228.225	-	25.330.978
Aplicação do Resultado do ano anterior	(1.000)	(228.225)	-	0
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(192.228)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	33.344
Total das variações do capital próprio	(1.000)	(228.225)	-	(158.884)
Resultado líquido do exercício	-	(3.792.950)	-	(3.792.950)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	108.860	(3.792.950)	-	21.379.144
Aplicação do Resultado do ano anterior	(3.792.950)	3.792.950	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	4.108.900
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	(934.493)
Total das variações do capital próprio	(3.792.950)	3.792.950	-	3.174.407
Resultado líquido do exercício	-	630.609	-	630.609
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(3.684.090)	630.609	-	25.184.160

Demonstrações do Rendimento Integral para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Nº de Identificação Fiscal: 504 011 944

(Valores em Euros)

	2017	2016
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	630.609	(3.792.950)
Varição em valias potenciais de ativos financeiros disponíveis para venda	4.405.355	(1.157.529)
Registo de imparidade no exercício	395.455	1.441.533
Alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	(691.911)	(91.776)
Efeito fiscal	934.493	(33.344)
RENDIMENTO RECONHECIDO DIRETAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO	5.043.393	158.884
RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO	5.674.002	(3.634.066)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Nº de Identificação Fiscal: 504 011 944

(Valores em Euros)

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos:		
Prêmios recebidos, líquidos de resseguro	36.532.986	38.948.593
Sinistros pagos, líquidos de resseguro	(31.317.115)	(30.366.095)
Comissões de contratos de seguro, de investimento e de prestação de serviços, líquidas	(55.897)	(2.303.585)
Pagamentos de participações nos resultados, líquidas de resseguro	-	-
Resultados cambiais	(145.490)	(10.375)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(8.436.303)	(8.342.461)
Contribuições para fundos de pensões	(30.492)	(2.822)
Outros	(746.505)	1.236.374
	(4.198.817)	(840.373)
(Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais		
Devedores por operações de seguro direto e resseguro	6.144.626	(499.219)
Devedores por outras operações	822.273	(886.552)
Outros ativos	-	-
	6.966.898	(1.385.772)
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais		
Depósitos recebidos de resseguradores	35.302	(14.869)
Credores por operações de seguro direto e resseguro	(950.385)	188.752
Credores por outras operações	(200.673)	(804.243)
Outros passivos	(1.598.959)	616.359
	(2.714.716)	(14.002)
Caixa líquida das atividades operacionais antes de impostos	53.367	(2.240.146)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	698.253	191.770
Caixa líquida das atividades operacionais	751.619	(2.048.377)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de:		
Ativos financeiros designados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	(6.275.301)	(21.832.892)
Ativos financeiros a deter até à maturidade	-	-
Empréstimos e contas a receber	(599.178)	26.937
Ativos tangíveis e intangíveis	(166)	(181.999)
Rendimentos de ativos financeiros	34.045.554	40.419.879
Outros recebimentos	13.084	13.794
	27.183.995	18.445.720
Pagamentos resultantes da aquisição ou originação de:		
Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	(28.365.753)	(41.043.449)
Ativos financeiros a deter até à maturidade	-	-
Empréstimos e contas a receber	(2.800.000)	-
Propriedades de investimento	-	-
Ativos tangíveis e intangíveis	(18.537)	2.492
Outros	-	81
	(31.184.290)	(41.040.875)
Caixa líquida das atividades de investimento	(4.000.296)	(22.595.154)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Juros de passivos subordinados	-	-
Emissões de passivos subordinados, líquidas de reembolsos	-	-
Aumentos de capital	-	-
Distribuição de Dividendos	-	-
	-	-
Caixa líquida das atividades de financiamento	-	-
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(3.248.677)	(24.643.531)
Caixa e seus equivalentes no início do período	5.473.192	30.116.723
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.224.515	5.473.192

03

ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

1. Constituição e atividade

A Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. (doravante “Via Directa” ou “Companhia”) foi constituída em 28 de novembro de 1997 e tem como objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todas as operações e ramos de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros.

A Sociedade poderá também participar em agrupamentos complementares de empresas e em agrupamentos europeus de interesse económico, e adquirir originária ou derivadamente ações ou quotas em sociedades de responsabilidade limitada, qualquer que seja o objeto destas e embora sujeitas a leis especiais.

A atividade comercial da Companhia teve início em 5 de janeiro de 1998 especialmente vocacionada para o ramo automóvel, comercializando atualmente produtos de multi-riscos e acidentes e doença.

A Companhia, pessoa coletiva nº 504011944, tem sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa nº 13, 4º andar, e encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número.

Conforme indicado na Nota 21, a Companhia é integralmente detida pela Fidelidade - Companhia de Seguros S.A. e, conseqüentemente, as suas operações e transações são influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere.

No exercício de 2014, o processo de privatização das empresas de seguros do Grupo Caixa Geral de Depósitos, a saber Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., CARES - Companhia de Seguros, S.A. e Multicare - Seguros de Saúde, S.A., foi finalizado após a obtenção das decisões de não oposição pelas autoridades competentes. Nesse contexto, a Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. alienou uma participação de 80% a favor da Longrun Portugal, SGPS, S.A. que se tornou a acionista maioritária.

As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2018 e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração da Companhia admite que as demonstrações financeiras venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. Informação por segmentos

A Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. é uma seguradora especializada na prestação de serviços de seguro e resseguro de automóvel, assistência e proteção jurídica, que atua no mercado nacional. Desde 2011 tem vindo a alargar o âmbito da sua atividade a outros ramos não vida, nomeadamente Multiriscos Habitação, Acidentes Pessoais e Doença.

Nos exercícios de 2017 e 2016 todos os prémios brutos emitidos são provenientes de contratos celebrados em Portugal.

Nos exercícios de 2017 e 2016, a distribuição dos resultados por linhas de negócio é a seguinte:

(Valores em Euros)

Rubricas	31-12-2017							Total
	Ramos Não Vida							
	Acidentes e Doença		Automóvel		Incêndio e Outros Danos	Diversos		
Acidentes Pessoais	Doença	Responsabilidade Civil	Outras Coberturas	Multiriscos Habitação	Proteção Jurídica	Assistência		
Prémios brutos emitidos seguro direto	28.213	519.744	25.598.732	13.912.537	1.411.065	605.574	5.770.664	47.846.529
Prémios de resseguro cedido	(5.000)	(519.744)	(555.702)	(294.298)	(887.576)	(233.539)	(2.160.237)	(4.656.095)
Prémios brutos adquiridos	27.460	515.754	25.399.899	13.474.383	1.350.280	613.863	5.525.519	46.907.158
Resultado dos investimentos	(1.056)	1.790	1.148.029	258.508	32.890	6.530	66.130	1.512.823
Custos com sinistros brutos	(14.498)	(312.774)	(24.300.279)	(8.536.251)	(864.945)	-	-	(34.028.746)
Custos de exploração brutos	(133.552)	(262.187)	(4.943.230)	(2.521.829)	(321.504)	(121.486)	(1.034.312)	(9.338.098)
Participação resultados resseguro cedido	-	139.271	-	7.668	65.250	197.929	-	410.118
Resultado técnico				589.743				
Provisões técnicas	24.352	145.838	30.271.241	7.110.690	946.365	176.117	1.770.556	40.445.158

(Valores em Euros)

Rubricas	31-12-2016 Ramos Não Vida							Total
	Acidentes e Doença		Automóvel		Incêndio e Outros Danos	Diversos		
	Acidentes Pessoais	Doença	Responsabilidade Civil	Outras Coberturas	Multirriscos Habitação	Proteção Jurídica	Assistência	
Prémios brutos emitidos seguro direto	20.538	464.421	24.784.782	13.125.880	1.267.791	631.151	5.240.647	45.535.210
Prémios de resseguro cedido	(2.000)	(464.421)	(614.848)	(315.152)	(788.836)	(400.314)	(4.001.047)	(6.586.617)
Prémios brutos adquiridos	21.458	457.223	24.672.754	12.853.900	1.210.005	630.670	5.213.484	45.059.494
Resultado dos investimentos	(153)	(1.602)	(367.298)	(82.573)	(9.154)	(2.771)	(22.868)	(486.418)
Custos com sinistros brutos	(7.195)	(252.032)	(22.381.484)	(8.340.653)	(859.088)	-	-	(31.840.453)
Custos de exploração brutos	(55.236)	(138.179)	(6.238.400)	(3.080.877)	(315.610)	(155.906)	(1.260.505)	(11.244.714)
Participação resultados resseguro cedido	-	131.452	-	-	72.763	18.294	1.353	223.860
Resultado técnico				(4.935.298)				
Provisões técnicas	(12.952)	39.072	33.886.111	8.551.683	821.573	282.397	2.366.324	45.934.206

3. Bases de preparação das demonstrações financeiras e políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com os princípios definidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma nº 10/2016-R, de 15 de setembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro.

3.1. Princípios contabilísticos

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1.1. Princípio da especialização de exercícios

Os proveitos e os custos são reconhecidos contabilisticamente em função do período em que ocorrem as transações que lhes estão subjacentes, independentemente do momento em que se efetuam as cobranças e os pagamentos.

Até 2016 inclusive a Via Directa registava os prémios brutos emitidos do seguro automóvel, bem como as coberturas do ramo diversos, modalidades assistência em viagem e proteção jurídica, que o complementam, em função das transações económicas que lhes davam origem e independentemente dos recibos emitidos inerentes ao fracionamento do prémio. Esta política contabilística contribuiu para que, ao longo dos anos, a percentagem de diferimento dos prémios fosse maior do que a média do mercado segurador automóvel. A rubrica de devedores por operações de seguro direto refletia esta política e incluía todas as transações económicas que aguardavam emissão de recibos para o futuro.

Em 2017, fruto de uma política de convergência com o grupo segurador onde estamos inseridos, a rubrica de prémios brutos emitidos inclui todos os montantes vencidos, de recibos emitidos, durante o exercício relativos aos contratos de seguro, independentemente de esses montantes se referirem inteiramente ou em parte a um exercício posterior.

A adoção desta política de contabilização de prémios teve impacto nas rubricas de devedores/credores por operações de seguro direto e na provisão para prémios não adquiridos.

A adoção desta política de contabilização não teve impacto nos prémios adquiridos da Via Directa e por conseguinte nos resultados da Companhia.

Dado que os prémios são registados como proveitos no momento da emissão ou renovação das respetivas apólices/recibos e os sinistros quando são participados pelos segurados, é necessário efetuar certas periodificações de proveitos e custos. Estas periodificações afetam, basicamente, as seguintes rubricas:

i) Provisão para prémios não adquiridos

Reflete a parte do prémio emitido antes do encerramento do exercício ainda não incorrida à data do balanço, com o objetivo de compensar os encargos futuros decorrentes dos contratos de seguros. É determinada, para cada contrato em vigor, por aplicação do método "Pró-rata temporis" aos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguros, nomeadamente as comissões de aquisição pagas, e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos. De acordo com o previsto na norma 10/2016-R da ASF, no exercício de 2016 as companhias podem beneficiar de um período de transição que permite o diferimento máximo de 20% dos prémios diferidos. A partir de 2017 deixa de existir um limite máximo, devendo os custos de aquisição diferidos ser calculados numa base económica, adaptada à realidade de cada companhia.

ii) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respetivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pela ASF.

iii) Provisão para sinistros

Reflete a estimativa das responsabilidades da Companhia por sinistros pendentes de liquidação à data do balanço, bem como das responsabilidades globais relativas aos sinistros ocorridos e não declarados (IBNR) até à data das demonstrações financeiras. Esta provisão incorpora também a estimativa de despesas a incorrer com regularização de sinistros ocorridos até à data do balanço.

O cálculo da provisão para sinistros declarados é efetuado através da estimativa sinistro a sinistro, considerando uma margem de prudência, sendo deduzido ao valor das responsabilidades apuradas o montante dos custos já pagos relativamente a esses sinistros.

A provisão para sinistros ocorridos e não participados (IBNR) é constituída com base em elementos estatísticos referentes à atividade passada da Companhia.

Na sequência da Circular nº 28/2004, de 17 de novembro, da ASF, a Companhia regista uma provisão para despesas de regularização de sinistros, determinada com base no rácio entre as despesas gerais incorridas pela Companhia e o número de processos geridos, aplicado ao número de sinistros que se encontram em aberto no final do exercício, acrescido da estimativa de sinistros IBNR.

As provisões para sinistro, registadas pela Companhia não são descontadas.

iv) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. Esta provisão é constituída para o risco de fenómenos sísmicos de seguro direto, do grupo de ramos incêndio e outros danos em coisas, de acordo com o estabelecido pelas normas da ASF.

v) Provisões técnicas de resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos e a provisão para sinistros de resseguro cedido refletem a quota-parte da responsabilidade dos resseguradores e da Via Directa, respetivamente, nas responsabilidades totais da Companhia e são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

Em 2017 a provisão para prémios não adquiridos foi anulada na totalidade à luz dos tratados de resseguro existentes com a Fidelidade Assistance, dando origem a uma entrada de carteira de igual valor.

3.1.2. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados nas rubricas “Gastos de investimentos diretos” e em “Comissões por operações de títulos e investimentos”. Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura;

- Ativos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (“Fair Value Option”). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
 - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (“accounting mismatch”) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
 - Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e a informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.
- Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:
 - Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
 - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.
- Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, na rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

ii) Investimentos a deter até à maturidade

Nesta categoria são classificados títulos com pagamentos fixos ou determináveis e com data de vencimento definida, que a Companhia tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento.

Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e de perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui depósitos junto de empresas cedentes, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito e ainda valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em “Outros devedores por operações de seguros e outras operações”.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros aqui registados quando do reconhecimento inicial:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com caráter de estabilidade;
- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, na “Reserva de justo valor”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” ou “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, respetivamente.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em “Rendimentos”, da demonstração de ganhos e perdas.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas e Ativos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor de ativos financeiros é determinado por um órgão da Companhia independente da função de negociação, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
 - Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
 - Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;

Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transações recentes) são mantidos ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores e ainda passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em “Outros credores por operações de seguros e outras operações”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

A Companhia realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

i) Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados.

O maior impacto deste procedimento no que respeita à atividade da Companhia consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de ações, a taxas de câmbio, etc.). No momento da separação, o derivado é registado pelo respetivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é reconhecido qualquer resultado no registo inicial da operação.

ii) Derivados de cobertura

Trata-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição da Companhia a riscos inerentes à sua atividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento dos requisitos definidos na Norma IAS 39.

Para todas as relações de cobertura, a Companhia prepara no início da operação documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, a Companhia reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto.

Caso a relação de cobertura deixe de ser eficaz, a variação acumulada de justo valor refletida no elemento coberto é reconhecida em resultados até à respetiva maturidade.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

Nos exercícios de 2017 e 2016, a Companhia não utilizou contabilidade de cobertura.

iii) Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se trate de micro-coberturas, ou pelos resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objetivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente e reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”, com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em “Rendimentos”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Ativos financeiros detidos para negociação” e “Outros passivos financeiros”, respetivamente.

d) Imparidade de ativos financeiros

A Companhia efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros, incluindo ativos registados ao custo amortizado e ativos financeiros disponíveis para venda.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- Ser provável que o devedor venha a entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- O desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor.

i) Ativos financeiros ao custo amortizado

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante de exposição é significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogéneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não são objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogêneos com características de risco similares. Os cash-flows futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade são igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, sendo refletido em balanço como uma dedução ao valor do ativo a que respeita.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 3.1.2. a), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pela Companhia uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos apresentados de seguida são considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 30%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 12 meses.

Adicionalmente, é ainda considerada como evidência objetiva de imparidade a existência de menos-valias potenciais superiores a 30% que se tenham mantido por mais de nove meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na “Reserva de justo valor”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Companhia efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas.

3.1.3. Investimentos em filiais

As filiais são registadas pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

3.1.4. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso que é:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	4 - 8
Equipamento informático	3 - 4
Instalações interiores	20
Outro equipamento	8

3.1.5. Ativos intangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades da Companhia.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

3.1.6. Férias, subsídio de férias e compensação pecuniária extraordinária

De acordo com a legislação vigente, os empregados têm direito a um mês de férias anual e um mês de subsídio de férias, direitos adquiridos no exercício anterior ao do seu pagamento. Desta forma, as responsabilidades com férias e subsídios de férias e os respetivos encargos sociais são registados em custos do exercício a que respeitam, independentemente do ano em que ocorra o seu pagamento.

Os encargos com férias e subsídio de férias foram registados na rubrica “Gastos com pessoal” por contrapartida da rubrica “Acréscimos e diferimentos” do passivo.

3.1.7. Prémio de permanência

Nos termos do Contrato Coletivo de Trabalho em vigor para o Setor Segurador, o trabalhador que completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado do mês em que o facto ocorrer, verificado um conjunto de condições.

Os encargos estimados futuros a incorrer com o prémio de permanência relativos ao tempo de serviço até à data do balanço são registados na rubrica de “Acréscimos e diferimentos” do passivo.

3.1.8. Impostos sobre lucros

Nos exercícios de 2017 e 2016, o total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, bem como a ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das valias tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis enquanto os impostos diferidos ativos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de reconhecer os anteriormente não registados por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual quanto à sua recuperação futura. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As situações que originam diferenças temporárias ao nível da Companhia correspondem a ajustamentos e provisões não dedutíveis para efeitos fiscais, à reavaliação de títulos e a reporte de prejuízos fiscais (Nota 20).

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. O impacto dos impostos diferidos, incluindo da alteração da taxa de imposto utilizada no seu cálculo, é refletido nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de títulos). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

3.1.9. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos trabalhadores.

Em conformidade com o anterior contrato coletivo de trabalho (CCT) para o setor segurador, a Companhia assumiu o compromisso em 1 de julho de 2010 de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados que tinham sido admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data de entrada em vigor do novo CCT. As prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma.

À data da assunção deste compromisso, 1 de julho de 2010, a Companhia aderiu ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Prudente, gerido pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (entidade inserida no Grupo CGD). Até 30 de junho de 2010, estas responsabilidades eram assumidas pela Fidelidade-Companhia de Seguros, S.A., a qual aguarda autorização da ASF para proceder à transferência do montante de 29.414 Euros, relativo a dois colaboradores, do Fundo de Pensões Mundial-Confiança para o Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Prudente (Nota 19).

À data de 31 de dezembro de 2013, já se encontrava aprovado por parte da ASF, o pedido de constituição do Fundo “PIR- Fidelidade – Companhia de Seguros e Associados” que registará as contribuições de todas as seguradoras do Grupo Caixa Seguros.

As contribuições para este novo Fundo são efetuadas de acordo com o estabelecido no CCT, tendo em 2015 sido considerado 3,25% sobre o vencimento base anual dos trabalhadores admitidos no setor após 22 de junho de 1995. A revisão do CCT, publicada no Boletim de Trabalho e Emprego de 8 de dezembro 2014 deu origem a uma contribuição extraordinária de 1,25% para os trabalhadores atrás descritos.

Para os trabalhadores admitidos na atividade seguradora antes daquela data, e que já tinham direito ao complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social, será transferido para o Fundo “PIR- Fidelidade – Companhia de Seguros e Associados” o valor existente no Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Prudente.

3.1.10. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo incentivos de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Gastos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios (Nota 3.1.1).

3.2. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Companhia incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 3.1.2 d). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pelo Grupo em que a Companhia se insere com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IAS 39, a Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 3.1.2. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 3.1.2, de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão do Grupo em que a Companhia se insere.

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 3.1.2 acima. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros refletidos nas demonstrações financeiras refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Companhia com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor em Portugal. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Conselho de Administração da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de provisões para prémios não adquiridos, provisões para sinistros e provisões para riscos em curso apresentavam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31/12/2017						Total
	Acidentes Pessoais	Doença	Multirriscos Habitação	Automóvel	Proteção Jurídica	Assistência	
Provisão para prémios não adquiridos:							
. Prémios não adquiridos	3.548	43.078	576.309	14.141.594	216.294	2.120.837	17.101.660
. Custos de aquisição diferidos (Nota 3.1. a) i)	(1.169)	(21.586)	(111.261)	(2.659.082)	(40.177)	(350.282)	(3.183.557)
	2.379	21.492	465.048	11.482.511	176.117	1.770.555	13.918.103
Provisão para sinistros:							
. Provisão para sinistros declarados	1.500	80.989	141.737	22.142.393	-	-	22.366.619
. Provisão para IBNR	1.098	6.197	128.499	2.478.110	-	-	2.613.903
. Provisão para despesas com regularização de sinistros	836	-	3.182	142.804	-	-	146.821
	3.433	87.186	273.418	24.763.306	-	-	25.127.344
Provisão para riscos em curso	18.540	37.159	149.748	1.136.114	-	-	1.341.560
	24.353	145.838	888.215	37.381.932	176.117	1.770.555	40.387.008
Provisões técnicas de resseguro cedido							
. Provisão para prémios não adquiridos	-	43.078	(8)	(4)	-	(24)	43.042
. Provisão para sinistros	-	87.186	145.384	466.147	-	-	698.717
	-	130.265	145.376	466.143	-	(24)	741.759

(Valores em Euros)

	31/12/2016						Total
	Acidentes Pessoais	Doença	Multirriscos Habitação	Automóvel	Proteção Jurídica	Assistência	
Provisão para prémios não adquiridos:							
. Prémios não adquiridos	2.795	39.088	515.524	19.269.883	320.868	2.671.580	22.819.738
. Custos de aquisição diferidos (Nota 3.1.1 i))	(24.037)	(56.938)	(94.474)	(2.314.709)	(38.471)	(305.257)	(2.833.887)
	(21.241)	(17.850)	421.050	16.955.174	282.397	2.366.323	19.985.851
Provisão para sinistros:							
. Provisão para sinistros declarados	650	53.219	98.929	20.831.825	-	-	20.984.624
. Provisão para IBNR	498	2.655	149.844	2.040.625	-	-	2.193.621
. Provisão para despesas com regularização de sinistros	-	-	2.338	122.497	-	-	124.835
	1.148	55.875	251.111	22.994.947	-	-	23.303.080
Provisão para riscos em curso	7.142	1.047	103.715	2.487.672	-	-	2.599.576
	(12.951)	39.072	775.876	42.437.794	282.397	2.366.323	45.888.509
Provisões técnicas de resseguro cedido							
. Provisão para prémios não adquiridos	-	39.088	-	-	174.757	2.012.934	2.226.780
. Provisão para sinistros	-	55.875	89.344	370.562	-	-	515.781
	-	94.963	89.344	370.562	174.757	2.012.934	2.742.561

Tal como referido na nota 3.1.1. a provisão para prémios não adquiridos diminuiu consideravelmente fruto da adoção da nova política de contabilização dos prémios do ramo automóvel. Simultaneamente, e conforme ponto v) da mesma nota, a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, para as coberturas de proteção jurídica e assistência, é praticamente nula.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a composição da provisão para sinistros de seguro direto é a seguinte:

	(Valores em Euros)	
	2017	2016
Provisão para sinistros declarados no ano de ocorrência		
Do exercício	12.593.219	11.727.842
Do exercício n-1	3.830.213	3.525.032
Do exercício n-2	2.131.757	1.714.707
Do exercício n-3	1.475.311	1.381.415
Do exercício n-4	550.832	1.000.959
Do exercício n-5 e anteriores	1.785.288	1.634.669
	22.366.619	20.984.624
Provisão para IBNR		
Do exercício	1.570.334	1.578.297
Do exercício n-1	597.215	246.657
Do exercício n-2	161.194	187.584
Do exercício n-3	126.288	65.784
Do exercício n-4	94.838	80.233
Do exercício n-5 e anteriores	64.035	35.067
	2.613.903	2.193.621
Provisão para despesas de regularização de sinistros	146.821	124.835
Total	25.127.344	23.303.080

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros durante os exercícios de 2017 e 2016 para sinistros ocorridos até 2016 e 2015 respetivamente, foi o seguinte:

(Valores em Euros)

Ramos/Grupos de Ramos	31-12-2017			
	Provisão para sinistros em 31/12/2016 (1)	Custos com sinistros montantes pagos no exerc. (*) (2)	Provisão para sinistros em 31/12/2017 (*) (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Não Vida				-
Acidentes e doença	57.022	34.738	6.959	(15.325)
Automóvel				
Responsabilidade Civil	20.262.582	8.698.640	10.324.797	(1.239.145)
Outras coberturas	2.732.365	1.469.291	473.137	(789.937)
Multirriscos Habitação	251.111	131.022	73.662	
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Total	23.303.080	10.333.691	10.878.555	(2.090.834)

(*) Relativo a sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

(Valores em Euros)

Ramos/Grupos de Ramos	31-12-2016			
	Provisão para sinistros em 31/12/2015 (1)	Custos com sinistros montantes pagos no exerc. (*) (2)	Provisão para sinistros em 31/12/2016 (*) (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Não Vida				-
Acidentes e doença	80.118	67.470	1.852	(10.796)
Automóvel				
Responsabilidade Civil	20.030.240	8.896.467	9.501.982	(1.631.791)
Outras coberturas	2.434.855	1.246.093	295.865	(892.897)
Multirriscos Habitação	278.341	130.066	117.052	
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	191	-	-	(191)
Total	22.823.745	10.340.096	9.916.751	(2.566.898)

(*) Relativo a sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

No exercício de 2017:

- a variação nos reembolsos a receber relativos a sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores, correspondeu a um custo de 1.669.442 Euros, relativo essencialmente a sinistros IDS Credor. Adicionalmente, foram registados proveitos relativos à parte dos resseguradores em custos com sinistros ocorridos nos anos acima referidos, num total de 129 496 Euros. Estes montantes não se encontram refletidos no mapa anterior. No entanto, os recebimentos dos referidos reembolsos estão refletidos na coluna “Montantes pagos”;
- ocorreram acréscimos de provisão para IBNR de anos anteriores no montante de 630 Milhares de Euros.

Nos exercícios de 2017 e 2016 os custos com sinistros apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

Ramos/Grupos de Ramos	31-12-2017			
	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Não Vida		(Nota 17)		
Acidentes e doença	274.421	730	52.121	327.272
Automóvel				
Responsabilidade Civil	22.492.929	177.447	1.629.904	24.300.279
Outras coberturas	8.296.319	24.188	215.744	8.536.251
Multirriscos Habitação	839.688	2.215	23.041	864.945
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
TOTAL GERAL	31.903.356	204.580	1.920.810	34.028.746

(Valores em Euros)

Ramos/Grupos de Ramos	31-12-2016			
	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Não Vida		(Nota 17)		
Acidentes e doença Automóvel	300.232	464	(41.468)	259.228
Responsabilidade Civil	22.753.929	165.361	(537.806)	22.381.484
Outras coberturas	8.156.097	22.435	162.122	8.340.653
Multirriscos Habitação	884.770	2.045	(27.727)	859.088
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
TOTAL GERAL	32.095.029	190.305	(444.880)	31.840.453

Nos exercícios de 2017 e 2016, a composição dos montantes pagos por ano é a seguinte:

(Valores em Euros)

	2017					
	Prestações	Reembolso de sinistros	Custos de gestão imputados	Montantes brutos	Parte dos resseguradores	Montantes pagos
Automóvel + Diversos						
Do exercício	26.666.731	(6.045.415)	201.635	20.822.951	-	20.822.951
Do exercício n-1	9.209.792	(2.878.209)	-	6.331.583	-	6.331.583
Do exercício n-2	1.743.611	(44.252)	-	1.699.360	-	1.699.360
Do exercício n-3	631.644	(62.172)	-	569.472	-	569.472
Do exercício n-4	523.004	(10.144)	-	512.859	-	512.859
Do exercício n-5 e anteriores	1.145.357	(90.701)	-	1.054.656	(6.948)	1.047.708
Acidentes Pessoais						
Do exercício	10.209	-	21	10.230	-	10.230
Do exercício n-1	1.982	-	-	1.982	-	1.982
Do exercício n-2	-	-	-	-	-	-
Doença						
Do exercício	229.665	(191)	709	230.182	(229.474)	709
Do exercício n-1	50.990	(122)	-	50.868	(50.868)	-
Do exercício n-2	136	(18.535)	-	(18.399)	18.399	-
Do exercício n-3	287	-	-	287	(287)	-

(continuação)

(Valores em Euros)

	2017					
	Prestações	Reembolso de sinistros	Custos de gestão imputados	Montantes brutos	Parte dos resseguradores	Montantes pagos
MRH						
Do exercício	712.162	(3.495)	2.215	710.881	(369.910)	340.971
Do exercício n-1	127.680	(8.889)	-	118.791	(23.098)	95.693
Do exercício n-2	9.471	(408)	-	9.063	(1.198)	7.865
Do exercício n-3	116	(262)	-	(146)	-	(146)
Do exercício n-4	3.620	(306)	-	3.314	(1.398)	1.916
	41.066.457	(9.163.101)	204.580	32.107.936	(664.783)	31.443.154

(Valores em Euros)

	2016					
	Prestações	Reembolso de sinistros	Custos de gestão imputados	Montantes brutos	Parte dos resseguradores	Montantes pagos
Automóvel + Diversos						
Do exercício	26.698.723	(5.931.256)	187.796	20.955.262	-	20.955.262
Do exercício n-1	8.762.869	(2.060.288)	-	6.702.581	-	6.702.581
Do exercício n-2	968.733	(99.436)	-	869.297	-	869.297
Do exercício n-3	1.064.540	(18.443)	-	1.046.097	(41.301)	1.004.796
Do exercício n-4	968.733	(13.929)	-	954.804	(2.809)	951.995
Do exercício n-5 e anteriores	698.695	(128.914)	-	569.781	(14.826)	554.955
Acidentes Pessoais						
Do exercício	7.301	-	9	7.310	-	7.310
Do exercício n-1	915	-	-	915	-	915
Do exercício n-2	-	-	-	-	-	-
Doença						
Do exercício	225.864	(403)	455	225.915	(225.460)	455
Do exercício n-1	66.558	(151)	-	66.407	(66.407)	-
Do exercício n-2	148	-	-	148	(148)	-
MRH						
Do exercício	759.163	(4.458)	2.045	756.749	(442.593)	314.156
Do exercício n-1	123.253	(5.827)	-	117.426	(29.627)	87.800
Do exercício n-2	8.613	(4.508)	-	4.105	-	4.105
Do exercício n-3	8.534	-	-	8.534	-	8.534
	40.362.642	(8.267.613)	190.305	32.285.333	(823.171)	31.462.162

Nos exercícios de 2017 e 2016 a desagregação da variação da provisão para sinistros por ano é a seguinte:

(Valores em Euros)

	2017					
	Varição da Provisão para sinistros	Despesas de regularização de sinistros	Sinistros a Reembolsar	Montante bruto	Parte dos resseguradores	Provisão para sinistros variação
Automóvel + Diversos						
Do exercício	13.883.920	81.452	(1.572.802)	12.392.569	-	12.392.569
Do exercício n-1	(8.750.428)	(54.679)	1.633.768	(7.171.339)	(10.472)	(7.181.811)
Do exercício n-2	(1.459.108)	(9.224)	3.577	(1.464.755)	-	(1.464.755)
Do exercício n-3	(225.282)	(18)	-	(225.300)	-	(225.300)
Do exercício n-4	(801.479)	(2.141)	-	(803.620)	-	(803.620)
Do exercício n-5 e anteriores	(899.571)	4.917	12.746	(881.908)	(85.113)	(967.021)
Acidentes Pessoais						
Do exercício	2.100	836	-	2.936	-	2.936
Do exercício n-1	(650)	-	-	(650)	-	(650)
Do exercício n-2	-	-	-	-	-	-
Doença						
Do exercício	80.725	-	41	80.766	(80.725)	41
Do exercício n-1	(48.982)	-	18.483	(30.500)	48.941	18.442
Do exercício n-2	(21)	-	-	(21)	(18.462)	(18.483)
Do exercício n-3	(410)			(410)	410	-
MRH						
Do exercício	196.808	2.948	(93)	199.662	(56.637)	143.025
Do exercício n-1	(78.650)	(1.136)	426	(79.360)	(912)	(80.272)
Do exercício n-2	(19.610)	(416)	-	(20.025)	111	(19.914)
Do exercício n-3	(75.000)	(553)	96	(75.457)	-	(75.457)
Do exercício n-4	(50)	0	306	256	1.398	1.654
Do exercício n-5 e anteriores	(2.035)	-		(2.035)	-	(2.035)
	1.802.277	21.986	96.547	1.920.810	(201.460)	1.719.350

(Valores em Euros)

	2016					
	Variação da Provisão para sinistros	Despesas de regularização de sinistros	Sinistros a Reembolsar	Montante bruto	Parte dos resseguradores	Provisão para sinistros variação
Automóvel + Diversos						
Do exercício	13.118.114	78.986	(1.655.960)	11.541.141	-	11.541.141
Do exercício n-1	(7.818.343)	(67.487)	756.117	(7.129.713)	-	(7.129.713)
Do exercício n-2	(1.511.397)	(12.208)	(839)	(1.524.444)	-	(1.524.444)
Do exercício n-3	(1.243.550)	-	27	(1.243.523)	9.354	(1.234.170)
Do exercício n-4	(860.768)	-	-	(860.768)	110.317	(750.451)
Do exercício n-5 e anteriores	(1.153.686)	-	(4.691)	(1.158.376)	-	(1.158.376)
Acidentes Pessoais						
Do exercício	970	-	-	970	-	970
Do exercício n-1	(2.000)	-	-	(2.000)	-	(2.000)
Do exercício n-2	-	-	-	-	-	-
Doença						
Do exercício	54.200	-	(41)	54.160	(54.160)	-
Do exercício n-1	(73.668)	-	(18.331)	(92.000)	92.000	-
Do exercício n-2	(2.598)	-	-	(2.598)	2.598	-
MRH						
Do exercício	132.854	1.205	(426)	133.632	(51.142)	82.490
Do exercício n-1	(56.076)	(1.693)	175	(57.594)	(7.949)	(65.543)
Do exercício n-2	(86.335)	463	60	(85.812)	172	(85.640)
Do exercício n-3	(17.241)	-	(306)	(17.547)	5.270	(12.277)
Do exercício n-4	(407)	-	-	(407)	-	(407)
	480.070	(734)	(924.216)	(444.880)	106.458	(338.422)

DIVULGAÇÕES RELATIVAS A RISCO DE CONTRATOS DE SEGURO

É apresentada em seguida uma descrição resumida das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor.

Subscrição de riscos

Quando o potencial cliente contacta a Companhia, via telefone, Internet ou no canal presencial, a seleção de riscos desenrola-se com base num questionário. Este é efetuado com base em indicações dadas por uma aplicação de simulação que permite a recolha da informação essencial à avaliação do risco e eventual apresentação de uma cotação. A própria aplicação bloqueia o desenvolvimento do questionário caso o cliente não pertença ao grupo de clientes/risco que a seguradora pretende selecionar. Existe um Manual de Subscrição para cada ramo, onde estão discriminadas todas as regras de aceitação e as respetivas delegações da estrutura organizacional da Via Directa.

No sentido de minimizar o risco subjacente ao processo de subscrição, sempre que aplicável, a DCM em articulação com a DTS procedem à confirmação de todas as características do risco declaradas, com particular destaque, no ramo automóvel, para a verificação do histórico de sinistralidade através do recurso automático à Segurnet, da apresentação de certificado de tarificação ou através de contacto direto com a Companhia onde o risco estava anteriormente colocado. Sempre que necessário efetuam-se as correções que se mostrem necessárias para adequar o prémio ao risco a segurar.

Risco Específico de Seguros – Provisionamento das Responsabilidades

No momento de abertura do sinistro é constituída uma provisão no sistema informático com base num valor médio, o qual pode ser ajustado a qualquer momento. Para tal, são utilizadas as seguintes metodologias:

- a. Provisão para sinistros ocorridos e participados;
- b. Provisão para sinistros não declarados no ano de ocorrência (IBNR);
- c. Provisão para despesas com regularização de sinistros.

Paralelamente a este processo, o atuário responsável realiza uma análise às provisões constituídas, considerando as metodologias usadas para o cálculo das provisões e a experiência histórica da seguradora associada a cada uma das responsabilidades. Importa referir que, no âmbito destas análises, é validado o cumprimento dos normativos em vigor relativos ao cálculo de provisões.

Risco Específico de Seguros – Gestão de Processos de Sinistros

A gestão dos processos de regularização de sinistros da Companhia é efetuada pelas respetivas direções de sinistros da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., pela Fidelidade Assistance e pela Multicare, em obediência à Política de Gestão de Sinistros das Companhias prestadoras de serviço.

No caso do ramo automóvel a abertura de sinistro só ocorre após receção da DAAA (Declaração Amigável de Acidente Automóvel) ou outro documento, desde que estejam reunidas todas as validações necessárias.

Em 2016 passou a ser possível participar sinistros através das aplicações “app Ok! teleseguros” e e-SEGURNET da APS, via telemóvel.

Um grande número de documentos recebidos pela Companhia é já recebido em imagem. Os restantes documentos relativos a sinistros que sejam recebidos ainda como documentação física são transformados em imagem e indexados a um processo, caso este já exista, ou dão lugar à criação de uma ocorrência.

Sempre que o Gestor de Sinistro recebe uma nova ocorrência na sua fila de trabalho inicia um processo de análise da mesma de forma a efetuar a caracterização e o enquadramento do sinistro. Desta análise podem resultar três situações:

- Existe documentação/dados em falta o que não permite a transformação da ocorrência em processo de sinistro;
- Existe documentação/dados em falta, mas aquela que está disponível contém os elementos suficientes que possibilitem a transformação da ocorrência em processo de sinistro;
- Não existe qualquer documentação em falta e a ocorrência é transformada de imediato em processo de sinistro após terem sido validados alguns itens como seja:
 - Sinistralidade (Verificação de Registo de ocorrência ou processo);
 - Existência de situações de fraude associadas;
 - Consulta e análise de Prémios da Apólice (Controlo regularização de prémios de apólice);
 - Consulta e análise de Coberturas.

Adicionalmente, a abertura do sinistro no sistema informático implica a constituição automática de uma provisão inicial, a qual depende do tipo de sinistro aberto bem como da cobertura afetada.

Neste contexto, importa referir que o sistema informático implementado na Companhia permite um acompanhamento da evolução do estado do processo, nomeadamente através de mensagens e agendamentos sucessivos, criados ou pelo próprio gestor, nalguns casos, ou com automatismo, e que são relativos a atividades necessárias e que irão por sua vez provocar ações, adequadas e atempadas, para a resolução do sinistro no estrito cumprimento dos prazos legais estabelecidos.

Por fim, no âmbito da monitorização do risco inerente a este processo, são produzidos vários mapas e informação estatística, com periodicidade variada e pré definida contribuindo nomeadamente para a sua monitorização, controlo de risco e cumprimento de objetivos.

Risco Específico de Seguros – Resseguro e Formas Alternativas de Transferência de Risco

No que diz respeito à gestão do resseguro, a Companhia possui um tratado de excesso de perdas cuja resseguradora é a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. De acordo com este tratado de resseguro os custos com sinistros que ultrapassem o valor estabelecido no mesmo, tanto para o ramo automóvel como para os ramos multirriscos e acidentes pessoais são da responsabilidade da Fidelidade – Companhia de Seguros, SA.

Cabe igualmente à Fidelidade, no âmbito dos Tratados de Resseguros dos Ramos auto e multirriscos, e acidentes pessoais, a gestão dos sinistros da Via Directa.

No ramo de multirriscos, foi celebrado em julho de 2015 um tratado de quota-parte com a Peak Re sobre a retenção para a cobertura de fenómenos sísmicos.

No que respeita ao Ramo Doença, a Companhia possui um tratado de resseguro quota-parte com a Multicare, que prevê a cedência de 100% dos prémios brutos emitidos.

Concentração de Risco

Até 2011 a Seguradora dedicou-se à comercialização de seguros do ramo automóvel, complementado com coberturas do ramo diversos, modalidades assistência em viagem e proteção jurídica. No ano de 2012 iniciou a comercialização de novos produtos nos ramos de acidentes pessoais e multirriscos habitação e em 2013 do ramo doença em parceria com a Multicare.

Os canais usados na comercialização são a internet, o telefone e os pontos de venda direta. Não existe recurso à mediação nem às redes tradicionais de agências.

O ramo automóvel representou em 2017, 82,9% dos prémios brutos adquiridos totais, enquanto as coberturas de proteção jurídica e assistência representaram, respetivamente, 1,3% e 11,8%. Em relação aos ramos cuja comercialização se iniciou recentemente, multiriscos habitação representa 2,9% e doença 1,1%. O ramo acidentes pessoais tem prémios brutos adquiridos no valor de apenas 27.460€.

A seleção e a mitigação dos riscos são uma componente à qual a Seguradora dá especial atenção. Apesar da atividade da Seguradora se concentrar maioritariamente no seguro direto do ramo automóvel, os novos ramos comercializados, acidentes pessoais, multiriscos habitação e doença, também são alvo dessa atenção:

- Regras de subscrição claras e sistemas de controlo do risco na fase de aceitação do mesmo;
- Limitação do capital em risco na Seguradora, em 2017, através de tratado de resseguro com a Companhia de Seguros Fidelidade, S.A.:
 - No ramo automóvel, a Seguradora estava protegida por um tratado do tipo excesso de perdas com uma retenção de 500.000€;
 - No ramo multiriscos habitação, a Seguradora estava protegida por um tratado de resseguro de excedentes de capitais com uma retenção de 50.000€ e por um tratado de excesso de perdas com um limite de 6.500.000€ por evento e ano, em excesso de 1.000.000€;
 - No ramo acidentes pessoais, a Seguradora estava protegida por um tratado do tipo excesso de perdas com uma retenção de 90.000€;
- Mitigação total do risco associado às coberturas de assistência e proteção jurídica, através de tratados do tipo fronting em que a resseguradora (Fidelidade Assistência) assume o risco e a gestão dos sinistros;
- Mitigação total do risco associado ao ramo doença, através de um tratado de resseguro a 100% com a Multicare.

Prestação de informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios

Ramo Acidentes Pessoais

Relativamente ao ramo Acidentes Pessoais, em 2017 os prémios foram insuficientes para fazer face aos custos associados à exploração do ramo, originando a necessidade de constituir provisão para riscos em curso, de acordo com as normas em vigor. Os custos com sinistros registados contabilisticamente representaram 47,9% dos prémios brutos adquiridos. Os custos de aquisição e administrativos consumiram no seu conjunto 486,3% dos prémios brutos adquiridos e o programa de resseguro resultou num custo correspondente a 18,2% daqueles prémios. Considerando os resultados de investimentos, o rácio combinado atingiu 556,0%.

Ramo Doença

No ramo Doença, em 2017 os prémios foram insuficientes para fazer face aos custos associados à exploração do ramo, originando a necessidade de constituir provisão para riscos em curso, de acordo com as normas em vigor. Os custos com sinistros registados contabilisticamente representaram 60,3% dos prémios brutos adquiridos. Os custos de aquisição e administrativos consumiram no seu conjunto 50,8% dos prémios brutos adquiridos e o programa de resseguro resultou num custo correspondente a 12,9% daqueles prémios. Considerando os resultados de investimentos, a Seguradora obteve um rácio combinado de 123,7%.

Ramo Multirriscos Habitação

No ramo Multirriscos Habitação, em 2017 os prémios foram insuficientes para fazer face aos custos associados à exploração do ramo, tendo o rácio combinado atingido 118,3%. Os custos com sinistros registados contabilisticamente representaram 67,4% dos prémios brutos adquiridos. Os custos de aquisição e administrativos consumiram no seu conjunto 23,8% dos prémios brutos adquiridos e o programa de resseguro resultou num custo correspondente a 29,3% daqueles prémios. Mesmo considerando os resultados de investimentos, foi necessário constituir provisão para riscos em curso, de acordo com as normas em vigor.

Ramo Automóvel

No ramo Automóvel, em 2017 os prémios foram insuficientes para fazer face aos custos associados à exploração do ramo, originando a necessidade de constituir provisão para riscos em curso, de acordo com as normas em vigor. Os custos com sinistros registados contabilisticamente representaram 85,4% dos prémios brutos adquiridos. Os custos de aquisição e administrativos consumiram no seu conjunto 19,2% dos prémios brutos adquiridos e o programa de resseguro resultou num custo correspondente a 2,2% daqueles prémios. Considerando os resultados de investimentos, o rácio combinado ascendeu a 103,5%.

Ramo Diversos

No ano 2017, os prémios da Seguradora para o ramo diversos, onde se enquadram as coberturas de assistência e proteção jurídica, foram suficientes para fazer face à exploração do ramo, antes e após resseguro cedido, não sendo por isso necessário proceder à constituição de provisão para riscos em curso. Relativamente às responsabilidades associadas a sinistros, dado que as mesmas são integralmente assumidas pela resseguradora, não há lugar à constituição de provisão para sinistros.

Análise de sensibilidade

De modo a efetuar uma análise de sensibilidade, consideraram-se 2 cenários:

- No cenário 1 obtém-se a variação necessária nos custos com sinistros do exercício, de modo a que o nível de prémios adquiridos afetos a custos diminua para 100%, eliminando a insuficiência dos mesmos;
- No cenário 2 verifica-se qual o impacto de um aumento da taxa de sinistralidade para 95%, avaliando-se a capacidade de suficiência dos prémios.

Para ambos os cenários, mantêm-se os valores verificados em 2017 relativamente aos custos de aquisição, administrativos, resultados de resseguro e de investimentos (restantes custos).

Ramo Acidentes Pessoais

Em 2017 os prémios revelaram-se insuficientes para cobrir os custos associados à exploração do ramo Acidentes Pessoais, representando 556,0% dos prémios brutos adquiridos, sendo que os custos de aquisição e administrativos revelaram-se ainda muito elevados, representando 486,3% dos prémios brutos adquiridos.

Com base nos pressupostos anteriormente referidos, a aplicação do cenário 1 resulta em custos com sinistros com valores negativos e, como tal, não é considerado para a análise de sensibilidade. Relativamente ao cenário 2, o total do prémio bruto adquirido afeto a custos passaria para cerca de 603,0%.

Cenários de Consumo do PBA do ramo Acidentes Pessoais – 31-12-2017

Cenários para o exercício	Real	% do PBA	Cenário 2	% do PBA
Prémio Bruto Adquirido	27.460		27.460	
Custos com Sinistros exercício	13.166	47,94%	26.087	95,00%
Restantes Custos (*)	139.508	508,04%	139.508	508,04%
Total de Custos	152.674	555,98%	165.596	603,04%

(*) Soma dos custos de aquisição e administrativos com os resultados de resseguro e de investimentos (euros)

A carteira existente no ramo é ainda diminuta e por esse motivo existem oscilações acentuadas na taxa de sinistralidade.

Em termos de mercado este ramo apresenta valores de sinistralidade que em 2016 rondaram os 36%, valores inferiores aos registados na Seguradora.

Peso dos custos com sinistros no prémio bruto adquirido para o ramo Acidentes Pessoais - valores de mercado

Ano	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros	Sinistralidade
2011	130.084	41.129	31,62%
2012	127.836	39.339	30,77%
2013	109.980	36.387	33,09%
2014	93.833	38.992	41,55%
2015	110.645	27.759	25,09%
2016	102.499	37.139	36,23%

Fonte: "Estatísticas de Seguros" da ASF (milhares de euros) a preços correntes

Ramo Doença

No ramo doença, os custos associados à exploração do ramo, representam 123,7% dos prémios brutos adquiridos.

Com base nos pressupostos anteriormente referidos, os resultados relativos à análise dos 2 cenários alternativos são os seguintes:

- Cenário 1: A sinistralidade implícita obtida reduziu para 36,6%;
- Cenário 2: O total do prémio bruto adquirido afeto a custos passaria para cerca de 158,4%.

Cenários de Consumo do PBA do ramo Doença – 31-12-2017

Cenários para o exercício	Real	% do PBA	Cenário 1	% do PBA	Cenário 2	% do PBA
Prémio Bruto Adquirido	515.754		515.754		515.754	
Custos com Sinistros exercício	310.908	60,28%	188.905	36,63%	489.966	95,00%
Restantes Custos (*)	326.849	63,37%	326.849	63,37%	326.849	63,37%
Total de Custos	637.757	123,66%	515.754	100,00%	816.815	158,37%

(*) Soma dos custos de aquisição e administrativos com os resultados de resseguro e de investimentos (euros)

O rácio entre os custos com sinistros do exercício e os prémios brutos adquiridos é cerca de 60,3%, sendo inferior à registada no mercado.

Peso dos custos com sinistros no prémio bruto adquirido para o ramo Doença - valores de mercado

Ano	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros	Sinistralidade
2011	828.020	703.759	84,99%
2012	842.641	645.671	76,62%
2013	857.753	659.243	76,86%
2014	896.600	663.419	73,99%
2015	966.675	727.009	75,21%
2016	1.051.882	763.741	72,61%

Fonte: "Estatísticas de Seguros" da ASF (milhares de euros) a preços correntes

Ramo Multirrisco Habitação

No ramo Multirrisco Habitação, os prémios brutos adquiridos continuaram a apresentar um crescimento significativo em 2017, mantendo-se, no entanto, insuficientes para cobrir os custos associados à exploração do ramo, que representam 118,3% dos prémios brutos adquiridos.

Os resultados obtidos nos 2 cenários propostos são os seguintes:

- Cenário 1: A sinistralidade implícita obtida alcançou 49,1%;
- Cenário 2: O total do prémio bruto adquirido afeto a custos aumentou para 145,9%.

Cenários de Consumo do PBA do ramo Multirriscos Habitação – 31-12-2017

Cenários para o exercício	Real	% do PBA	Cenário 1	% do PBA	Cenário 2	% do PBA
Prémio Bruto Adquirido	1.350.280		1.350.280		1.350.280	
Custos com Sinistros exercício	910.544	67,43%	662.781	49,08%	1.282.766	95,00%
Restantes Custos (*)	687.498	50,92%	687.498	50,92%	687.498	50,92%
Total de Custos	1.598.042	118,35%	1.350.280	100,00%	1.970.264	145,92%

(*) Soma dos custos de aquisição e administrativos com os resultados de resseguro e de investimentos (euros)

Os custos com sinistros no exercício representam 67,4% dos prémios brutos adquiridos. Os valores históricos observados no mercado são inferiores, conforme tabela abaixo.

Peso dos custos com sinistros no prémio bruto adquirido para o ramo Multirriscos Habitação - valores de mercado

Ano	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros	Sinistralidade
2011	373.113	180.139	48,28%
2012	389.251	169.427	43,53%
2013	400.113	228.561	57,12%
2014	408.133	208.929	51,19%
2015	435.250	193.746	44,51%
2016	442.075	181.802	41,12%

Fonte: "Estatísticas de Seguros" da ASF (milhares de euros) a preços correntes

Ramo Automóvel

Em 2017 os prémios revelaram-se insuficientes para cobrir os custos associados à exploração do ramo, representando 103,5% dos prémios brutos adquiridos.

Com base nos pressupostos anteriormente referidos, os resultados relativos à análise dos 2 cenários alternativos são os seguintes:

- Cenário 1: A sinistralidade implícita obtida alcançou 81,9%;
- Cenário 2: O total do prémio bruto adquirido afeto a custos ascendeu a 113,1%.

Cenários de Consumo do PBA do ramo Automóvel – 31-12-2017

Cenários para o exercício	Real	% do PBA	Cenário 1	% do PBA	Cenário 2	% do PBA
Prémio Bruto Adquirido	38.874.282		38.874.282		38.874.282	
Custos com Sinistros exercício	33.215.521	85,44%	31.837.950	81,90%	36.930.568	95,00%
Restantes Custos (*)	7.036.332	18,10%	7.036.332	18,10%	7.036.332	18,10%
Total de Custos	40.251.853	103,54%	38.874.282	100,00%	43.966.900	113,10%

(*) Soma dos custos de aquisição e administrativos com os resultados de resseguro e de investimentos (euros)

Os custos com sinistros no exercício representam 85,4% dos prémios brutos adquiridos. Os valores históricos observados no mercado são, em média, superiores, conforme tabela abaixo. Tendo sido, no entanto, inferiores nos dois últimos anos, 2015 e 2016.

Peso dos custos com sinistros no prémio bruto adquirido para o ramo Automóvel – valores de mercado

Ano	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros	Sinistralidade
2011	1.464.252	1.310.879	89,53%
2012	1.385.293	1.219.580	88,04%
2013	1.309.683	1.157.387	88,37%
2014	1.264.974	1.133.325	89,59%
2015	1.317.206	1.059.322	80,42%
2016	1.235.765	990.796	80,18%

Fonte: "Estatísticas de Seguros" da ASF (milhares de euros) a preços correntes

RÁCIOS

Em 2017 o rácio combinado para efeitos de cálculo da Provisão para Riscos em Curso (PRC) foi de 104,1% que compara com os 111,2% observados em 2016. O decréscimo de cerca de 7,1 pp deve-se essencialmente a:

- crescimento de 4% dos prémios adquiridos do seguro direto;
- diminuição do rácio de sinistralidade líquido de resseguro (do ano) em 1.1 pp – o rácio em 2017 é de 71,9% tendo sido em 2016 de 73,0%;
- diminuição do rácio de custos imputados (custos de exploração) em 5.5 pp, passando de 24,5% em 2016 para 19,0% em 2017, devido ao efeito extraordinário dos custos de aquisição diferidos;
- manutenção do rácio de resseguro (14,6% em 2017 que compara com os 14,7% de 2016);
- crescimento do rácio de investimento de 0.4 pp, passando de 1% em 2016 para 1,4% em 2017.

Os fatores acima expostos são particularmente visíveis no ramo automóvel, onde o rácio combinado passou de 112,9% para 105,4%, dando origem a um decréscimo da Provisão para Riscos em Curso de 1.352 milhares de euros; os restantes ramos registaram aumentos globais de 93 milhares de euros, nomeadamente 46 milhares de euros no MRH, 36 milhares de euros no Doença e 11 milhares de euros nos Acidentes Pessoais.

O valor da Provisão para Riscos em Curso em 2017 é de 1.341.560 € (em 2016, 2.599.576€).

(Valores em Euros)

	2017					Total
	Acidentes Pessoais	Doença	Automóvel	Diversos	Multirriscos Habitação	
Prémios Brutos Emitidos	28.213	519.744	39.511.269	6.376.238	1.411.065	47.846.529
Prémios Adquiridos SD	27.460	515.754	38.874.282	6.139.382	1.350.280	46.907.158
Custos c/ Sinistros SD	(14.477)	(312.065)	(32.634.895)	-	(862.729)	(33.824.166)
Ano	(13.145)	(310.240)	(33.013.886)	-	(908.328)	(34.245.599)
Anos Anteriores	(1.332)	(1.826)	378.991	-	45.599	421.433
Custos Função Sinistros	(21)	(709)	(201.635)	-	(2.215)	(204.580)
Prémios Adquiridos RC	(5.000)	(515.754)	(850.004)	(4.581.491)	(887.584)	(6.839.833)
Custos c/ Sinistros RC	-	312.065	102.533	-	451.644	866.242
Ano	-	310.199	-	-	426.547	736.746
Anos Anteriores	-	1.866	102.533	-	25.097	129.496
Custos de Exploração Líquidos	(133.552)	(122.916)	(7.457.390)	(957.869)	(256.255)	(8.927.981)
Custos de Investimento	26	(43)	(66.936)	(1.756)	(795)	(69.504)
Rendimentos *	387	7.122	541.385	87.367	19.334	655.595
Rácio Sinistros ano (Líq. RC)	47,9%	0,1%	85,4%	0,0%	35,8%	71,9%
Rácio Custos Exploração (Líq RC)	486,3%	23,8%	19,2%	15,6%	19,0%	19,0%
Rácio Resseguro	18,2%	100,0%	2,2%	74,6%	65,7%	14,6%
Rácio Rendimentos	1,4%	1,4%	1,4%	1,4%	1,4%	1,4%
Rácio Combinado do ano	551,1%	122,6%	105,4%	88,8%	119,1%	104,1%

* Considerados para cálculo da Provisão para riscos em curso (rendimentos da carteira afeta)

(Valores em Euros)

	2016					Total
	Acidentes Pessoais	Doença	Automóvel	Diversos	Multiriscos Habitação	
Prémios Brutos Emitidos	20.538	464.421	37.910.663	5.871.798	1.267.791	45.535.210
Prémios Adquiridos SD	21.458	457.223	37.526.654	5.844.154	1.210.005	45.059.494
Custos c/ Sinistros SD	(7.186)	(251.577)	(30.534.342)	-	(857.043)	(31.650.149)
Ano	(8.271)	(279.620)	(32.308.607)	-	(888.337)	(33.484.835)
Anos Anteriores	1.085	28.043	1.774.265	-	31.294	1.834.686
Custos Função Sinistros	(9)	(455)	(187.796)	-	(2.045)	(190.305)
Prémios Adquiridos RC	(2.000)	(457.223)	(930.000)	(4.459.449)	(788.836)	(6.637.508)
Custos c/ Sinistros RC	-	251.577	(60.735)	-	525.870	716.713
Ano	-	279.620	-	-	493.735	773.355
Anos Anteriores	-	(28.043)	(60.735)	-	32.135	(56.642)
Custos de Exploração Líquidos	(55.236)	(6.728)	(9.319.277)	(1.396.765)	(242.848)	(11.020.854)
Custos de Investimento	11	(32)	(62.270)	(2.172)	(637)	(65.101)
Rendimentos *	203	4.587	374.470	58.000	12.523	449.783
Rácio Sinistros ano (Líq. RC)	38,6%	0,1%	86,6%	0,0%	32,8%	73,0%
Rácio Custos Exploração (Líq RC)	257,4%	1,5%	24,8%	23,9%	20,1%	24,5%
Rácio Resseguro	9,3%	100,0%	2,5%	76,3%	65,2%	14,7%
Rácio Rendimentos	0,9%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%
Rácio Combinado do ano	304,4%	100,6%	112,9%	99,2%	117,0%	111,2%

* Considerados para cálculo da Provisão para riscos em curso (rendimentos da carteira afeta)

Conforme já referido anteriormente, atendendo ao facto das coberturas de Assistência e Proteção Jurídica se encontrarem integralmente cobertas pela Fidelidade Assistência Companhia de Seguros, S.A., a Companhia não regista quaisquer custos e responsabilidades com sinistros nestes ramos.

5. Instrumentos financeiros

O inventário de participações e instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2017 é apresentado no Anexo 1.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Em 31 de dezembro de 2017, existem dois títulos classificados ao justo valor através de resultados por conterem derivados embutidos, cujo valor nominal ascende a 831.489 Euros, e cujo valor de balanço na referida data ascendia a 758.375 Euros. Em 2016 a companhia detinha apenas um título nessas condições, cujo valor nominal era de 145.150 Euros e o valor de balanço de 161.134 Euros.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31-12-2017						
	Custo da aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor (Nota 26)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida							
De dívida pública							
De emissores nacionais	39.279.337	724.320	40.003.658	-	40.003.658	2.610.292	42.613.949
De emissores estrangeiros	7.765.480	29.213	7.794.692	-	7.794.692	41.342	7.836.034
De outros emissores públicos							
De emissores nacionais	-	-	-	-	-	-	-
De emissores estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-
De organismos financeiros internacionais	249.842	1.819	251.661	-	251.661	19.578	271.239
De outros emissores							
De emissores nacionais	-	-	-	-	-	-	-
De emissores estrangeiros	6.443.402	78.028	6.521.430	(1.316.873)	5.204.557	149.693	5.354.250
	53.738.060	833.380	54.571.440	(1.316.873)	53.254.567	2.820.905	56.075.473
Instrumentos de capital							
Valorizados ao justo valor							
De emissores nacionais	885.264	-	885.264	(351.566)	533.698	(5.606)	528.092
De emissores estrangeiros	1.992.638	-	1.992.638	(330.075)	1.662.563	476.732	2.139.295
Valorizados ao custo histórico							
De emissores nacionais	-	-	-	-	-	-	-
De emissores estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-
	2.877.902	-	2.877.902	(681.640)	2.196.261	471.126	2.667.387
	56.615.962	833.380	57.449.342	(1.998.513)	55.450.829	3.292.031	58.742.859

(Valores em Euros)

	31-12-2016						
	Custo da aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor (Nota 26)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida							
De dívida pública							
De emissores nacionais	41.282.873	561.013	41.843.886	-	41.843.886	(1.230.898)	40.612.988
De emissores estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-
De outros emissores públicos							
De emissores nacionais	-	-	-	-	-	-	-
De emissores estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-
De organismos financeiros internacionais	249.776	1.819	251.595	-	251.595	28.029	279.624
De outros emissores							
De emissores nacionais	1.602.273	45.443	1.647.715	-	1.647.715	(18.161)	1.629.555
De emissores estrangeiros	8.103.522	208.051	8.311.573	(1.254.428)	7.057.144	271.982	7.329.126
	51.238.443	816.326	52.054.769	(1.254.428)	50.800.340	(949.047)	49.851.293
Instrumentos de capital							
Valorizados ao justo valor							
De emissores nacionais	840.079	-	840.079	(158.252)	681.827	1.437	683.264
De emissores estrangeiros	1.992.638	-	1.992.638	(190.378)	1.802.260	130.741	1.933.001
Valorizados ao custo histórico							
De emissores nacionais	-	-	-	-	-	-	-
De emissores estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-
	2.832.717	-	2.832.717	(348.630)	2.484.087	132.178	2.616.265
	54.071.160	816.326	54.887.485	(1.603.058)	53.284.427	(816.869)	52.467.558

No exercício de 2017 a companhia registou perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda no valor de 395.455 Euros. A companhia não alienou ativos financeiros classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, com perdas por imparidade reconhecidas.

Outros devedores

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
Devedores por operações de seguro direto – outros devedores:		
. Recibos por cobrar	289.529	388.194
. Contas relativas à cobrança de comissões	20.271	6.548
. Contas relativas à cobrança direta - prémios brutos	-	7.356.842
. Reembolsos de sinistros (Nota 4)	1.605.203	1.701.750
. Contas relativas a operações de cosseguro	6.292	-
. Contas correntes	68.711	-
. Outros	81	81
	1.990.087	9.453.414
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 11)	(45.084)	(33.385)
	1.945.003	9.420.029
Devedores por outras operações de resseguro:		
. Resseguradores		
. Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (Nota 24)	31.617	-
. Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros S.A. (Nota 24)	1.315.008	-
. Multicare - Seguros de Saúde, S.A. (Nota 24)	1.865	-
. Outros	-	18.090
	1.348.490	18.090
Devedores por outras operações:		
. Valores a receber de apólices anuladas	-	-
. Longrun Portugal	-	840.682
. Clientes	-	-
. Outros	104.154	85.745
	104.154	926.427
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 11)	(4.490)	(4.490)
	99.664	921.937

Em 2017 a rubrica contas relativas à cobrança direta – prémios brutos é nula, fruto da nova contabilização dos prémios do ramo automóvel, dado que não existem à data de 31 de dezembro de 2017 transações contabilizadas em prémios brutos emitidos a aguardar emissão de recibos (ver nota 3.1.1.).

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da rubrica Devedores por outras operações corresponde ao valor de imposto agregado a receber pela Companhia da Longrun Portugal, SGPS, S.A. resultante da aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), conforme Nota 20. Em 2017 a Companhia não registou valores a receber por parte da Longrun Portugal, SGPS, S.A.

Outros credores

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
Credores por operações de seguro direto:		
. Prémios recebidos antecipadamente	1.027.584	856.127
. Comissões a pagar	10.524	855
. Contas relativas à cobrança de comissões	-	-
. Estornos a pagar	89.741	61.779
. Reembolsos de sinistros	-	-
. Contas correntes	28.450	90.990
. Outros	68.711	29
	1.225.010	1.009.779
Credores por operações de resseguro:		
. Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros S.A. (Nota 24)	-	1.086.681
. Multicare - Seguros de Saúde, S.A. (Nota 24)	-	25.737
. Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (Nota 24)	-	53.198
	-	1.165.615
Credores diversos - empresas do grupo:		
. Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (Nota 24)	42.540	7.599
. Caixa Geral de Depósitos (Nota 24)	-	-
. Multicare - Seguros de Saúde, S.A. (Nota 24)	-	94.963
. Outros	-	-
Credores diversos - outros credores:		
. Fornecedores	258.593	535.668
. Outros	155.099	18.675
	456.232	656.905
	1.681.241	2.832.299

Justo valor de instrumentos financeiros

(Valores em Euros)

	31-12-2017				
	Metodologia de apuramento do justo valor			Não valorizados ao justo valor	Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	2.224.515	2.224.515
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	1.118	1.118
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial					
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	760.311	-	-	760.311
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	57.842.521	900.338	-	-	58.742.859
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	2.800.000	2.800.000
	57.842.521	1.660.649	-	2.225.633	61.728.803
	57.842.521	1.660.649	-	2.225.633	61.728.803

(Valores em Euros)

	31-12-2016				
	Metodologia de apuramento do justo valor			Não valorizados ao justo valor	Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	5.473.192	5.473.192
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	1.118	1.118
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial					
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	161.134	-	-	161.134
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	43.229.251	9.238.307	-	-	52.467.558
	43.229.251	9.399.440	-	5.474.310	58.103.001
	43.229.251	9.399.440	-	5.474.310	58.103.001

POLÍTICAS DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS INERENTES À ATIVIDADE DA VIA DIRECTA

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado na Companhia estão regulados através da sua Política de Investimentos.

Esta Política, que é revista anualmente, sem prejuízo de quaisquer outras revisões que devam ser realizadas à luz do desenvolvimento do quadro legal, tendências do mercado de ativos ou mudanças nas diretrizes de investimento da empresa e/ou perfil de risco, define:

- as principais diretrizes da gestão de investimentos e como a Companhia avalia, aprova, implementa, controla e monitoriza as suas atividades de investimento e os riscos decorrentes dessas atividades;
- as atividades relacionadas ao processo de investimento da Companhia, que vão da Strategic Asset Allocation (SAA) à Tactical Asset Allocation (TAA), incluindo o processo de decisão e as atividades de controlo e reporting;
- as funções e responsabilidades dos intervenientes no processo de investimentos.

Desta forma, a Política de Investimentos visa garantir o alinhamento entre os objetivos da carteira e a respetiva estratégia de investimento, além de promover uma monitorização eficaz e contínua, constituindo a matriz do processo de investimento da Companhia.

A composição de um adequado portfólio de ativos é, em qualquer momento, o resultado de um processo de investimento bem estruturado, disciplinado e transparente, integrando as seguintes componentes:

- uma estratégia de investimento destinada a criar valor, enquadrada, no entanto, no perfil do negócio subscrito pela Companhia e no seu apetite ao risco;
- uma política de investimento refletindo essa estratégia, implementada por gestores de investimentos com o conhecimento e recursos adequados;
- um controle contínuo e independente da atividade de investimento;
- adequados procedimentos de reporting;

Tendo presente estes aspetos, o ciclo de gestão de investimentos da Companhia é composto pelas seguintes atividades fundamentais:

- **Definir** – definição e aprovação do ciclo geral de gestão de investimentos, incluindo, a estratégia global de investimentos, as políticas de investimentos, gestão do ativo e passivo e liquidez, bem como a alocação estratégica de ativos (SAA);
- **Investir** – realização de todas as atividades de investimento, de acordo com as estratégias e políticas definidas (identificação, avaliação e aprovação das oportunidades de investimento, assim como, execução, liquidação e alocação dos investimentos);
- **Monitorizar** – monitorizar a evolução do portfólio de ativos em termos de performance, liquidez e qualidade creditícia;
- **Gerir** – revisão das estratégias, políticas, benchmarks e limites de acordo com as atuais e futuras condições/ expectativas do mercado e capacidade interna de risco;
- **Controlar** – garantir que todas as estratégias, políticas, procedimentos e responsabilidades atribuídas são cumpridas.

No quadro do desenvolvimento das atividades de investimento da Companhia são ainda determinantes:

1. A definição do objetivo da carteira

O objetivo principal da gestão da carteira de investimentos da Companhia é otimizar o seu retorno de uma forma sã e prudente, garantindo a proteção de todas as partes interessadas, em particular os interesses dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários. Nesse sentido, o portfólio deve ser sistematicamente otimizado de acordo com a natureza do negócio subscrito, o apetite de risco da Companhia e as suas necessidades de liquidez.

2. As regras para o investimento em ativos

Por um lado, os ativos da Companhia são investidos de forma apropriada, tendo em conta, quer a natureza e duração das responsabilidades assumidas pela Companhia, quer a capacidade de assegurar a segurança, qualidade, disponibilidade, liquidez e rentabilidade da carteira como um todo.

Por outro lado, os ativos são bem diversificados de forma a evitar a concentração excessiva de risco na carteira como um todo.

Por fim, os ativos são investidos de modo a garantir um cash return regular, permitindo, assim, à Companhia uma adequada gestão da sua liquidez.

3. As classes de ativos

Como regra geral, a carteira da Companhia é composta principalmente por ativos líquidos (de acordo com os critérios de liquidez constantes da Política de ALM e Liquidez), unidades de participação em fundos de investimento e imóveis.

As classes de ativos elegíveis para investimento pela Companhia são:

- Tesouraria (caixa, depósitos e equivalentes);
- Rendimento fixo (instrumentos de dívida de médio e longo prazo);
- Rendimento variável (instrumentos que proporcionam ganhos variáveis);
- Imobiliário (incluindo, quer para uso próprio, quer para investimento);
- Investimentos alternativos.

Produtos derivados podem ser utilizados, com carácter excecional, e num formato simples (swaps, forwards, futuros, etc.), para cobertura de posições específicas ou para fins de gestão de ativo-passivo.

4. Os limites de exposição

De forma a permitir à Companhia, face às mudanças nos mercados, prosseguir os seus objetivos de investimento sem, no entanto, ocorrer uma tomada de níveis excessivos de riscos, foi definido um conjunto de targets e de limites máximos e mínimos, de acordo com os seguintes critérios:

- Classe de ativo;
- Qualidade creditícia e duração;
- Setor de atividade;
- Geografia;
- Concentração por posição;
- Moeda.

5. O processo de controlo e gestão do risco

A Direção de Gestão de Risco (DGR) é responsável por controlar e monitorizar a alocação de ativos, face aos targets e limites estabelecidos.

Neste sentido, estão definidos os procedimentos, e os responsáveis pelos mesmos, quando ocorrem incumprimentos dos targets e/ou limites estabelecidos.

Quanto aos mecanismos de controlo de perdas nos ativos, a DGR disponibiliza informação sobre a evolução dos riscos mais relevantes relacionados com os investimentos, designadamente, o seu impacto nos requisitos de capital de solvência. Assim, com base na evolução da time weighted return (TWR) e nas estimativas do requisito de capital de solvência, a DGR informa regularmente a cobertura estimada da posição de solvência, estando definidos os procedimentos a adotar quando são atingidos determinados níveis de alerta.

Encontra-se estabelecido um processo de reporte regular para os vários níveis da Companhia envolvidos na gestão de investimentos, de forma a permitir um adequado acompanhamento, bem como o acionamento dos mecanismos de gestão de mitigação do risco. Neste sentido, está definida a informação que deverá ser produzida, considerando o tipo de reporte, o seu conteúdo, a sua periodicidade e o órgão responsável pela sua produção.

RISCO DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a exposição máxima a risco de crédito da Via Directa apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31-12-2017		31-12-2016			
	Valor Contabilístico Bruto	Imparidade	Valor Contabilístico Líquido	Valor Contabilístico Bruto	Imparidade	Valor Contabilístico Líquido
Depósitos à Ordem (Nota 6)	2.220.737	-	2.220.737	5.470.593	-	5.470.593
Ativos financeiros classificados no reconhecimento						
inicial ao justo valor através de ganhos e perdas (Nota 6)	760.311	-	760.311	161.134	-	161.134
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 6)	57.392.345	(1.316.873)	56.075.473	51.105.721	(1.254.428)	49.851.293
Empréstimos e contas a receber	2.800.000	-	2.800.000	-	-	-
Exposição máxima a risco de crédito	63.173.393	(1.316.873)	61.856.520	56.737.448	(1.254.428)	55.483.020

Em dezembro de 2017 a Via Directa constituiu um depósito no BBVA no valor de 2.800.000 € a 30 dias.

QUALIDADE DE CRÉDITO

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, e por país de origem da contraparte:

(Valores em Euros)

Classe de ativo	31-12-2017				Total
	Ratings			Sem Rating	
	B- até B+	BB- até BB+	BBB- até BBB+		
Depósitos em Instituições de Crédito Portuguesas					
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	-	2.199.596	-	-	2.199.596
Banco Santander, S.A.	-	-	16.927	-	16.927
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	-	-	4.214	-	4.214
Caixa	-	-	-	3.778	3.778
Total	-	2.199.596	21.141	3.778	2.224.515
Empréstimos e contas a receber					
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	-	-	2.800.000	-	2.800.000
Total	-	-	2.800.000	-	2.800.000
Total Geral	-	2.199.596	2.821.141	3.778	5.024.515

(Valores em Euros)

Classe de ativo	31-12-2016			
	Ratings			Total
	B- até B+	BB- até BB+	BBB- até BBB+	
Depósitos em Instituições de Crédito Portuguesas				
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	5.448.258	-	-	5.448.258
Banco Santander, S.A.	-	17.274	-	17.274
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	-	-	5.061	5.061
Total	5.448.258	17.274	5.061	5.470.593

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, por tipo de emitente e por país de origem da contraparte, tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

Classe de ativo/Rating	31-12-2017				
	País IFRS				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas					
Corporate					
BBB- até BBB+	-	-	590.970	-	590.970
Instituições Financeiras					
A- até A+	-	167.405	-	-	167.405
Outros Emitentes					
Sem rating	1.936	-	-	-	1.936
Total Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	1.936	167.405	590.970	-	760.311
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
A- até A+	-	-	-	708.837	708.837
BB- até BB+	-	2.140.416	592.758	-	2.733.174
BBB- até BBB+	-	778.990	504.150	-	1.283.140
D	-	629.099	-	-	629.099
Governos e outras autoridades locais					
BB- até BB+	42.613.949	-	-	-	42.613.949
BBB- até BBB+	-	8.107.273	-	-	8.107.273
Total Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)	42.613.949	11.655.778	1.096.908	708.837	56.075.472
Total	42.615.885	11.823.183	1.687.878	708.837	56.835.783

(Valores em Euros)

Classe de ativo/Rating	31-12-2016				
	País IFRS				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas					
Outros emitentes					
A- até A+	-	161.134	-	-	161.134
	-	161.134	-	-	161.134
Total Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	-	161.134	-	-	161.134
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)					
Corporates (excluindo instituições financeiras)	-				
BBB- até BBB+	-	993.947	-	-	993.947
BB- até BB+	-	2.899.338	-	-	2.899.338
B- até B+	-	-	648.543	-	648.543
Menor que B-	-	688.159	-	-	688.159

(continuação)

(Valores em Euros)

Classe de ativo/Rating	31-12-2016				
	Pais IFRS				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
A- até A+	-	104.670	-	-	104.670
Governos e outras autoridades locais					
BBB- até BBB+	-	279.624	-	-	279.624
BB- até BB+	40.612.987	-	-	-	40.612.987
Instituições Financeiras					
B- até B+	1.629.555	-	-	-	1.629.555
A- até A+	-	1.073.317	-	-	1.073.317
AA- até AA+	-	352.697	-	-	352.697
AAA	-	568.456	-	-	568.456
Total Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)	42.242.542	6.960.208	648.543	-	49.851.293
Total	42.242.542	7.121.342	648.543	-	50.012.427

RISCO DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respetivamente, os cash-flows finais previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	31-12-2017									
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.224.515	-	-	-	-	-	-	-	-	2.224.515
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	1.118	1.118
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	8.755	131.489	592.429	-	-	-	-	1.936	734.609
Ativos disponíveis para venda	-	302.809	5.695.696	1.720.650	14.872.224	8.602.954	26.811.486	-	-	58.005.819
Empréstimos e contas a receber	2.800.000	-	-	-	-	-	-	-	-	2.800.000
	5.024.515	311.564	5.827.185	2.313.079	14.872.224	8.602.954	26.811.486	-	3.054	63.766.061

(Valores em Euros)

	31-12-2016									Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Ativo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5.473.192	-	-	-	-	-	-	-	-	5.473.192
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	1.118	1.118
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	145.150	-	-	-	-	145.150
Ativos disponíveis para venda	1.298.313	7.409.875	969.455	832.625	5.016.350	21.508.250	21.444.250	861.700	2.616.265	61.957.083
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	6.771.504	7.409.875	969.455	832.625	5.161.500	21.508.250	21.444.250	861.700	2.617.384	67.576.543

RISCO DE MERCADO

O detalhe dos instrumentos financeiros por tipo de exposição ao risco de taxa de juro é o seguinte em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

(Valores em Euros)

	31-12-2017			
	Exposição a			Total
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito a risco de taxa de juro	
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.224.515	-	-	2.224.515
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	1.118	1.118
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	590.970	167.405	1.936	760.311
Derivados de cobertura	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	51.012.331	5.063.141	2.667.387	58.742.859
Empréstimos e contas a receber	2.800.000	-	-	2.800.000
	56.627.816	5.230.546	2.670.442	64.528.803
Passivo				
Depósitos recebidos de resseguradores	-	130.265	-	130.265
	-	130.265	-	130.265

(Valores em Euros)

	31-12-2016			
	Exposição a			Total
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito a risco de taxa de juro	
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5.473.192	-	-	5.473.192
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	1.118	1.118
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	161.134	-	161.134
Derivados de cobertura	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	49.851.293	-	2.616.265	52.467.558
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
Outros devedores	-	-	-	-
	55.324.485	161.134	2.617.384	58.103.002
Passivo				
Depósitos recebidos de resseguradores	-	94.963	-	94.963
	-	94.963	-	94.963

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

(Valores em Euros)

	31-12-2017			Total
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.203.714	17.044	3.757	2.224.515
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	1.118	1.118
Ativos financeiros detidos para negociação				-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	169.341	590.970	-	760.311
Derivados de cobertura				-
Ativos disponíveis para venda	57.697.688	1.045.171	-	58.742.859
Empréstimos e contas a receber	2.800.000	-	-	2.800.000
	62.870.743	1.653.185	4.875	64.528.803
Passivo				
Depósitos recebidos de resseguradores	130.265	-	-	130.265
	130.265	-	-	130.265

(Valores em Euros)

	31-12-2016			Total
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.798.117	710.837	964.238	5.473.192
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	1.118	1.118
Ativos financeiros detidos para negociação				-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	161.134	-	-	161.134
Derivados de cobertura				-
Ativos disponíveis para venda	51.416.544	1.051.014	-	52.467.558
	55.375.795	1.761.851	965.356	58.103.002
Passivo				
Depósitos recebidos de resseguradores	94.963	-	-	94.963
	94.963	-	-	94.963

6. Investimentos em filiais e associadas

Durante o exercício de 2015 a Companhia adquiriu, no ato da constituição, 10 (dez) ações da Fidelidade Macau – Insurance Company Limited representativa de 0,01% do respetivo capital social pelo montante de 10.000 Patacas, incluindo despesas com a aquisição, cujo contravalor ascendeu a 1.118 Euros.

A Fidelidade Macau – Insurance Company Limited, com sede em Macau, na Avenida da Praia Grande, n.º 567, Edifício BNU, 14º andar, foi constituída a 1 de outubro de 2015 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora nos ramos vida e não vida nesse país.

Em 31 de dezembro de 2017, esta participação encontra-se valorizada ao respetivo custo de aquisição.

7. Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
Depósitos à ordem em instituições nacionais:		
Em Euros		
. Caixa Geral de Depósitos, S.A (Nota 24)	2.178.795	3.773.184
. Outras instituições nacionais	21.141	22.335
Em moeda estrangeira		
. Caixa Geral de Depósitos, S.A (Nota 24)	20.801	1.675.074
	2.220.737	5.470.593
Caixa	3.778	2.598
	2.224.515	5.473.192

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os depósitos à ordem na Caixa Geral de Depósitos expressos em Euros são remunerados a uma taxa de juro indexada à Euribor a 1 mês deduzida de um spread.

8. Outros ativos fixos tangíveis

Nos exercícios de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nestas rubricas foi o seguinte:

Rubricas	31-12-2016				31-12-2017		
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Adições	Transferências líquidas	Depreciação do exercício (Nota 21)	Valor bruto	Depreciações acumuladas
Outros Ativos Tangíveis							
Equipamento administrativo	316.205	(306.985)	794	-	(3.095)	316.999	(310.080)
Máquinas e ferramentas	1.168.610	(921.486)	17.743	-	(66.975)	1.186.352	(988.461)
Equipamento informático	963.611	(926.234)	-	-	(9.967)	963.611	(936.201)
Instalações interiores	438.835	(438.835)	-	-	-	438.835	(438.835)
Outros ativos tangíveis	43.206	(43.206)	-	-	-	43.206	(43.206)
Imobilizados em Curso	-	-	-	-	-	-	-
	2.930.466	(2.636.746)	18.537	-	(80.036)	2.949.003	(2.716.782)

(Valores em Euros)

Rubricas	31-12-2015			Transferências líquidas	Depreciação do exercício (Nota 21)	31-12-2016	
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Adições			Valor bruto	Depreciações acumuladas
Outros Ativos Tangíveis							
Equipamento administrativo	309.181	(298.850)	7.024	-	(8.136)	316.205	(306.985)
Máquinas e ferramentas	1.035.996	(872.553)	132.614	-	(48.933)	1.168.610	(921.486)
Equipamento informático	923.742	(923.742)	39.869	-	(2.492)	963.611	(926.234)
Instalações interiores	438.835	(438.835)	-	-	-	438.835	(438.835)
Outros ativos tangíveis	43.206	(43.206)	-	-	-	43.206	(43.206)
Imobilizados em Curso	-	-	-	-	-	-	-
	2.750.959	(2.577.186)	179.507	-	(59.560)	2.930.466	(2.636.746)

9. Afetação dos investimentos e outros ativos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os investimentos e outros ativos encontravam-se afetos do seguinte modo:

(Valores em Euros)

	31-12-2017		
	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e equivalentes (Nota 7)	1.429.593	794.922	2.224.515
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	1.118	1.118
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas (Nota 5)	758.375	1.936	760.311
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	58.742.859	-	58.742.859
Empréstimos concedidos e contas a receber (Nota 5)	2.800.000	-	2.800.000
Outros ativos tangíveis (Nota 8)	46.444	185.777	232.221
Ativos intangíveis (Nota 10)	-	80.877	80.877
Devedores (Nota 5)	289.529	1.700.559	1.990.087
Custos Aquisição Diferidos (Nota 4)	3.183.557	-	3.183.557
	67.250.357	2.765.189	70.015.546

(Valores em Euros)

	31-12-2016		
	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e equivalentes (Nota 7)	3.948.035	1.525.157	5.473.192
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	1.118	1.118
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas (Nota 5)	161.134	-	161.134
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	52.467.558	-	52.467.558
Ativos financeiros disponíveis até à maturidade (Nota 5)	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber (Nota 5)	-	-	-
Outros ativos tangíveis (Nota 8)	58.744	234.976	293.720
Ativos intangíveis (Nota 10)	-	255.140	255.140
Devedores (Nota 5)	6.827.130	2.626.284	9.453.414
Custos Aquisição Diferidos (Nota 4)	2.833.887	-	2.833.887
	66.296.487	4.642.675	70.939.163

10. Ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento nas rubricas de ativos intangíveis foi o seguinte:

(Valores em Euros)

Rubricas	31-12-2016				Abates		Amortizações do exercício (Nota 21)	31-12-2017	
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Adições	Transferências líquidas	Valor bruto	Depreciações		Valor bruto	Depreciações acumuladas
Outros Ativos Intangíveis									
Despesas de investigação e desenvolvimento	66.809	(66.809)	-	-	-	-	-	66.809	(66.809)
Despesas aplicações informáticas - adquiridas a terceiros	2.520.480	(2.265.339)	-	-	-	-	(174.263)	2.520.480	(2.439.602)
Ativos em curso - Despesas aplicações informáticas - adquiridas a terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	116.057	(116.057)	-	-	-	-	-	116.057	(116.057)
	2.703.346	(2.448.206)	-	-	-	-	(174.263)	2.703.346	(2.622.469)

(Valores em Euros)

Rubricas	31-12-2015		Adições	Transferências líquidas	Abates		Amortizações do exercício (Nota 21)	31-12-2016	
	Valor bruto	Depreciações acumuladas			Valor bruto	Depreciações		Valor bruto	Depreciações acumuladas
Outros Ativos Intangíveis									
Despesas de investigação e desenvolvimento	66.809	(66.809)	-	-	-	-	-	66.809	(66.809)
Despesas aplicações informáticas - adquiridas a terceiros	2.501.200	(2.032.277)	19.280	-	-	-	(233.063)	2.520.480	(2.265.339)
Ativos em curso - Despesas aplicações informáticas - adquiridas a terceiros	19.280	-	(19.280)	-	-	-	-	0	-
Outros ativos intangíveis	116.057	(116.057)	-	-	-	-	-	116.057	(116.057)
	2.703.346	(2.215.143)	-	-	-	-	(233.063)	2.703.346	(2.448.206)

11. Outras provisões e ajustamentos de contas do ativo

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento nestas rubricas foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	Saldo em 31-12-2016	Reforços (Nota 17)	Reposições e anulações (Nota 17)	Regularizações	Saldo em 31-12-2017
Ajustamento de recibos por cobrar (Nota 5)	33.385	-	11.699	-	45.084
Ajust. Créditos cobrança Duvidosa	4.490	-	-	-	4.490
Contingências	15.644	-	47.125	-	62.769
Benefícios - F. Pensões	11.578	5.543	-	-	17.121
Outras provisões	128.993	-	(100.000)	-	28.993
	194.091	5.543	(41.176)	-	158.457

(Valores em Euros)

	Saldo em 31-12-2015	Reforços (Nota 17)	Reposições e anulações (Nota 17)	Regularizações	Saldo em 31-12-2016
Ajustamento de recibos por cobrar (Nota 5)	57.229	-	(23.844)	-	33.385
Ajust. Créditos cobrança Duvidosa	4.490	-	-	-	4.490
Contingências	24.631	-	(8.988)	-	15.644
Benefícios - F. Pensões	11.578	-	-	-	11.578
Outras provisões	132.370	-	(3.377)	-	128.993
	230.299	-	(36.209)	-	194.091

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica “Ajustamento de recibos por cobrar” reflete os valores relativos a recibos com pagamentos por débito em conta enviados ao banco e, para os quais, a Companhia não recebeu informação quanto à sua efetiva cobrança após aplicação de uma taxa de anulação de apólices do exercício.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Provisões para contingências” destina-se a fazer face a contingências fiscais e processos judiciais em curso, cujo desfecho ainda é incerto.

12. Prémios de contratos de seguro

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

Ramos/Grupos de Ramos	31-12-2017				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos e gastos de exploração brutos	Saldo do resseguro
Não Vida					
Acidentes e doença	547.957	543.214	327.272	395.738	(208.689)
Automóvel					
Responsabilidade Civil	25.598.732	25.399.899	24.300.279	4.943.230	(453.175)
Outras coberturas	13.912.537	13.474.383	8.536.251	2.521.829	(294.296)
Multirriscos Habitação	1.411.065	1.350.280	864.945	321.504	(435.940)
Diversos					
Proteção jurídica	605.574	613.863	-	121.486	(408.296)
Assistência	5.770.663	5.525.519	-	1.034.312	(4.173.195)
TOTAL GERAL	47.846.529	46.907.158	34.028.746	9.338.098	(5.973.591)

(Valores em Euros)

Ramos/Grupos de Ramos	31-12-2016				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos e gastos de exploração brutos	Saldo do resseguro
Não Vida					
Acidentes e doença	484.959	478.681	259.228	193.415	(207.646)
Automóvel					
Responsabilidade Civil	24.784.782	24.672.754	22.381.484	6.238.400	(675.583)
Outras coberturas	13.125.880	12.853.900	8.340.653	3.080.877	(315.152)
Multirriscos Habitação	1.267.791	1.210.005	859.088	315.610	(262.965)
Diversos					
Proteção jurídica	631.151	630.670	-	155.906	(455.303)
Assistência	5.240.646	5.213.484	-	1.260.505	(4.004.146)
Total	45.535.210	45.059.494	31.840.453	11.244.714	(5.920.795)

No exercício de 2017 e 2016 a Via Directa registou um proveito com a rubrica "Participação nos Resultados" conforme demonstrado no quadro abaixo por ramo e por entidade:

(Valores em Euros)

	Participação nos Resultados	
	31-12-2017	31-12-2016
Doença		
Multicare - Seguros de Saúde, SA	139.271	131.452
Automóvel		
Outras Coberturas		
Financial Insurance Company	7.668	-
Multirriscos Habitação		
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, SA	11.267	12.136
Fidelidade - Companhia de Seguros, SA	53.983	60.626
Diversos		
Proteção Jurídica		
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, SA	197.929	18.294
Assistência		
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, SA	-	1.353
Total	410.118	223.860

Nos exercícios de 2016 e 2015, a composição das rubricas de prémios adquiridos da demonstração de ganhos e perdas é a seguinte:

(Valores em Euros)

	31-12-2017		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Prémios brutos emitidos			
Acidentes e Doença	547.957	(524.744)	23.213
Automóvel	39.511.269	(850.000)	38.661.269
Multirriscos Habitação	1.411.065	(887.576)	523.490
Proteção Jurídica	605.574	(233.539)	372.035
Assistência	5.770.664	(2.160.237)	3.610.427
	47.846.529	(4.656.095)	43.190.434
Variação da provisão para prémios não adquiridos			
Acidentes e Doença	(4.743)	3.990	(753)
Automóvel	(636.987)	(4)	(636.991)
Multirriscos Habitação	(60.786)	(8)	(60.794)
Proteção Jurídica	8.289	(174.757)	(166.467)
Assistência	(245.145)	(2.012.958)	(2.258.103)
	(939.371)	(2.183.738)	(3.123.108)
Prémios adquiridos no exercício			
Acidentes e Doença	543.214	(520.754)	22.460
Automóvel	38.874.282	(850.004)	38.024.278
Multirriscos Habitação	1.350.280	(887.584)	462.696
Proteção Jurídica	613.863	(408.296)	205.566
Assistência	5.525.519	(4.173.195)	1.352.324
	46.907.158	(6.839.833)	40.067.325

(Valores em Euros)

	31-12-2016		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Prémios brutos emitidos			
Acidentes e Doença	484.959	(466.421)	18.538
Automóvel	37.910.663	(930.000)	36.980.663
Multirriscos Habitação	1.267.791	(788.836)	478.955
Proteção Jurídica	631.151	(400.314)	230.837
Assistência	5.240.647	(4.001.047)	1.239.600
	45.535.211	(6.586.618)	38.948.593
Variação da provisão para prémios não adquiridos			
Acidentes e Doença	(6.278)	7.197	919
Automóvel	(384.009)	-	(384.009)
Multirriscos Habitação	(57.786)	-	(57.786)
Proteção Jurídica	(480)	(54.989)	(55.469)
Assistência	(27.164)	(3.099)	(30.262)
	(475.716)	(50.891)	(526.607)
Prémios adquiridos no exercício			
Acidentes e Doença	478.681	(459.223)	19.458
Automóvel	37.526.654	(930.000)	36.596.654
Multirriscos Habitação	1.210.005	(788.836)	421.169
Proteção Jurídica	630.670	(455.303)	175.367
Assistência	5.213.484	(4.004.146)	1.209.338
	45.059.494	(6.637.508)	38.421.986

13. Rendimentos/réditos de investimentos

As políticas contabilísticas de reconhecimento dos réditos de investimentos são descritas na Nota 3. Nos exercícios de 2017 e 2016, a composição destas rubricas da demonstração de ganhos e perdas é a seguinte:

(Valores em Euros)

	31-12-2017				31-12-2016			
	Juros	Dividendos	Outros	Total	Juros	Dividendos	Outros	Total
Rendimentos								
De juros de ativos financeiros								
não valorizados ao justo valor								
por via de ganhos e perdas								
Instrumentos de capital e unidades de participação								
Ações	-	90.002	-	90.002	-	108.102	-	108.102
Unidades de participação	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	90.002	-	90.002	-	108.102	-	108.102
Instrumentos de dívida								
Obrigações de emissores públicos	1.004.098	-	-	1.004.098	565.580	-	-	565.580
Obrigações de outros emissores	163.705	-	-	163.705	249.197	-	-	249.197
	1.167.803	-	-	1.167.803	814.777	-	-	814.777
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos à ordem em instituições de crédito	1.048	-	-	1.048	-	-	-	-
	1.048	-	-	1.048	-	-	-	-
	1.168.851	90.002	-	1.258.853	814.777	108.102	-	922.879
Outros								
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	11.462	-	-	11.462	10.024	-	-	10.024
	11.462	-	-	11.462	10.024	-	-	10.024
Total rendimentos financeiros	1.180.313	90.002	-	1.270.316	824.801	108.102	-	932.903
Gastos financeiros								
Outros								
Gastos de investimentos imputados	-	-	(69.504)	(69.504)	-	-	(65.101)	(65.101)
Total gastos financeiros	-	-	(69.504)	(69.504)	-	-	(65.101)	(65.101)
Total Rendimentos líquidos	1.180.313	90.002	(69.504)	1.200.811	824.801	108.102	(65.101)	867.802

14. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Nos exercícios de 2017 e de 2016, as rubricas de ganhos e perdas realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31-12-2017			31-12-2016		
	Ramo não vida	Não afeto	Total	Ramo não vida	Não afeto	Total
GANHOS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS						
De ativos disponíveis para venda						
Instrumentos de capital e unidades de participação						
Ações	-	-	-	91.477	-	91.477
Unidades de participação	-	37	37	-	-	-
	-	37	37	91.477	-	91.477
Instrumentos de dívida						
Obrigações - emissores públicos	578.267	-	578.267	162	-	162
Obrigações - outros emissores	150.701	-	150.701	10.295	-	10.295
	728.967	-	728.967	10.457	-	10.457
Total de ativos disponíveis para venda	728.967	37	729.004	101.934	-	101.934
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	-	-	-
TOTAL DE GANHOS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS	728.967	37	729.004	101.934	-	101.934
PERDAS REALIZADAS EM INVESTIMENTOS						
De ativos disponíveis para venda						
Instrumentos de capital e unidades de participação						
Ações	-	-	-	(21.325)	-	(21.325)
Unidades de participação	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	(21.325)	-	(21.325)
Instrumentos de dívida						
Obrigações - emissores públicos	-	-	-	-	-	-
Obrigações - outros emissores	(1.430)	-	(1.430)	(2.429)	-	(2.429)
	(1.430)	-	(1.430)	(2.429)	-	(2.429)
Total de ativos disponíveis para venda	(1.430)	-	(1.430)	(23.754)	-	(23.754)
Empréstimos concedidos e contas a receber	(37.086)	-	(37.086)	-	-	-
TOTAL DE PERDAS REALIZADAS EM INVESTIMENTOS	(38.515)	-	(38.515)	(23.754)	-	(23.754)
GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS	690.452	37	690.489	78.180	-	78.180

15. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Nos exercícios de 2017 e 2016, a rubrica de ganhos e perdas provenientes de ajustamentos no justo valor em investimentos apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

Ganhos e perdas não realizados	31-12-2017		
	Carteira ramo não vida		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Classificados no reconhecimento inicial			
ao justo valor através de ganhos e perdas			
Instrumentos de dívida			
Obrigações - outros emissores	22.550	(5.536)	17.015
	22.550	(5.536)	17.015
Total Classificados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	22.550	(5.536)	17.015
Total	22.550	(5.536)	17.015

(Valores em Euros)

Ganhos e perdas não realizados	31-12-2016		
	Carteira ramo não vida		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Classificados no reconhecimento inicial			
ao justo valor através de ganhos e perdas			
Instrumentos de dívida			
Obrigações - outros emissores	22.334	(13.201)	9.133
	22.334	(13.201)	9.133
Total Classificados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	22.334	(13.201)	9.133
Total	22.334	(13.201)	9.133

16. Ganhos e perdas em diferenças de câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euros com base no câmbio em vigor na data em que ocorrem.

As diferenças de câmbio resultantes das transações em moeda estrangeira são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício em que ocorrem, bem como o resultado da atualização cambial dos saldos devedores e credores apresentados no balanço, com base nos câmbios divulgados pelo Banco de Portugal na data do balanço.

Nos exercícios de 2017 e 2016 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31-12-2017			31-12-2016		
	Ramo não vida	Não afetos	Total	Ramo não vida	Não afetos	Total
Diferenças de câmbio favoráveis	4.276	-	4.276	70.130	1	70.130
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(149.760)	(6)	(149.766)	(80.506)	-	(80.506)
	(145.484)	(6)	(145.490)	(10.376)	1	(10.375)

17. Gastos diversos por função e natureza

Nos exercícios de 2017 e 2016, a composição desta rubrica de ganhos e perdas é a seguinte:

	(Valores em Euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
Custos com o pessoal (Nota 18)	2.930.523	2.934.739
Fornecimentos e serviços externos:		
Publicidade e propaganda	2.233.560	2.026.827
Trabalhos especializados	1.978.054	2.014.910
Rendas e alugueres	369.561	391.003
Telefones	48.752	53.746
Selos e despachos postais	190.056	195.431
Cobrança de prémios	244.591	228.896
Conservação e Reparação de Equipamento	32.948	20.029
Quotizações	90.872	68.410
Limpeza, higiene e conforto	40.904	44.000
Outros	311.203	264.120
	5.540.500	5.307.371
Impostos e taxas	432.133	420.158
Amortizações do exercício:		
Ativos tangíveis (Nota 8)	80.202	59.560
Ativos intangíveis (Nota 10)	174.263	233.063
Comissões por serviços bancários e juros suportados	35.738	30.146
Outras Provisões (Nota 11)	(47.332)	(12.365)
Juros	142	0
	9.146.168	8.972.674

Na demonstração de ganhos e perdas, estes custos foram imputados da seguinte forma:

	(Valores em Euros)	
	2017	2016
Custos de aquisição	8.073.874	7.881.648
Custos administrativos	798.210	835.621
Custos com sinistros (Nota 4)	204.580	190.305
Custos de gestão dos investimentos	69.504	65.101
	9.146.168	8.972.674

Nos exercícios de 2017 e 2016, a rubrica de “Rendas e alugueres” inclui 271.596 Euros e 240.256 Euros, respetivamente, relativos a rendas de edifícios da Fidelidade-Companhia de Seguros, S.A. (Nota 24).

Nos exercícios de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Custos de aquisição” inclui 815.686 Euros e 892.528 Euros, respetivamente, relativos a comissões de mediação, para além dos custos imputados à função de aquisição.

18. Gastos com pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia teve, em média, 80 e 84 trabalhadores ao seu serviço, respetivamente, distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

	31-12-2017	31-12-2016
Dirigentes	1	1
Gestores	6	6
Técnicos	20	25
Operacionais	53	52
	80	84

A composição dos gastos com pessoal durante os exercícios de 2017 e 2016 é a seguinte:

	31-12-2017	31-12-2016
Remunerações		
Órgãos Sociais	206.847	232.351
Pessoal	1.963.459	1.997.438
Encargos sobre Remunerações	466.771	462.221
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	-	-
Planos de benefícios definidos	33.339	28.372
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	-	-
Benefícios de cessação de emprego	-	-
Seguros obrigatórios	41.932	31.610
Gastos de ação pessoal	196.727	166.012
Outros gastos com pessoal	21.447	16.734
Total (Nota 16)	2.930.523	2.934.739

(Valores em Euros)

No exercício de 2017, os gastos com pessoal incluem 182.688 Euros de prémios a pagar em 2018 relativos ao exercício de 2017 (28.008 Euros relativos a remuneração variável e 154.680 Euros relativos a Prémio de Desempenho - Nota 25). Em 2015 o valor desta rubrica era 181.524 Euros para fazer face a despesas dessa natureza.

Remuneração dos Órgãos Sociais

As remunerações dos membros dos Órgãos Sociais têm a seguinte composição, em 31 de dezembro de 2017:

(Valores em Euros)

Membros do Conselho de Administração (CA)	2017	
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável *
Francisco Xavier da Conceição Cordeiro	-	-
Miguel António Vilarinho	143.922	40.480
Paulo Francisco Baião Figueiredo	-	-
TOTAL	143.922	40.480

*Paga em 2017 e relativa ao exercício de 2016

(Valores em Euros)

Membros do Conselho Fiscal	2017	
		Observações
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	11.200	
João Filipe Gonçalves Pinto	8.400	
José Cardoso Lameiras	8.400	
Isabel Gomes de Novais Paiva	-	

Os honorários faturados e a faturar pela Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. da Companhia, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, ascendem a 38.400 Euros, relativos à Revisão Oficial de Contas. Os outros serviços de fiabilidade no valor de 22.309 Euros foram também faturados pela Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A..

19. Obrigações com benefícios dos empregados

Em conformidade com o anterior contrato coletivo de trabalho (CCT) para o setor segurador, a Companhia assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados que já trabalhavam no setor segurador, prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma. Eram excluídos deste regime os colaboradores que foram admitidos no setor após 22 de junho de 1995, data da publicação do anterior CCT.

Dois dos colaboradores cedidos pela Fidelidade- Companhia de Seguros, S.A. à Via Directa tinham direito a complementos de pensões, dado tratarem-se de ex-funcionários da Mundial-Confiança. Para cobertura destas responsabilidades, em 20 de maio de 1998, a Companhia celebrou um contrato de Adesão Coletiva a um Fundo de Pensões Aberto. Durante o exercício de 2009, foi realizada a cessação da adesão coletiva ao Fundo de Pensões, tendo a mesma sido autorizada pela ASF em 5 de agosto de 2009, dado essas responsabilidades terem sido transferidas para a Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A..

Em 1 julho de 2010, estes colaboradores integraram o quadro de pessoal efetivo da Via Directa, pelo que as respetivas responsabilidades retomaram à Via Directa. Conforme referido na Nota 3.1.9, à data de assunção deste compromisso, 1 de julho de 2010, a Companhia aderiu ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Prudente, gerido pela CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (entidade inserida no Grupo CGD). Até 30 de junho de 2010, estas responsabilidades eram assumidas pela Fidelidade- Companhia de Seguros, S.A., a qual aguarda autorização do ISP para proceder à transferência do montante de 29.414 Euros, relativo a dois colaboradores, do Fundo de Pensões Mundial-Confiança para o Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Prudente.

Na sequência da publicação do novo Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora, em 15 de janeiro de 2012, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiaram de um plano individual de reforma - PIR, que substituiu o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho.

Assim, para os trabalhadores admitidos no setor após 22 de junho de 1995, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados, calculado a 31 de dezembro de 2011, relativo às pensões de reforma por velhice com atuais participantes do Plano de Pensões da Via Directa - Companhia de Seguros, SA, transitou para o plano de contribuições definida do Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Prudente. A transferência para o Fundo "PIR - Fidelidade-Companhia de Seguros e Associados" ocorreu em 2014.

O montante das contribuições para o PIR corresponde ao previsto no CCT em vigor e ascende em 31 de dezembro de 2016 a 28.372 Euros, estando em dívida 1.345 Euros. A 31 de dezembro de 2015 aqueles valores eram, respetivamente, de 45.960 Euros e 2.756 Euros.

20. Imposto sobre o rendimento

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as rubricas de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento apresentam a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
Ativos por impostos correntes		
Incentivo fiscal à investigação e desenvolvimento	-	-
Pagamentos por conta	195.343	195.343
Imposto sobre o rendimento a pagar	-	-
Retenções na fonte efetuadas por terceiros	31.576	19.559
	226.919	214.903
Passivos por impostos correntes	(1.034.833)	(1.594.097)
Taxa FGA	962.954	1.431.032
Imposto de selo	(432.203)	(903.446)
INEM	(90.212)	(206.791)
Segurança Social	(44.677)	(45.843)
Imposto sobre o rendimento a pagar	(0)	(0)
Taxa Instituto Seguros Portugal	(75.051)	(54.699)
Retenções na fonte - trabalho dependente	(24.113)	(25.273)
Retenções na fonte - trabalho independente	(7.854)	(9.953)
Retenções na fonte - rendimentos prediais	(5.875)	(7.334)
Retenções na fonte efectuadas por terceiros	-	-
Reembolsos segurança social	13.268	7.829
Imposto sobre o valor acrescentado	(9.280)	(44.364)
Outros	74.871	(37.009)
	(673.006)	(1.489.949)
	(446.087)	(1.275.046)
Ativos por impostos diferidos		
Por prejuízos fiscais reportáveis	-	28.406
Por desvalorizações na carteira de ativos disponíveis para venda	7.546	402.587
Por outras desvalorizações por resultados	-	-

(continuação)

(Valores em Euros)

	31-12-2017	31-12-2016
Por imparidade de ativos disponíveis para venda	449.665	360.688
Por gastos diferidos - corredor fundo pensões	-	-
Por outras diferenças temporárias	10.376	29.023
	467.587	820.705
Passivos por impostos diferidos		
Por valorização de ativos disponíveis para venda	(768.708)	(229.256)
	(301.121)	591.449

Os saldos relativos ao Imposto de Selo, Fundo de Garantia Automóvel e INEM são referentes aos montantes já processados ou cobrados pela Companhia que irão ser entregues às respetivas entidades. Tal como aconteceu na rubrica de devedores por operações de seguro direto, também os saldos das contas de imposto acima referido sofreram alterações, fruto da nova política de contabilização dos prémios do ramo automóvel.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	31-12-2017			
	Saldo em 31-12-2016	Capitais Próprios	Resultados	Saldo em 31-12-2017
Impostos diferidos por diferenças temporárias				
. Reporte de Prejuízos fiscais	28.406		(28.406)	-
. Fundo de pensões	-	-	-	-
. Reavaliação de títulos				
. Menos-valias potenciais dos ativos financeiros disponíveis para venda	173.331	(934.493)	-	(761.162)
. Perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda	360.688	-	88.977	449.665
. Perdas por imparidade em ativos financeiros a deter até à maturidade	-	-	-	-
. Menos-valias potenciais líquidas dos ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-
. Reforço de provisões não dedutíveis fiscalmente	29.023	-	(18.648)	10.376
. Outras	-	-	-	-
	591.449	(934.493)	41.923	(301.121)

(Valores em Euros)

	31-12-2016			Saldo em 31-12-2016
	Saldo em 31-12-2015	Capitais Próprios	Resultados	
Impostos diferidos por diferenças temporárias				
. Reporte de Prejuízos fiscais	15.498		12.909	28.406
. Reavaliação de títulos				
. Menos-valias potenciais dos ativos financeiros disponíveis para venda	139.987	33.344	-	173.331
. Perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda	45.096	-	315.592	360.688
. Reforço de provisões não dedutíveis fiscalmente	29.446	-	(422)	29.023
	230.027	33.344	328.078	591.449

Os impostos correntes sobre lucros registados na conta de ganhos e perdas têm a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31-12-2017	31-12-2016
Imposto corrente		
Tributação autónoma	8.417	15.864
Derrama	12.179	-
Estimativa de imposto sobre o rendimento	51.152	(786.546)
Estimativa de imposto sobre o rendimento (correção de exercícios anteriores)	-	(4.327)
	71.747	(775.009)
Impostos diferidos:		
Ajustamentos de imparidade em títulos	(88.977)	(315.592)
Reforço de provisões não dedutíveis fiscalmente	18.648	422
Outros		
Ajustamentos no corredor do fundo de pensões	-	-
Prejuízos fiscais de exercícios anteriores		(12.909)
Prejuízos fiscais do exercício	28.406	-
	(41.923)	(328.078)
Total de impostos em resultados	29.824	(1.103.087)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2017 e 2016 pode ser demonstrada como segue:

(Valores em Euros)

	31-12-2017		31-12-2016	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de imposto		660.433		(4.896.037)
Imposto apurado com base na taxa nominal	22,50%	148.597	22,50%	(1.101.608)
Tributação autónoma	-0,17%	8.417	-0,32%	15.864
Derrama	-0,25%	12.179	0,00%	-
Correções de estimativas de impostos de anos anteriores	-0,01%	561	-0,30%	14.593
Multas, coimas e juros compensatórios	0,00%	51	-0,01%	679
Menos-valias contabilísticas	0,00%	-	0,00%	-
Mais-valias contabilísticas	0,00%	-	0,16%	(7.590)
Correções crédito imposto e retenções na fonte	0,00%	18	-0,03%	1.713
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais	-1,84%	90.224	-6,56%	321.143
Correções relativas a períodos tributação anteriores	0,00%	-	0,00%	-
Restituição impostos	0,11%	(5.618)	0,02%	(974)
50% valias fiscais com intenção de reinvestimento	0,00%	-	0,00%	-
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais	-0,08%	3.726	-0,08%	3.726
Eliminação dupla tributação lucros distribuídos	0,22%	(10.815)	0,51%	(24.818)
Benefícios Fiscais	0,40%	(19.409)	0,50%	(24.255)
Reversão de provisões não tributadas	0,46%	(22.500)	0,00%	-
Reporte de Prejuízos fiscais não consumidos	2,44%	(119.354)	0,00%	-
Outros	1,15%	(56.255)	6,16%	(301.560)
	4,52%	29.824	22,53%	(1.103.087)

Durante os exercícios de 2004 a 2013, a Companhia esteve abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades enquanto entidade dominada, previsto no Artigo 69^a do Código do IRC. Nesta conformidade, o resultado fiscal da Sociedade até 2011 concorria para a matéria coletável da entidade dominante, Caixa Seguros e Saúde – SGPS, S.A.. A partir de 2012 a entidade dominante passou a ser a Caixa Geral de Depósitos, S.A.. A opção por este regime conduzia a que o custo com imposto sobre rendimento, se aplicável, fosse reconhecido na esfera individual da Companhia, sendo os correspondentes pagamentos efetuados pela entidade dominante.

Em 2015 a Companhia foi tributada individualmente, não fazendo parte de nenhum grupo fiscal, devido à compra pela Longrun Portugal, SGPS, S.A. ter sido efetuada em maio de 2014.

Em 2016, a Companhia é tributada em sede de IRC ao abrigo do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), de acordo com o artigo 69º do Código do IRC. No âmbito deste regime de tributação é a Longrun, SGPS, S.A. (Sociedade dominante) que apresenta uma declaração de imposto única na qual são agrupados os resultados das subsidiárias que integram o RETGS. O valor a receber ou a pagar de IRC relativo à Companhia é registado no balanço como um valor a receber ou a pagar à Longrun, SGPS, S.A.. O imposto correspondente à atividade da Companhia é refletido na demonstração de resultados.

De acordo com o artigo 63º do Código do IRC, relativo às regras sobre preços de transferência, nas operações comerciais, incluindo, designadamente, operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras efetuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais (Nota 25), devem ser contratados, aceites e praticados termos ou condições substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. O não cumprimento das regras de preços de transferência em questão nas operações efetuadas entre o sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não ao imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, poderá dar origem a correções para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC.

As autoridades fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar devido às políticas praticadas pelo sujeito passivo em sede de preços de transferência, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores.

Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios suscetíveis de serem objeto de inspeção seja significativa para as demonstrações financeiras.

21. Capital

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o capital da Companhia é composto por 4.600.000 ações de valor nominal de 5 Euros cada.

Em 31 de dezembro de 2017 a Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade), com sede no Largo do Calhariz, nº 30, 1249-001, Lisboa, detém a totalidade do capital social da Via Directa. Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Fidelidade é maioritariamente detido pela Fosun International Limited.

22. Reservas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as reservas apresentam a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
Reservas de reavaliação:		
Por ajustamentos no justo valor		
- de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	3.292.031	(816.869)
Reserva por impostos diferidos:		
- De investimentos em filiais e associadas	-	-
- De ativos financeiros disponíveis para venda	(761.162)	173.331
Outras reservas e resultados transitados		
- Reserva legal	1.227.441	1.227.441
- Outras reservas	1.479.331	1.479.331
	2.706.772	2.706.772
	5.237.641	2.063.234

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até à concorrência do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos.

Em Assembleia Geral de Acionistas do dia 31 de março de 2017, aprovou-se a aplicação dos resultados negativos de 3.792.950 Euros, que após dedução por valias não realizadas deram origem a um valor negativo de 3.796.126 Euros. A Assembleia Geral propôs que esse resultado fosse transferido para Resultados Transitados.

23. Resultados por ação

Nos exercícios de 2017 e 2016, a Companhia apresenta um resultado básico por ação de:

	(Valores em Euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
Resultado Líquido do Exercício	630.609	(3.792.950)
Número total de ações	4.600.000	4.600.000
Resultado por ação	0,137	(0,825)

Não é aplicável o conceito de resultados por ação diluídos, uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

24. Transações entre partes relacionadas

São consideradas entidades relacionadas da Via Directa as empresas subsidiárias e associadas do Grupo Fosun e a Caixa Geral de Depósitos e os respetivos órgãos de gestão (Nota 18).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as demonstrações financeiras da Via Directa incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas (saldos devedores/(credores)):

(Valores em Euros)

Via Directa Companhia de Seguros, SA
Mapa da Relações Intragrupo 2017 e 2016

	Caixa Geral de Depósitos, SA		Caixa Leasing Factoring -Ific		Caixagest	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
ATIVO						
Depósito à ordem moeda nacional	2.178.795	3.773.184	-	-	-	-
Depósito à ordem moeda estrangeira	20.801	1.675.074	-	-	-	-
Depósitos a Prazo	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreend. conjuntos	-	-	-	-	-	-
Provisões Técnicas RC	-	-	-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos RC	-	-	-	-	-	-
Provisões para sinistros RC	-	-	-	-	-	-
Provisão p/ participação resultados	-	-	-	-	-	-
Acionistas - Empresas do grupo	-	-	-	-	-	-
Devedores Diversos	-	-	-	-	-	-
Devedores Diversos p/ oper. Resseguro	-	-	-	-	-	-
Devedores Diversos	154	154	-	-	-	-
Ativos por Impostos	-	-	-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-
PASSIVO						
Provisões Técnicas SD	-	-	-	-	-	-
Provisões para sinistros SD	-	-	-	-	-	-
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	-	-	-
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	-	-	-
Credores Diversos	-	-	-	-	-	-
Credores Diversos Suprimentos	-	-	-	-	-	-
Credores Diversos Outros	-	-	-	-	-	-
Passivos por Impostos	-	22.212	-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.199.750	5.426.200	-	-	-	-
CUSTOS						
Custos c/ Pessoal	-	-	-	-	-	-
FSE	38.871	66.637	138	138	-	-
Rendas de Edifícios	-	-	-	-	-	-
Outros custos p/ natureza	283	-	-	-	17.818	10.691
Custos com sinistros	-	-	-	-	-	-
Custos com sinistros SD	-	-	-	-	-	-
Variação provisões técnicas resseguro cedido	-	-	-	-	-	-
Custos com sinistros RC	-	-	-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos RC (variação)	-	-	-	-	-	-
Comissões, juros e participação nos resultados de resseguro	-	-	-	-	-	-
Perdas por Diferenças Cambiais	-	-	-	-	-	-
Perdas de ativos e passivos financeiros	93.896	25.167	-	-	-	-
Gastos em Ativos por Impostos diferidos	-	-	-	-	-	-
PROVEITOS						
Prémios resseguro cedido	-	-	-	-	-	-
Prémios resseguro aceite	-	-	-	-	-	-
Ganhos de ativos e passivos financeiros	1.048	(8.397)	-	-	-	-
Rendimentos de Investimentos - Depósitos em IC's a prazo	-	-	-	-	-	-
Ganhos por Diferenças Cambiais	-	-	-	-	-	-
TOTAL	(132.003)	(100.201)	(138)	(138)	(17.818)	(10.691)

(Valores em Euros)

Via Directa Companhia de Seguros, SA
Mapa da Relações Intragrupo 2017 e 2016

	Fidelidade Assistance, SA		EAPS, SA		Fidelidade - Cª Seguros SA	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
ATIVO						
Depósito à ordem moeda nacional	-	-	-	-	-	-
Depósito à ordem moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
Depósitos a Prazo	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreend. conjuntos	-	-	-	-	-	-
Provisões Técnicas RC						
Provisão para prémios não adquiridos RC	-	2.187.716	-	-	(12)	-
Provisões para sinistros RC	-	-	-	-	611.531	459.906
Provisão p/ participação resultados	-	-	-	-	-	-
Acionistas - Empresas do grupo	-	-	-	-	-	-
Devedores Diversos						
Devedores Diversos p/ oper. Resseguro	1.315.008	-	-	-	31.617	-
Devedores Diversos	-	-	-	-	13	-
Ativos por Impostos	-	-	-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	2.818	-	-
PASSIVO						
Provisões Técnicas SD						
Provisões para sinistros SD	-	-	-	-	-	-
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	1.086.681	-	-	-	53.198
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	-	-	-
Credores Diversos						
Credores Diversos Suprimentos	-	-	-	-	-	-
Credores Diversos Outros	-	-	-	959	42.540	7.599
Passivos por Impostos	-	-	-	-	-	25.032
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.315.008	1.101.035	-	1.858	600.609	374.078
CUSTOS						
Custos c/ Pessoal	-	-	7.681	1.875	236.142	216.454
FSE	-	-	959	959	-	(335)
Rendas de Edifícios	-	-	-	-	271.596	240.256
Outros custos p/ natureza	-	-	-	-	-	-
Custos com sinistros						
Custos com sinistros SD	-	-	-	-	-	-
Variação provisões técnicas resseguro cedido	-	-	-	-	12	-
Custos com sinistros RC	-	-	-	-	(554.177)	(465.136)
Provisão para prémios não adquiridos RC (variação)	2.187.716	58.064	-	-	-	-
Comissões, juros e participação nos resultados de resseguro	(209.196)	(31.783)	-	-	(53.983)	(60.626)
Perdas por Diferenças Cambiais	-	-	-	-	-	-
Perdas de ativos e passivos financeiros	-	-	-	-	-	-
Gastos em Ativos por Impostos diferidos	-	-	-	-	-	-
PROVEITOS						
Prémios resseguro cedido	(2.453.760)	(4.456.359)	-	-	(1.682.591)	(1.708.717)
Prémios resseguro aceite	-	-	-	-	-	-
Ganhos de ativos e passivos financeiros	-	-	-	-	-	-
Rendimentos de Investimentos - Depósitos em IC's a prazo	-	-	-	-	-	-
Ganhos por Diferenças Cambiais	-	-	-	-	-	-
TOTAL	(4.432.280)	(4.482.640)	(8.640)	(2.835)	(1.582.181)	(1.639.330)

(Valores em Euros)

Via Directa Companhia de Seguros, SA Mapa da Relações Intragrupo 2017 e 2016	Fundimo		GEP - Gestão Perit Autom, SA		Locarent		Multicare - Seguros Saúde, SA	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
ATIVO								
Depósito à ordem moeda nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósito à ordem moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos a Prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreend. conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões Técnicas RC								
Provisão para prémios não adquiridos RC	-	-	-	-	-	-	43.078	39.088
Provisões para sinistros RC	-	-	-	-	-	-	87.186	55.875
Provisão p/ participação resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Acionistas - Empresas do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Devedores Diversos								
Devedores Diversos p/ oper. Resseguro	-	-	-	-	-	-	1.865	-
Devedores Diversos	-	-	122.441	412.730	-	-	6.415	-
Ativos por Impostos	-	-	-	-	-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	152	-	-	-	-	-	-
PASSIVO								
Provisões Técnicas SD								
Provisões para sinistros SD	-	-	392.111	-	-	-	1.919	-
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	-	-	-	-	25.737
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	-	-	-	130.265	94.963
Credores Diversos								
Credores Diversos Suprimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Credores Diversos Outros	-	-	-	123.342	5.749	4.983	-	-
Passivos por Impostos	-	-	-	-	-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	152	(269.670)	289.388	(5.749)	(4.983)	6.361	(25.737)
CUSTOS								
Custos c/ Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
FSE	-	-	-	-	30.665	29.893	(1)	-
Rendas de Edifícios	152	909	-	-	-	-	-	-
Outros custos p/ natureza	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com sinistros								
Custos com sinistros SD	-	-	2.135.614	2.335.924	-	-	7.653	-
Variação provisões técnicas resseguro cedido	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com sinistros RC	-	-	-	-	-	-	(312.065)	(251.577)
Provisão para prémios não adquiridos RC (variação)	-	-	-	-	-	-	(3.990)	(7.197)
Comissões, juros e participação nos resultados de resseguro	-	-	-	-	-	-	(139.271)	(131.451)
Perdas por Diferenças Cambiais	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas de ativos e passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos em Ativos por Impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-
PROVEITOS								
Prémios seguro direto - Cosseguro	-	-	-	-	-	-	12.149	-
Prémios resseguro cedido	-	-	-	-	-	-	(519.744)	(464.421)
Prémios resseguro aceite	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos de ativos e passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendimentos de Investimentos - Depósitos em IC's a prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos por Diferenças Cambiais	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	(152)	(909)	(2.135.614)	(2.335.924)	(30.665)	(29.893)	(59.921)	(74.195)

(Valores em Euros)

Via Directa Companhia de Seguros, SA
Mapa da Relações Intragrupo 2017 e 2016

	Xsource, ACE		Fidelidade Macau		Longrun		TOTAL	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
ATIVO								
Depósito à ordem moeda nacional	-	-	-	-	-	-	2.178.795	3.773.184
Depósito à ordem moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	20.801	1.675.074
Depósitos a Prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreend. conjuntos	-	-	1.118	1.118	-	-	1.118	1.118
Provisões Técnicas RC								
Provisão para prémios não adquiridos RC	-	-	-	-	-	-	43.066	2.226.804
Provisões para sinistros RC	-	-	-	-	-	-	698.717	515.781
Provisão p/ participação resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Acionistas - Empresas do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Devedores Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-
Devedores Diversos p/ oper. Resseguro	-	-	-	-	-	-	1.348.490	-
Devedores Diversos	-	-	-	-	-	-	129.024	412.885
Ativos por Impostos	-	-	-	-	-	840.682	-	840.682
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	-	2.969
PASSIVO								
Provisões Técnicas SD								
Provisões para sinistros SD	-	-	-	-	-	-	394.030	-
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	-	-	-	-	1.165.615
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	-	-	-	130.265	94.963
Credores Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-
Credores Diversos Suprimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Credores Diversos Outros	(39)	(39)	-	-	-	-	48.249	136.843
Passivos por Impostos	-	-	-	-	10.585	-	10.585	47.244
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	39	39	1.118	1.118	(10.585)	840.682	3.836.883	8.003.831
CUSTOS								
Custos c/ Pessoal	-	-	-	-	-	-	243.823	218.329
FSE	-	-	-	-	-	-	70.633	97.292
Rendas de Edifícios	-	-	-	-	-	-	271.748	241.165
Outros custos p/ natureza	-	-	-	-	-	-	18.101	10.691
Custos com sinistros	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com sinistros SD	-	-	-	-	-	-	2.143.267	2.335.924
Variação provisões técnicas resseguro cedido	-	-	-	-	-	-	12	-
Custos com sinistros RC	-	-	-	-	-	-	(866.242)	(716.713)
Provisão para prémios não adquiridos RC (variação)	-	-	-	-	-	-	2.183.726	50.867
Comissões, juros e participação nos resultados de resseguro	-	-	-	-	-	-	(402.450)	(223.860)
Perdas por Diferenças Cambiais	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas de ativos e passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	93.896	25.167
Gastos em Ativos por Impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-
PROVEITOS								
Prémios seguro direto - Cosseguro	-	-	-	-	-	-	12.149	-
Prémios resseguro cedido	-	-	-	-	-	-	(4.656.095)	(6.629.496)
Prémios resseguro aceite	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos de ativos e passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	1.048	(8.397)
Rendimentos de Investimentos - Depósitos em IC's a prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos por Diferenças Cambiais	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-	(8.399.412)	(8.676.755)

25. Acréscimos e diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de acréscimos e diferimentos do ativo apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)		
	31-12-2017	31-12-2016
Custos diferidos		
- Seguros	148.110	325
- Rendas e alugueres	-	3.902
- Outros	60.957	73.208
	209.067	77.435

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de acréscimos e diferimentos do passivo apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)		
	31-12-2017	31-12-2016
Provisão para férias e subsídio de férias	315.383	364.753
Prémios a pagar a colaboradores	181.524	181.524
Prémio de Permanência	24.428	14.071
Outros	368.282	194.313
	889.617	754.661

26. Gestão de capital

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, que foi transposta para o direito interno pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

O regime de Solvência II encontra-se estruturado em três pilares:

Pilar I - Requisitos quantitativos

O regime de Solvência II define, por um lado, os critérios para determinar os fundos próprios elegíveis através da avaliação económica do ativo e do passivo e, por outro, dois níveis de requisitos de capital: o Requisito de Capital de Solvência (SCR) e o Requisito de Capital Mínimo (MCR).

O SCR é calculado tendo em conta todos os riscos a que as empresas de seguros podem estar expostas, designadamente aos riscos de mercado, de crédito, específicos de seguros e operacionais. O SCR pretende garantir a existência de fundos elegíveis em montante suficiente, para absorver perdas significativas decorrentes dos riscos a que as empresas de seguros podem estar expostas.

O MCR estabelece o nível mínimo de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades das empresas de seguros.

Caso se verifique que o SCR ou o MCR deixou de ser cumprido, ou que existe o risco de incumprimento nos três meses subsequentes, mesmo que circunstancial ou temporário, a ASF deve ser informada de imediato. No caso de incumprimento do SCR, deve ser submetido a esta Autoridade um plano de recuperação no prazo de dois meses e tomadas as medidas necessárias para assegurar, no prazo de seis meses, o restabelecimento de um nível de fundos próprios elegíveis que dê cobertura ao SCR ou a redução do perfil de risco.

No caso de incumprimento do MCR, ou da verificação do risco de incumprimento, deve ser remetido à ASF, no prazo de um mês, um plano de financiamento a curto prazo com vista a evitar o incumprimento ou ao restabelecimento dos fundos próprios de base elegíveis, pelo menos para o nível do MCR, ou à redução do perfil de risco.

Pilar II - Requisitos qualitativos e supervisão

Neste pilar, são estabelecidos requisitos qualitativos relacionados com a existência e manutenção de sistemas de governação eficazes, incluindo adequados sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e sistemas que garantam a idoneidade e qualificação das pessoas que dirigem efetivamente as empresas de seguros, as fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave (gestão de risco, auditoria interna, compliance e atuarial).

Um dos principais requisitos deste pilar é a realização, pelo menos anual, da autoavaliação do risco e da solvência (ORSA). Através deste exercício, deve ser efetuada uma avaliação prospetiva sobre a suficiência do capital disponível para atingir os objetivos de negócio tendo em conta o perfil de risco das empresas de seguros e uma análise de solvência perante cenários de stresse. O relatório resultante desse exercício deve ser remetido para a ASF.

Pilar III - Reporte prudencial e divulgações públicas

No Pilar III estão previstas obrigações de divulgação de informação pública e ao Supervisor.

Neste contexto, os objetivos de gestão de capital na Via Directa obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que a Via Directa está obrigada;
- Gerar uma rentabilidade adequada, criar valor ao acionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que a Via Directa está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e aos riscos dela decorrente.

Para atingir os objetivos descritos, a Via Directa definiu um conjunto de políticas e processos.

Por um lado, implementou um sistema de gestão de risco que é parte integrante das atividades diárias da Companhia, sendo aplicada uma abordagem integrada de modo a assegurar que os seus objetivos estratégicos (interesses dos clientes, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos. Esta abordagem integrada assegura também a criação de valor através da identificação do adequado equilíbrio entre risco e retorno, garantindo, simultaneamente, as obrigações da Companhia para com os seus stakeholders.

A gestão de risco suporta a Companhia na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, permitindo a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Neste sentido, a Companhia, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposta, procedendo de seguida à sua avaliação. A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, a Companhia opta por utilizar uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

Por outro lado, a realização do exercício ORSA permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida pela Companhia.

O exercício ORSA, coincidente com o horizonte temporal do planeamento estratégico da Companhia (nunca inferior a 3 anos), assume um papel fundamental na Gestão do Capital da Companhia, suportando as suas principais atividades, designadamente:

- Avaliação, juntamente com a gestão de riscos, da estrutura de apetite de risco face à estratégia de negócio e de gestão do capital;
- Contribuir para o início do processo de planeamento estratégico, através da realização de uma avaliação da adequação de capital no período mais recente;
- Monitorização da adequação do capital de acordo com os requisitos de capital regulamentar e as necessidades internas de capital.

Tendo em conta os resultados obtidos no ORSA, e caso os requisitos de capital se afastem do definido, quer em termos regulamentares, quer em termos de outros limites definidos internamente, são detalhadas ações corretivas a implementar, de forma a repor o nível de capital adequado/pretido.

Por fim, as obrigações de informação ao público, nomeadamente, a obrigação de divulgação anual do “Relatório sobre a solvência e a situação financeira”, que permite dispor de informação detalhada sobre a Companhia, relacionada com as atividades e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital.

Dado o desfasamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial incluída no “Relatório sobre a solvência e situação financeira”, importa referir que a Companhia cumpre, de forma confortável, os requisitos de capital considerando os dados preliminares reportados à ASF trimestralmente e a informação disponível nesta data.

Para dar resposta ao cumprimento das políticas e processos, a Companhia implementou um adequado sistema de governação envolvendo, entre outros aspetos, diversos órgãos da Fidelidade que desempenham funções-chave transversais ao Grupo em matéria de gestão de riscos e controlo interno: Direção de Gestão de Risco, Gabinete de Compliance, Direção de Auditoria, Comité de Risco, Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição e Comité de Produtos.

27. Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “international accounting standards board” (iasb) e interpretações emitidas pelo “international financial reporting interpretation committee” (ifric), conforme adotadas pela união europeia

1. Normas Adotadas (Novas ou Revistas)

No decorrer do exercício de 2017 a Companhia adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2017. As alterações com relevância para a Companhia foram as seguintes:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
AS 12 - Impostos sobre o rendimento (Emenda)	19-01-2016	2017/1989	01-01-2017
IAS 7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Emenda)	29-01-2016	2017/1990	01-01-2017
IFRS 12 - Divulgação de Interesses Noutras Entidades (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2014-2016)	08-12-2016	2018/182	01-01-2017

2. Normas, Interpretações, Emendas e Revisões que Irão Entrar em Vigor em Exercícios Futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (endorsed) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 15 - Rêdito de Contratos com Clientes	28-05-2014	2016/1905	01-01-2018
IFRS 15 - Rêdito de Contratos com Clientes (Emenda)	11-09-2015	2016/1905	01-01-2018
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	24-07-2014	2016/2067	01-01-2018
IFRS 16 - Locações	13-01-2016	2017/1986	01-01-2019
IFRS 4 - Contratos de Seguros (Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4)	12-09-2016	2017/1988	01-01-2018
IAS 28 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos			
(Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2014-2016)	08-12-2016	2018/182	01-01-2018

3. Normas, Interpretações, Emendas e Revisões Ainda Não Adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (endorsed) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 17 - Contratos de Seguros	18-05-2017	01-01-2021
IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento da consideração	08-12-2016	01-01-2018
IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamentos do Imposto sobre o Rendimento	07-05-2017	01-01-2019
IFRS 2 - Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos baseados em Ações (Emenda)	20-06-2016	01-01-2018
IAS 40 - Transferência de Propriedades de Investimento (Emenda)	08-12-2016	01-01-2018
IFRS 9 - Pagamentos Antecipados com Compensação Negativa (Emenda)	12-10-2017	01-01-2019
IAS 28 - Investimento de Longo-prazo em Associadas e Empreendimentos Conjuntos (Emenda)	12-10-2017	01-01-2019
IFRS 3 - Concentrações de Atividades Empresariais. Interesse detido previamente numa operação conjunta (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	01-01-2019
IFRS 11 - Acordos conjuntos. Interesse detido previamente numa operação conjunta (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	01-01-2019
IAS 12 - Imposto sobre o rendimento relativo a dividendos de instrumentos de capital. (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	01-01-2019
IAS 23 - Custos de empréstimos elegíveis para capitalização (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	01-01-2019
IAS 19 - Alteração, Redução ou Liquidação do Plano (Emenda)	07-02-2018	01-01-2019

Estas normas não foram ainda adotadas (endorsed) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

28. Eventos subsequentes

Até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

04

INVENTÁRIO
INDIVIDUAL
DE TÍTULOS E
PARTICIPAÇÕES
FINANCEIRAS

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2017

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor de Aquisição Total	Valor na Demonstração da Posição Financeira UNITÁRIO	Valor na Demonstração da Posição Financeira TOTAL
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.1 - Partes de capital em filiais							
FIDELIDADE MACAU - COMPANHIA DE SEGUROS, MOP	10			111,82	1.118	111,80	1.118
sub-total	10	0	0	111,82	1.118	111,80	1.118
TOTAL	10	0	0	111,82	1.118	111,80	1.118
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Ações							
CTT, PL	66.000			8,84	583.292	3,51	231.726
REN, PL	119.889			2,52	301.972	2,47	296.366
sub-total	185.889	0	0	11,36	885.264	5,98	528.092
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE TRABALHO	1.835			1,03	1.899	1,05	1.936
sub-total	1.835	0	0	1,03	1.899	1,05	1.936
sub-total	187.724	0	0	12,39	887.163	7,03	530.028
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
PGB, 2,875%, 15/10/2025, GOVT		14.000.000	103		14.393.500	110,55	15.476.931
PGB, 3,85%, 15/04/2021, GOVT		5.000.000	109		5.430.400	115,17	5.758.273
PGB, 4,8%, 15/06/2020, GOVT		10.500.000	110		11.591.350	114,34	12.005.908
PGB, 4,95%, 25/10/2023, GOVT		3.300.000	111		3.656.547	124,03	4.092.879
PGB, 5,65%, 15/02/2024, GOVT		4.000.000	121		4.835.200	132,00	5.279.958
sub-total		36.800.000	553	0,00	39.906.997	596,08	42.613.949
sub-total		36.800.000	553	0,00	39.906.997	596,08	42.613.949
total	187.724	36.800.000	553	12,39	40.794.159	603,12	43.143.977
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Ações							
AIR LIQUIDE, FP	489			91,89	44.937	105,35	51.516
AKZO NOBEL, NA	1.455			44,74	65.092	72,98	106.186
ALLIANZ, GY	566			90,24	51.076	191,70	108.502
DANONE, FP	3.733			49,88	186.192	70,13	261.795
ENI SPA, IM	7.247			18,18	131.737	13,80	100.009
LVMH, FP	783			121,72	95.309	246,05	192.657
SANOFI-SYNTHELABO, FP	2.199			71,48	157.191	72,01	158.350
SAP, GY	2.027			60,79	123.216	93,29	189.099
SOHU, US, USD	12.522			46,99	588.409	36,13	452.412
TELEFONICA, SM	11.112			15,80	175.538	8,12	90.274
TOTAL FINA, FP	4.515			43,78	197.689	46,18	208.503
UNILEVER, NA	2.654			29,39	77.994	47,02	124.778
VOLKSWAGEN PFD, GY	571			172,08	98.258	166,75	95.214
sub-total	49.873	0	0	856,96	1.992.638	1.169,51	2.139.295
sub-total	49.873	0	0	856,96	1.992.638	1.169,51	2.139.295
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
BTPS, 3,75%, 01/09/2024, GOVT		700.000	117		817.670	116,42	814.920
CCTS, FRN, 15/10/2024, GOVT		4.950.000	101		4.995.305	102,29	5.063.141

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2017

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor de Aquisição Total	Valor na Demonstração da Posição Financeira UNITÁRIO	Valor na Demonstração da Posição Financeira TOTAL
SPGB, 4.4%, 31/10/2023, GOVT		1.600.000	122		1.957.056	122,37	1.957.973
sub-total		7.250.000	340	0,00	7.770.031	341,08	7.836.034
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
BASQUE GOVT, 4.15%, 28/10/2019, GOVT		250.000	100		249.383	108,50	271.239
sub-total		250.000	100	0,00	249.383	108,50	271.239
2.2.2.3 - De outros emissores							
BULGARIAN ENERGY, 4.25%, 07/11/2018, CORP		1.000.000	100		1.004.000	103,34	1.033.428
DISCOVERY COMMUNICATIONS, 1.9%, 19/03/2027, CORP, CALL		500.000	96		481.250	100,83	504.150
EDP FINANCE, 2.625%, 15/04/2019, CORP		740.000	99		734.613	105,27	778.990
GAZPROM, 3.6%, 26/02/2021, CORP		1.000.000	97		966.250	110,70	1.106.988
NUSTAR LOGISTICS LP, 6.75%, 01/02/2021, CORP, USD		650.000	94		612.915	91,19	592.758
OJ BRASIL HOLDINGS COOP, 5.625%, 22/06/2021, CORP		1.996.000	99		1.983.625	31,52	629.099
THREE GORGES FNCE II, 1.3%, 21/06/2024, CORP		700.000	102		713.230	101,26	708.837
UNLEVERAGED EUROPEAN ABS 13 (137), FRN, 24/10/2018, CORP		131.489	83		108.978	127,31	167.405
VEREIT INC, 3%, 01/08/2018, CORP, USD, CONV		700.000	92		643.171	84,42	590.970
sub-total		7.417.489	863	0,00	7.248.031	855,85	6.112.625
sub-total		14.917.489	1.303	0,00	15.267.445	1.305,43	14.219.898
total	49.873	14.917.489	1.303	856,96	17.260.083	2.474,93	16.359.193
TOTAL	237.597	51.717.489	1.856	869,35	58.054.242	3.078,05	59.503.170
3 - TOTAL GERAL	237.607	51.717.489	1.856	981,17	58.055.360	3.189,85	59.504.288

05

RELATÓRIO
DE GOVERNO
SOCIETÁRIO

INTRODUÇÃO

A Via Directa – Companhia de Seguros, S.A., (doravante “Sociedade”, “Companhia” ou “Via Directa”) elabora o seu Relatório do Governo da Sociedade de forma clara e transparente à luz das normas em vigor, observando as melhores práticas e recomendações aplicáveis, de modo a tornar públicos os princípios e normativos regulatórios no âmbito do Governo da Sociedade.

O presente Relatório do Governo da Sociedade respeitante ao exercício de 2017 foi elaborado em cumprimento do estabelecido no artigo 70º, n.º 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais e no ponto iv), alínea a) do n.º1 do artigo 32º da Norma Regulamentar N.º 8/2016 – R, de 16 de agosto.

INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. Estrutura Acionista

I. Estrutura de capital

1. Estrutura de capital

O capital social da Via Directa, no montante de 23.000.000,00 euros, é representado por 4.600.000 ações nominativas, com o valor nominal de 5 euros cada, integralmente subscritas e realizadas. Todas as ações conferem direitos idênticos e são fungíveis entre si.

De acordo com os seus estatutos, a Via Directa, para além das ações ordinárias, pode emitir ações preferenciais sem voto, nos termos do artigo 341^º do Código da Sociedades Comerciais. No entanto, a Via Directa apenas emitiu ações ordinárias.

2. Restrições à transmissibilidade das ações

As ações representativas do capital social da Via Directa são livremente transmissíveis.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias

Em 31 de dezembro de 2017, a Via Directa não detinha quaisquer ações próprias.

4. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas

Os estatutos da Sociedade não contemplam limitações ao número de votos suscetíveis de detenção ou exercício por um único acionista de forma individual ou concertada.

5. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da Sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto

Não existem acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de votos da Via Directa.

II. Participações sociais detidas

6. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que são titulares de participações qualificadas, com indicação da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação

As participações qualificadas no capital social da Sociedade a 31 de dezembro de 2017, com indicação da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação, encontram-se espelhadas no Quadro seguinte:

Acionista	Nº de Ações	% do Capital Social	% dos Direitos de Voto	Fonte e Causas de Imputação
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.	4.600.000	100%	100%	Aquisição

7. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Em 31 de dezembro de 2017, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não detinham ações da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2017, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detinham obrigações da Sociedade.

B. Órgãos Sociais e Comissões

I. Assembleia Geral

a) Composição da Mesa da Assembleia Geral

8. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato

A Mesa da Assembleia Geral, para o triénio 2017/2019, é constituída por:

Cargo	Nome
Presidente	Maria Isabel Toucedo Lage
Secretário	Carla Cristina Curto Coelho

b) Exercício do direito de voto

9. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial

Nos termos do artigo 7º dos Estatutos da Sociedade, a cada 100 (cem) ações corresponde um voto, não sendo consideradas, para efeitos de participação em Assembleia Geral, as transmissões de ações efetuadas durante os 15 dias que precedam a reunião de cada assembleia.

Os acionistas sem direito de voto que exerçam cargos na Assembleia Geral ou no órgão de administração podem, porém, discutir, fazer propostas e intervir nos trabalhos da assembleia. Os acionistas sem direito de voto e que não exerçam cargos na Assembleia Geral ou no órgão de administração, não podem assistir às Assembleias Gerais, mas podem nelas fazer-se representar, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais.

Não é permitido o voto por correspondência.

10. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º1 do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários

Os Estatutos não contemplam qualquer percentagem máxima de direitos de votos que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionista que com aquele se encontre em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários.

11. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias

Os Estatutos não contemplam quaisquer deliberações acionistas que só possam ser tomadas maiorias qualificadas.

II. Administração

Conselho de Administração

a) Composição

12. Identificação do modelo de governo adotado

A Via Directa adota uma estrutura de governo societário de natureza monista com um Conselho de Administração.

13. Regras estatutárias sobre nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral. O presidente do Conselho de Administração é escolhido pelo próprio Conselho de Administração, salvo quando seja designado pela Assembleia Geral de acionistas que eleja o Conselho de Administração.

As vagas ou impedimentos que ocorram no Conselho de Administração são preenchidas por cooptação até que a primeira Assembleia Geral sobre elas proveja definitivamente.

14. Composição do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da designação e duração do mandato de cada membro

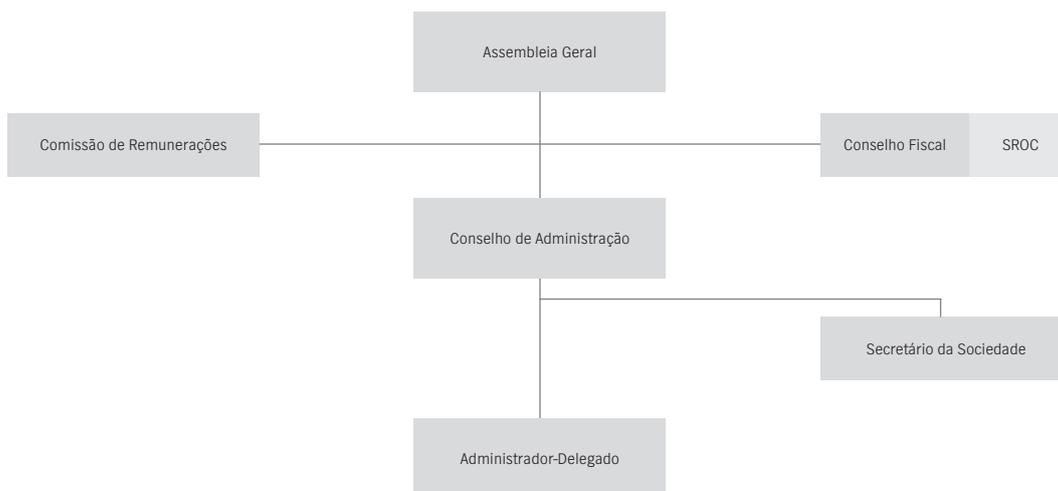
Nos termos dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de três e um máximo de nove membros, eleitos para mandatos de três anos, renováveis.

A 31 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração é constituído por:

Conselho de Administração (CA)	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato
Francisco Xavier da Conceição Cordeiro	Presidente	31-03-2015	2015/2017
Miguel António Vilarinho	Vogal e Admin. Delegado	31-03-2015	2015/2017
Paulo Francisco Baião Figueiredo	Vogal	31-03-2015	2015/2017

15. Organograma relativo à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, incluindo informação sobre delegações de competências

O Quadro seguinte representa a estrutura de Governo Societário da Via Directa durante o exercício de 2017:



Conselho de Administração

O Conselho de Administração, enquanto órgão de governo da Companhia, tem, nos termos do n.º 1 do artigo 17º dos Estatutos da Sociedade, os mais amplos poderes de gestão, de representação da Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, e praticar todos os atos tendentes à realização do objeto social, competindo-lhe, em especial:

- a) Estabelecer, manter, transferir ou encerrar escritórios, sucursais ou quaisquer outras formas de representação social;
- b) Adquirir, alienar e obrigar por qualquer forma ações, partes sociais, obrigações ou outros títulos de natureza igual ou semelhante, bem como títulos da dívida pública;
- c) Adquirir e alienar quaisquer outros bens móveis, assim como obrigá-los por qualquer forma;
- d) Adquirir imóveis, bem como aliená-los e obrigá-los por quaisquer atos ou contratos, ainda que de constituição de garantias reais;
- e) Confessar, desistir ou transigir em quaisquer ações ou pleitos jurisdicionais e, bem assim, estabelecer convenções de arbitragem;
- f) Constituir mandatários nos termos da lei;
- g) Desempenhar as demais funções previstas nos Estatutos ou na lei.

O Conselho de Administração não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros.

Administrador-Delegado

O Conselho de Administração designou um dos seus vogais como Administrador-Delegado, conferindo-lhe a competência para a prática de todos os atos de gestão corrente da Sociedade, com exclusão, além dos referidos no n.º 2 do artigo 407º do Código das Sociedades Comerciais, dos seguintes atos:

- a) Realização de despesas de valor superior aos limites que em cada momento se encontrem definidos;
- b) Realização de investimentos de valor superior a 10% dos fundos próprios da Sociedade;
- c) Celebração de contratos de trabalho;
- d) Contração ou concessão de empréstimos;
- e) Prestação de fianças, avales ou outras garantias especiais de obrigações;
- f) Contratação da cessão de créditos ou da transmissão de dívidas;
- g) Emissão, assinatura, aceitação e endosso de todos os cheques, ordens de pagamento, de levantamento e de transferência, excetuados os movimentos entre contas de que a Sociedade seja titular.

III. Fiscalização

Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

a) Composição

16. Identificação do órgão de fiscalização (Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão) correspondente ao modelo adotado

A fiscalização da Sociedade compete, nos termos do artigo 413º, n.º 1, alínea a) do Código das Sociedades Comerciais, a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei e cujo mandato em curso corresponde ao período 2015-2017.

Os Estatutos da Sociedade remetem as competências do Conselho Fiscal para as previstas na lei.

17. Composição do Conselho Fiscal, com indicação do cargo de cada membro, data de nomeação e duração estatutária do mandato

O Conselho Fiscal é constituído por 3 membros efetivos e um suplente, com mandatos de três anos, renováveis, tendo a seguinte composição em 31 de dezembro de 2017:

Conselho Fiscal	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	Presidente	31-03-2015	2015/2017
João Filipe Gonçalves Pinto	Vogal	31-03-2015	2015/2017
José Cardoso Lameiras	Vogal	31-03-2015	2015/2017
Isabel Gomes de Novais Paiva	Suplente	31-03-2015	2015/2017

IV. Revisor Oficial de Contas

18. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa

O Revisor Oficial de Contas é a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., representada pela sua sócia Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC, n.º 1230.

19. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou grupo

O Revisor Oficial de Contas foi designado a 15 de maio de 2014.

20. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à Sociedade

Para além dos trabalhos exigidos por lei ao revisor oficial de contas, a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. não presta, de forma recorrente, outro tipo de serviços à Sociedade ou a sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio.

Contudo, quando haja lugar à prestação de outros serviços à Sociedade ou a sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, tal ocorrerá em estrita conformidade com os procedimentos legalmente definidos, designadamente na Lei 140/2015, de 7 de setembro.

C. Organização Interna

I. Estatutos

21. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da Sociedade

As alterações dos Estatutos da Via Directa regem-se pelo disposto na Lei em vigor.

II. Comunicação de irregularidades

22. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na Sociedade

A Via Directa tem uma cultura de responsabilidade e de compliance, reconhecendo a importância do adequado enquadramento da comunicação e processamento de irregularidades como instrumento de boa prática societária e implementa os meios adequados de receção, tratamento e arquivo das comunicações de irregularidades, alegadamente cometidas por membros dos órgãos sociais e por colaboradores da Sociedade ou das sociedades integradas no Grupo Fidelidade.

São consideradas como irregularidades os atos e omissões, dolosas ou negligentes, relacionados com a administração, a organização contabilística e a fiscalização interna da Sociedade que, de forma grave, sejam suscetíveis nomeadamente de:

- a) Violar a lei, os regulamentos e outros normativos em vigor;
- b) Colocar em causa o património dos clientes, dos acionistas e da Sociedade;
- c) Causar dano reputacional à Via Directa ou a sociedades integradas no Grupo Fidelidade.

Podem comunicar irregularidades, os colaboradores, mandatários, comissários ou quaisquer outras pessoas que prestem serviços a título permanente ou ocasional na Companhia ou em qualquer entidade do Grupo, os acionistas e quaisquer outras pessoas.

III. Controlo interno e gestão de riscos

23. Órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno

O Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para ordem jurídica interna a Diretiva Solvência II, entrou em vigor em 1 de janeiro de 2016.

Neste contexto, a Companhia implementou um sistema global de gestão de riscos, de forma a responder aos requisitos aí previstos.

A implementação deste sistema, para além do cumprimento dos normativos aplicáveis à atividade seguradora, é entendida como uma oportunidade de melhoria dos processos de avaliação e gestão de risco, contribuindo, assim, para a manutenção da solidez e estabilidade do grupo segurador, onde a Via Directa se insere.

Assim, o sistema de gestão de risco é parte integrante das atividades diárias da Companhia, sendo aplicada uma abordagem integrada de modo a assegurar que os seus objetivos estratégicos (interesses dos clientes, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos.

Por outro lado, a realização do exercício de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA) permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida pela Companhia.

Relativamente ao sistema de governação a Companhia possui políticas, processos e procedimentos adequados à sua estratégia de negócio e às suas operações, garantindo uma gestão sã e prudente da sua atividade. Em termos de estrutura organizativa, a gestão dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno é assegurada pelos seguintes órgãos da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. que exercem funções transversais ao Grupo: Direção de Gestão de Risco, Direção de Auditoria, Gabinete de Compliance e Comité de Risco.

Aos restantes Órgãos de Estrutura compete o papel de dinamizador no processo de gestão de risco e controlo interno, no sentido de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efetuados de uma forma sã e prudente, cabendo-lhes também assegurar a existência e atualização da documentação relativa aos seus processos de negócio, respetivos riscos e atividades de controlo.

Inserido no conjunto de recomendações prudenciais das autoridades de supervisão, no sentido de garantir a continuidade operacional dos processos, sistemas e comunicações, o Grupo Fidelidade tem um Plano de Continuidade de Negócio (PCN) de forma a garantir a realização de uma avaliação estruturada de danos e uma ágil tomada de decisão sobre o tipo de recuperação a empreender.

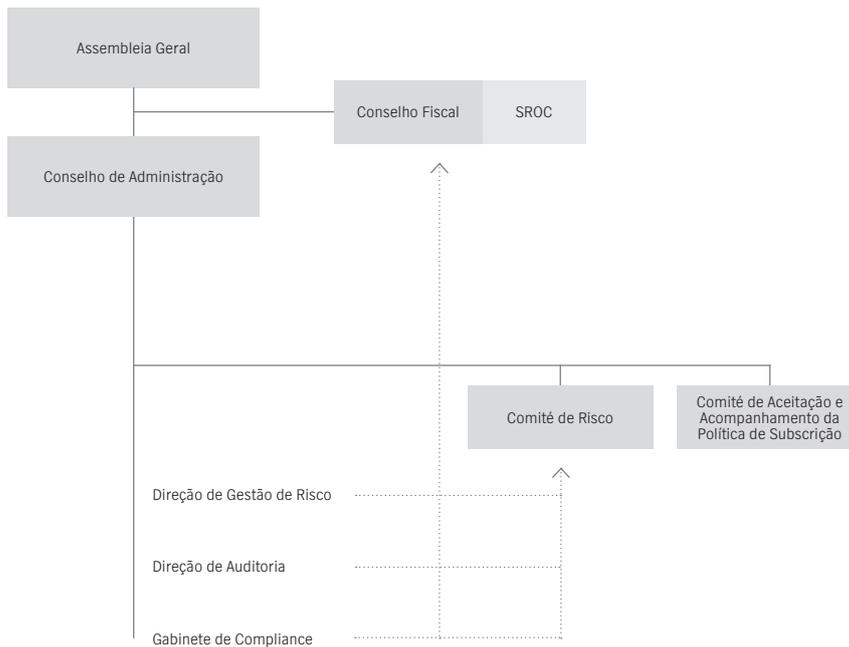
Quanto às obrigações de informação ao público, a Companhia, em 2017, preparou e divulgou, no seu sítio na internet, o “Relatório sobre a solvência e a situação financeira 2016” contendo informação detalhada relacionada com as atividades e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital. Este relatório, juntamente com os mapas anuais de reporte quantitativo, submetidos à ASF, foi sujeito a certificação por revisor oficial de contas e por atuário responsável.

Também durante o ano de 2017, a Companhia efetuou o exercício anual de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA), tendo reportado à ASF os seus resultados através do envio do respetivo relatório de supervisão, e prestou a informação quantitativa trimestral para efeitos de supervisão.

Desta forma, as medidas adotadas durante a fase de preparação para a aplicação do regime solvência II, bem como a sua consolidação ao longo destes dois primeiros anos da sua vigência, colocam a Companhia num grau confortável de cumprimento deste novo regime.

24. Explicação das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da Sociedade

A dependência hierárquica e/ou funcional da Direção de Gestão de Risco, da Direção de Auditoria e do Gabinete de Compliance encontra-se espelhada no Quadro seguinte:



25. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos

A par das áreas com funções-chave no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, e do controlo do risco legal levado a cabo pela Direção de Assuntos Jurídicos, existe um sistema de informação e comunicação que suporta as tomadas de decisão e processos de controlo, tanto a nível interno, como externo, da competência da Direção Financeira e Qualidade que garante a existência de informação substantiva, atual, coerente, tempestiva e fidedigna, permitindo uma visão global e abrangente sobre a situação financeira, o desenvolvimento da atividade, o cumprimento da estratégia e dos objetivos definidos, a identificação do perfil de risco da Companhia e o comportamento e perspetivas de evolução do mercado.

O processo de informação financeira e de gestão, é apoiado pelos sistemas contabilísticos e de suporte à gestão que registam, classificam, associam e arquivam de forma, sistematizada, atempada, fiável, completa e consistente, todas as operações realizadas pela instituição e subsidiárias, de acordo com as determinações e políticas emanadas do CA.

Assim, a Direção de Gestão de Risco, a Direção de Auditoria, o Gabinete de Compliance e a Direção Financeira e Qualidade asseguram a implementação dos procedimentos e meios necessários à obtenção de toda a informação relevante para o processo de consolidação e de informação ao nível da Sociedade – tanto de natureza contabilística, como de apoio à gestão e ao acompanhamento e controlo dos riscos – que devem contemplar, designadamente:

- A definição do conteúdo e formato da informação a reportar pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com as políticas contabilísticas e orientações definidas pelo órgão de gestão, bem como as datas em que são requeridos os reportes;
- A identificação e controlo das operações intra Companhia; e
- A garantia de que a informação de gestão é coerente entre as várias entidades, de modo a que seja possível medir e acompanhar a evolução e rentabilidade de cada negócio e verificar o cumprimento dos objetivos estabelecidos, bem como avaliar e controlar os riscos em que cada entidade incorre, tanto em termos absolutos como relativos.

26. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a Sociedade se expõe no exercício da atividade

Remete-se, neste ponto, para a informação facultada no Anexo às Demonstrações Financeiras, em particular nas Notas às Demonstrações Financeiras.

27. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos

O sistema de gestão de risco suporta a Companhia na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, permitindo a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Neste sentido, a Companhia, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposta, procedendo, de seguida à sua avaliação. A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, a Companhia opta por utilizar uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

O exercício ORSA tem um papel fundamental na monitorização do perfil de risco da Companhia e da adequação do capital de acordo com os requisitos de capital regulamentar e as necessidades internas de capital.

V. Sítio de Internet

28. Endereço(s)

O endereço da Via Directa na Internet é o seguinte:

www.viadirecta.pt

29. Local onde se encontra informação sobre a Sociedade, órgãos sociais e documentos de prestação de contas

A informação sobre a Sociedade, sobre os órgãos sociais e os documentos de prestação de contas, encontra-se disponível no sítio da Companhia, no endereço da Internet atrás indicado.

30. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais

Os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e comissões estão disponíveis na Sede da Sociedade – Secretário da Sociedade.

31. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

As convocatórias para as reuniões da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada estão disponíveis na Sede da Sociedade – Secretário da Sociedade.

32. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

O acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes, estão disponíveis na Sede da Sociedade – Secretário da Sociedade.

D. Remunerações

I. Competência para a determinação

33. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador-delegado e dos dirigentes da Sociedade

A fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais cabe à Comissão de Remunerações.

II. Comissão de remunerações

34. Composição da comissão de remunerações

A Comissão de Remunerações, em exercício de funções em 31 de dezembro de 2017, tem a seguinte composição: Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., representada por Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia e Eugénio Manuel dos Santos Ramos.

35. Conhecimentos e experiência dos membros da Comissão de Remunerações em matéria de política de remunerações

Os membros da Comissão de Remunerações são pessoas que, pela experiência profissional e currículo, asseguram conhecimentos e perfil adequado no que concerne à matéria de política de remunerações.

III. Estrutura das remunerações

36. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da lei n.º 28/2009, de 19 de junho

A Comissão de Remunerações submeteu à Assembleia Geral de 30 de março de 2017, em cumprimento do estabelecido no artigo 2º da Lei 28/2009, de 19 de junho, uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização que foi aprovada pelo acionista único. De acordo com a referida declaração, a política de remuneração assentava nos seguintes princípios:

“A remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade é fixada à luz da Política de Remuneração em vigor, a qual tem como referência as normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como os princípios orientadores da política de remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas do Grupo.

A Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade é a seguinte:

- Quando o exercício do cargo seja remunerado e com vista a assegurar o alinhamento com os interesses da Sociedade, a remuneração dos membros executivos do órgão de administração é composta por uma componente fixa e uma componente variável;
- A componente fixa é definida tendo como referência os valores praticados em empresas de dimensão, natureza e complexidade similares, sendo paga em 14 prestações mensais, nelas se incluindo os correspondentes subsídios de férias e de Natal, nos termos da legislação em vigor;

- A componente variável é determinada em função do desempenho aferido com base num conjunto de objetivos definidos, nomeadamente, financeiros, operacionais, de risco e estratégicos, sendo atribuída, individualizada e anualmente, em relação ao exercício findo, não devendo representar mais do que uma percentagem da remuneração fixa mensal bruta em vigor no termo desse exercício, de forma a estarem adequadamente equilibradas;
- Os membros do Conselho de Administração sem funções executivas não auferem qualquer remuneração, fixa ou variável;
- Os membros do Conselho Fiscal auferem, apenas, uma remuneração fixa;
- Não existem planos de atribuição de ações, nem opções de aquisição de ações, por parte dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade”.

A política de remuneração supra definida foi a aplicada no exercício de 2017.

A informação sobre o montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos sociais é a que consta do Relatório do Governo da Sociedade.

Em face do exposto, é possível fazer a seguinte avaliação sobre o grau de cumprimento das recomendações contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do então Instituto de Seguros de Portugal, agora Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, em matéria de política de remuneração:

Item	Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
I. Princípios Gerais	I.1. As instituições devem adotar uma política de remuneração consistente com uma gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da instituição, designadamente com as perspetivas de crescimento e rentabilidade sustentáveis e a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes.	Cumprida	
	I.2. A política de remuneração deve ser adequada à dimensão, natureza e complexidade da atividade desenvolvida ou a desenvolver pela instituição e, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir.	Cumprida	
	I.3. As instituições devem adotar uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da política de remuneração, que identifique, de forma objetiva, os colaboradores envolvidos em cada processo, bem como as respetivas responsabilidades e competências.	Cumprida	
II. Aprovação da política de remuneração	II.1. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, no que se refere à remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, a política de remuneração deve ser aprovada por uma comissão de remuneração ou, no caso de a sua existência não ser exequível ou apropriada face à dimensão, natureza e complexidade da instituição em causa, pela assembleia geral ou pelo conselho geral e de supervisão, consoante aplicável.	Cumprida	
	II.2. No que se refere à remuneração dos restantes colaboradores abrangidos pela Circular, a política de remuneração deve ser aprovada pelo órgão de administração.	Cumprida	
	II.3. Na definição da política de remuneração devem participar pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, incluindo pessoas que integrem as unidades de estrutura responsáveis pelas funções-chave e, sempre que necessário, de recursos humanos, assim como peritos externos, de forma a evitar conflitos de interesses e a permitir a formação de um juízo de valor independente sobre a adequação da política de remuneração, incluindo os seus efeitos sobre a gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumprida	
	II.4. A política de remuneração deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da instituição. A política de remuneração deve ainda ser objeto de revisão periódica e estar formalizada em documento(s) autónomo(s), devidamente atualizado(s), com indicação da data das alterações introduzidas e respetiva justificação, devendo ser mantido um arquivo das versões anteriores.	Cumprida	
	II.5. O processo de avaliação, incluindo os critérios utilizados para determinar a remuneração variável, deve ser comunicado aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pelo processo de avaliação.	Cumprida	
III. Comissão de remuneração	III.1. A comissão de remuneração, caso exista, deve efetuar uma revisão, com uma periodicidade mínima anual, da política de remuneração da instituição e da sua implementação, em particular, no que se refere à remuneração dos membros executivos do órgão de administração, incluindo a respetiva remuneração com base em ações ou opções, de forma a permitir a formulação de um juízo de valor fundamentado e independente sobre a adequação da política de remuneração, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumprida	

Item	Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
	III.2. Os membros da comissão de remuneração devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções, em particular possuir conhecimentos e/ou experiência profissional em matéria de política de remuneração.	Cumprida	
	III.3. No caso de a comissão de remuneração recorrer, no exercício das suas funções, à prestação de serviços externos em matéria de remunerações, não deve contratar pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos três anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração ou que tenha relação atual com consultora da instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Não aplicável	Não há recurso a prestação de serviços externos em matéria de remunerações.
	III.4. A comissão de remuneração deve informar anualmente os acionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas assembleias gerais em que a política de remuneração conste da ordem de trabalhos.	Cumprida	
	III.5. A comissão de remuneração deve reunir-se com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar atas de todas as reuniões que realize.	Cumprida	
IV. Remuneração dos membros do órgão de administração Membros executivos	IV.1. A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação do desempenho, realizada pelos órgãos competentes da instituição, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considere, para além do desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da instituição.	Cumprida	
	IV.2. As componentes fixa e variável da remuneração total devem estar adequadamente equilibradas. A componente fixa deve representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumprida	
	IV.3. Uma parte substancial da componente variável da remuneração deve ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela instituição e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da instituição. Esses instrumentos financeiros devem estar sujeitos a uma política de retenção adequada destinada a alinhar os incentivos pelos interesses a longo prazo da instituição e ser, quando não cotados em bolsa, avaliados, para o efeito, pelo seu justo valor.	Não cumprida	Não houve lugar à emissão de instrumentos financeiros pela instituição.
	IV.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da instituição ao longo desse período.	Não cumprida	Não houve lugar a diferimento de parte da remuneração variável.
	IV.5. A parte da componente variável sujeita a diferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração.	Não aplicável	Não houve diferimento de parte da remuneração variável.

Item	Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
	IV.6. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a instituição, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela instituição.	Cumprida	
	IV.7. Até ao termo do seu mandato devem os membros executivos do órgão de administração manter as ações da instituição a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de ações da Sociedade.
	IV.8. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de opções.
	IV.9. Após o exercício referido no ponto anterior, os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de ações, até ao fim do seu mandato, sujeito à necessidade de financiar quaisquer custos relacionados com a aquisição de ações, sendo que o número de ações a conservar deve ser fixado.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de opções.
Membros não executivos	IV.10. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.	Não aplicável	Os membros não executivos não auferem remuneração variável
Indemnizações em caso de destituição	IV.11. Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do membro do órgão de administração.	Não aplicável	Não existem compensações estabelecidas
V. Remuneração dos colaboradores	V.1. Se a remuneração dos colaboradores da instituição incluir uma componente variável, esta deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa da remuneração, atendendo, designadamente, ao desempenho, às responsabilidades e às funções de cada colaborador, bem como à atividade exercida pela instituição. A componente fixa deve representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumprida	
Relação entre a remuneração fixa e a remuneração variável	V.2. Uma parte substancial da componente variável da remuneração deve ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela instituição e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da instituição. Esses instrumentos financeiros devem estar sujeitos a uma política de retenção adequada destinada a alinhar os incentivos pelos interesses a longo prazo da instituição e ser, quando não cotados em bolsa, avaliados, para o efeito, pelo seu justo valor.	Não cumprida	Não houve lugar à emissão de instrumentos financeiros pela própria instituição para atribuição aos seus colaboradores.
Critérios de atribuição da remuneração variável	V.3. A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual mas também ao desempenho coletivo da unidade de estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à atividade desenvolvida, designadamente as regras de controlo interno e as relativas às relações com tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes, de modo a promover a sustentabilidade da instituição e a criação de valor a longo prazo.	Cumprida	

Item	Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
Diferimento da remuneração variável	V.4. Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo.	Cumprida parcialmente	A política de remuneração dos colaboradores do grupo tem por referência um quadro anual, sendo que não se considera oportuno aplicar aos colaboradores sujeitos à Norma Regulamentar 5/2010 regras distintas face aos restantes colaboradores.
	V.5. A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra. O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.	Cumprida	Não existe parte diferida da remuneração variável.
	V.6. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à atividade da qual resulta a sua atribuição.	Não cumprida	A política de remuneração dos colaboradores do Grupo tem por referência um quadro anual, sendo que não se considera oportuno aplicar aos colaboradores sujeitos à Norma Regulamentar 5/2010 regras distintas face aos restantes colaboradores.
	V.7. A parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração, devendo a percentagem diferida aumentar significativamente em função do nível hierárquico ou responsabilidade do colaborador.	Não aplicável	Não existe parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior.
Remuneração dos colaboradores que exerçam funções-chave	V.8. Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções.	Cumprida	
	V.9. Em particular, a função atuarial e o atuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta.	Não aplicável	A função atuarial e o atuário não são remunerados pela Via Directa.
VI. Avaliação da política de remuneração	VI.1. A política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si.	Cumprida	
	VI.2. A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumprida	
	VI.3. As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração e à assembleia geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número VI.1., que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	Cumprida	

IV. Divulgação das remunerações

37. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da Sociedade, proveniente da Sociedade

O montante anual da remuneração bruta fixa auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da Sociedade, consta do Quadro seguinte:

(Valores em Euros)

Membros do Conselho de Administração (CA)	Remuneração Fixa	Remuneração Variável *
Francisco Xavier da Conceição Cordeiro	0	0
Miguel António Vilarinho	143.922	40.480
Paulo Francisco Baião Figueiredo	0	0
TOTAL	143.922	40.480

*Paga em 2017 e relativa ao exercício de 2016

38. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não foram pagas, nem são devidas, quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício de 2017.

39. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da Sociedade, para efeitos da lei n.º 28/2009, de 19 de junho

O montante anual da remuneração bruta auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da Sociedade, consta do Quadro seguinte:

(Valores em Euros)

Membros do Conselho Fiscal		Observações
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	11.200	
João Filipe Gonçalves Pinto	8.400	
José Cardoso Lameiras	8.400	
Isabel Gomes de Novais Paiva	0	Suplente
TOTAL	28.000	

40. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral não auferiu qualquer remuneração.

V. Acordos com implicações remuneratórias

41. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade (artigo 245.º-A, n.º1, al. I)

Não existem quaisquer acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações ('stock options')

42. Identificação do plano e dos respetivos destinatários

Não existem planos com estas características.

43. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa

Não existem direitos de opção atribuídos para aquisição de ações de que sejam beneficiários os trabalhadores.

E. Transações com Partes Relacionadas

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

44. Mecanismos implementados pela Sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas

A Via Directa adotou um conjunto de regras objetivas e transparentes aplicáveis às transações com partes relacionadas, as quais estão sujeitas a mecanismos específicos de aprovação.

45. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência

Todas as transações com partes relacionadas foram sujeitas a controlo.

46. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários

As operações a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, são objeto de apreciação e de deliberação do Conselho de Administração, estando estas operações, como todas as outras realizadas pela Companhia, sujeitas à fiscalização do Conselho Fiscal.

II. Elementos relativos às transações

47. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas

A informação sobre os negócios com partes relacionadas encontra-se na Nota 24 às demonstrações financeiras.

06

CERTIFICAÇÃO
LEGAL DE CONTAS
E RELATÓRIO
E PARECER DO
CONSELHO FISCAL

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. (a Companhia), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 69.883.287 euros e um total de capital próprio de 25.184.160 euros, incluindo um resultado líquido de 630.609 euros), a Conta de Ganhos e Perdas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Variações do Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o sector segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Determinação das Provisões para Sinistros (Não Vida)

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Conforme detalhado na Nota 4 do Anexo às Demonstrações Financeiras, as Provisões para Sinistros decorrentes de contratos de seguros dos Ramos Não Vida ascendem a 25.127 milhares de euros (cerca de 56% do total do Passivo). Estas provisões refletem a estimativa das responsabilidades da Companhia por sinistros pendentes de liquidação à data do balanço, bem como das responsabilidades globais relativas aos sinistros ocorridos e não declarados (IBNR) até à data das demonstrações financeiras. Esta provisão incorpora também a estimativa

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

Os principais procedimentos de auditoria nesta área resumem-se como segue:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na determinação das provisões para sinistros (Não Vida);
- Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras relativas a Provisões para



Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

de despesas a incorrer com regularização de sinistros ocorridos até à data do balanço.

O cálculo da provisão para sinistros declarados é efetuado através da estimativa sinistro a sinistro, considerando uma margem de prudência, sendo deduzido ao valor das responsabilidades apuradas o montante dos custos já pagos relativamente a esses sinistros. A provisão para sinistros ocorridos e não participados (IBNR) é constituída com base no padrão histórico de sinistralidade passada da Companhia.

Na sequência da Circular nº 28/2004, de 17 de novembro, da ASF, a Companhia regista uma provisão para despesas de regularização de sinistros, determinada com base no rácio entre as despesas gerais incorridas pela Companhia e o número de processos geridos, aplicado ao número de sinistros que se encontram em aberto no final do exercício, acrescido da estimativa de sinistros IBNR.

Em face da materialidade destas responsabilidades nas demonstrações financeiras e do processo para a sua determinação incorporar estimativas com base em pressupostos e técnicas atuariais aplicados à informação atualmente disponível, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser diferentes dos registados, considerámos as Provisões para sinistros (Não Vida) como matéria relevante de auditoria.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

Sinistros (Não Vida) para entendimento da sua evolução anual e dos principais fatores que originaram as variações mais significativas;

- Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado, procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelos atuários da Companhia para a determinação das responsabilidades com sinistros (Não Vida), incluindo a análise da consistência com os utilizados no ano anterior e com o padrão histórico de pagamentos por ramo, e tendo por referência as especificidades dos produtos da Companhia, os requisitos regulamentares e as práticas no sector segurador;
- Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras sobre Provisões para Sinistros (Não Vida) com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o sector segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Companhia de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria

executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados revisores oficiais de contas da Companhia pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 9 de junho de 2014 para um mandato de um ano. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2015 para um segundo mandato compreendido entre 2015 e 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta data;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria;
- Adicionalmente ao divulgado na Nota 18 do Anexo às Demonstrações Financeiras, informamos que, para além dos serviços de revisão legal das contas, prestámos à Companhia serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor nos termos dos artigos 3º e 6º da Norma Regulamentar nº 2/2017-R, de 24 de março, da ASF sobre o Relatório anual sobre a solvência e a situação financeira da Companhia e nº 2 da Circular nº 1/2017 da ASF.

Lisboa, 12 de março de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto - ROC nº 1230
Registada na CMVM com o nº 20160841

VIA DIRECTA – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2017

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da actividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da sociedade, desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados, e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios.

Apreciámos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas do exercício, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

PARECER

- Que seja aprovado o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração;
- Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 12 de março de 2018.

O CONSELHO FISCAL,



Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Presidente



João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal



José Cardoso Lameiras - Vogal

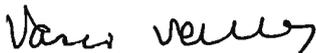
**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
VIA DIRECTA – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2017**

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas e demais documentos de prestação de contas do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos principais riscos e incertezas da actividade.

Lisboa, 12 de março de 2018.

O CONSELHO FISCAL,



Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Presidente



João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal



José Cardoso Lameiras - Vogal

VIA DIRECTA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.